

| mundo | crítico |

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

n.2

Jun 2018

Inovação:
imaginar novos
percursos para o
desenvolvimento



] mundo [crítico]

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

Editorial

O que é “novo” na “inovação e desenvolvimento”? Foi a partir desta pergunta que lançámos o desafio para esta segunda edição da *Mundo Crítico*, procurando cruzar diferentes práticas, experiências e olhares sobre a agenda da “inovação” na cooperação internacional para o desenvolvimento.

Talvez a maior potencialidade na agenda internacional da “inovação e desenvolvimento” seja o questionamento das lógicas dicotómicas que permeiam as relações entre “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”, concebendo os primeiros como geografias de “invenção, recriação ou renovação” de teorias, tecnologias ou modelos de organização, e os segundos como espaços de “importação” de produtos, valores e ideias. Neste sentido, e perante as transformações no mundo em que vivemos e a incerteza sobre a sua direção e impactos, torna-se premente o questionamento do que é “novo” na “inovação e desenvolvimento” – recuperando a memória, olhando o presente e arriscando entrever o futuro.

Nesse sentido, este número inaugura com uma *conversa imperfeita* sobre as várias dimensões da inovação, que vão muito para além da vertente meramente tecnológica. À inovação social, deve juntar-se a inovação organizacional, numa lógica de apropriação de processos para um desenvolvimento realmente inclusivo e favorável à mudança. No dossiê de *saberes e circunstâncias*, encontramos textos reflexivos sobre experiências ou práticas de inovação em prol do desenvolvimento, como as iniciativas de economia criativa em países como Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe; as transferências monetárias em contextos de ajuda humanitária; ou o projecto de melhoria da qualidade do ensino na América Latina através da iluminação de escolas, para citar apenas alguns exemplos. Os *modos de ver* integram um dossiê fotográfico com rostos de mulheres de S. Tomé e Príncipe, que resulta de um projecto de afirmação de direitos das mulheres santomenses e as *narrativas* apresentam casos práticos e protagonistas que utilizam a inovação e a criatividade para fazer face a diferentes desafios.

Por fim, integramos uma nova editoria – a *ecos gráficos* – dedicada à banda desenhada e o *escaparate* como porta de entrada para outras leituras.

Índice

Autores
p.6

Conversas imperfeitas

A criatividade e inovação é
fazer as coisas diferentemente
e de maneira mais eficiente
Rui Santos e José Brito
p.12

Saber e circunstâncias

O caminho que temos pela frente:
desenvolvimento como inovação
Geoff Mulgan
p.30

Economia criativa: nas intersecções
entre arte, cultura, *design*,
tecnologia e inovação
Tânia Santos e Orlando Garcia
p.42

A inovação e assistência
humanitária. O caso das
transferências monetárias
Vitor Serrano
p.52

Hipotizando um novo espaço
público através de evidências
no comentário criativo social
nas redes sociais em Moçambique
Carmeliza Rosário e Euclides Gonçalves
p.65

Black Panther: deitar abaixo os
obstáculos de imaginar outra coisa
Pedro Moura
p.77

Luces para Aprender (LpA)
Iniciativa regional ibero-americana
a favor de la mejora de la calidad
educativa de las escuelas rurales
Angélica Páez
p.89

O papel das multinacionais nas
políticas de igualdade de género
Marianna Leite
p.99

Modos de ver

Foi pelo olhar da minha mãe
que vi o mundo
Dário Pequeno Paraíso
p.110

Narrativas

Em Gaza com os “empreendedores
mais duros do mundo”
Texto de Maria João Guimarães e fotos de Gaza
Sky Geeks
p.124

“A solidariedade tem de ter
uma lógica sustentável”
Texto e fotos de Vanessa Rodrigues
p.128

As vidas de Fatima
Texto de Francisca Gorjão Henriques
p.132

Uma mesa redonda para discutir
os desafios dos direitos de autor
e as soluções em África
Texto e fotos de Chris Elliott
p.136

Ecos gráficos

P.A.L.O.P.
Darsy Fernandes
p.140

Escaparate

The innovation blind spot
Ana Luísa Silva
p.146

*Global development trends
and challenges*
Alexandre Abreu
p.148

*Making Africa. A Continent
of Contemporary Design*
Orlando Garcia
p.150

Civic Tech
Bárbara Rosa e Rui Oliveira Marques
p.152

Conselho Editorial
p.154

Conselho Consultivo
p.155

Autores

Conversas imperfeitas



RUI SANTOS

Vice-presidente da CESO, professor convidado na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor de *Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento* e co-autor do *Manual de Procurement Internacional*, trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.



JOSÉ BRITO

Nascido em Dacar, é Administrador da IHABA, que visa apoiar a construção de empresas de inovação em África. Foi Ministro de Verde: Plano e Cooperação (77/91), Economia, Crescimento e Competitividade (07/08), Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (08/11). Coordenou o projecto da ONU *Futuros Africanos*, visando ajudar os governos africanos a desenvolver processos de planeamento estratégico.



GEOFF MULGAN

É director executivo do Nesta desde 2011. Entre 1997-04, assumiu vários cargos governativos, nomeadamente o de director da Unidade Estratégica do Governo e chefe de política do Gabinete do Primeiro-Ministro britânico. De 2004-11, foi director executivo da *The Young Foundation*. Foi jornalista na *BBC* (TV e rádio) e professor na *London School of Economics*, *UCL* e Universidade de Harvard, sendo actualmente professor em Harvard.



TÂNIA SANTOS

Doutoranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), trabalha no sector da cooperação internacional desde 2004. É membro da Direcção da Associação para a Cooperação Entre os Povos e tem experiência de trabalho com associativismo migrante, na pesquisa sobre recursos e modelos de financiamento internacionais para ONG e ainda na investigação sobre temáticas internacionais.



ORLANDO GARCIA

Sociólogo, investigador e “engenheiro social”. Trabalha regularmente em planeamento social e na operacionalização de programas em rede e em parceria. Co-fundador, Presidente da Mesa da AG e ativista do Chapiô. Docente do Ensino Superior nas áreas da Intervenção Social. 40 anos de experiência em Cooperação para o Desenvolvimento com 37 missões realizadas (em todos os países da CPLP). Diversos livros, artigos e relatórios editados.



VITOR SERRANO

Agrónomo com mestrado em gestão de terras e águas (Reino Unido). Dez anos de academia em Angola iniciaram uma carreira profissional continuada depois em programas de desenvolvimento e, na última década em assistência humanitária. Esta actividade em cooperação internacional teve lugar em vários continentes e múltiplos países trabalhando para governos, Nações Unidas e UE.



CARMELIZA ROSÁRIO

É doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Bergen, Noruega, onde desenvolve pesquisa sobre a memória de mulheres de poder e autoridade na Zambézia. Tem também desenvolvido pesquisa sobre pobreza, género e desenvolvimento. Actualmente, em associação com a Kaleidoscópio, integra o grupo de trabalho que explora a interacção entre tecnologia, inovação e produção de conhecimento.



EUCLIDES GONÇALVES

É antropólogo e diretor da *Kaleidoscopio* - Pesquisa em Políticas Públicas e Cultura. Doutoramento em Antropologia pela Universidade de Witwatersrand, as suas áreas de pesquisa incluem a governação, processos burocráticos e rituais políticos. Trabalhou como assistente de programas no CODESRIA (Senegal). O seu trabalho em curso examina os encontros dos cidadãos com o poder burocrático público.



PEDRO MOURA

É crítico e investigador de banda desenhada, escrevendo sobretudo nos blogues www.lerbd.blogspot.com e www.yellowfastandcrumble.wordpress.com. O seu primeiro livro de banda desenhada, *Os Regressos*, em co-autoria e desenhos de Marta Teives, foi publicado recentemente pela Polvo.



ANGÉLICA PÁEZ

Trabalha na Secretaria Geral da Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) desde 2008. Tem experiência profissional de 13 anos em países como a Colômbia, a República Dominicana e Espanha, na área da cooperação para o desenvolvimento em educação. Licenciada em Direito pela Universidade Pontifícia Javeriana (Colômbia), é mestre em Cooperação Internacional Descentralizada.



MARIANNA LEITE

Advogada, ativista, feminista, especialista em género e desenvolvimento. A sua experiência no Direito é abrangente. No entanto, ao longo dos últimos anos dedicou-se primordialmente à interseccionalidade em especial no que tange às questões de direitos humanos e políticas públicas na América Latina. Actualmente, investiga o impacto das corporações multinacionais no conceito de igualdade de género sob o prisma do pluralismo jurídico.

Modos de ver



DÁRIO PEQUENO
PARAÍSO

Nascido em Lisboa e filho de são-tomenses residentes em Portugal, é um fotógrafo e videógrafo *freelancer*. Chegou pela primeira vez em 2014 a S. Tomé e Príncipe decidido a conhecer as suas origens e motivações existenciais, dando os primeiros passos nas áreas criativas. Autodidacta, em 2014 começou a usar a fotografia como interlocutor das diferenças sociais, económicas e culturais que vai descobrindo e conhecendo.

Narrativas



MARIA JOÃO
GUIMARÃES

Jornalista da secção Mundo do *Público*, onde escreve sobretudo sobre a Alemanha, Grécia, e Israel/Palestina. Recebeu o Prémio de Reportagem Norberto Lopes da Casa da Imprensa para o biénio 2011/2012 com uma série de reportagens sobre a crise grega. Foi escolhida para o programa *European Journalist Fellowships* da Universidade Livre de Berlim, onde viveu no ano académico de 2015/2016



VANESSA RODRIGUES

Jornalista independente, realizadora de documentários, escritora e investigadora. A memória, a condição humana, a justiça social e a cultura são temas recorrentes nos seus trabalhos, cruzando várias linguagens artísticas. É doutoranda em Estudos em Comunicação para o Desenvolvimento na Universidade Lusófona do Porto, onde leciona. Tem trabalhos publicados no DN, NM, TSF, Visão, Público, Sol, Expresso.



FRANCISCA GORJÃO
HENRIQUES

Licenciada em Ciências de Comunicação e pós-graduada em Jornalismo de Política Internacional. Trabalhou 20 anos no *Público*. Deixou o jornal para se dedicar à Associação Pão a Pão, que desenvolveu um modelo de integração pioneiro em Portugal criando o restaurante *Mezze*, que dá formação e emprego a refugiados do Médio Oriente. Mas não abandonou o jornalismo. É agora *freelance*, para além de presidente da Pão a Pão.

Ecos gráficos

Escaparate



CHRIS ELLIOTT

É actualmente director do *Ethical Journalism Network*. Entre 2010 e Março de 2016, foi provedor do leitor do *The Guardian* e editor no mesmo jornal em 2000. Foi ainda correspondente de assuntos internos do *Sunday Telegraph*, chefe de redacção no *Sunday Correspondent* e editor assistente no *Times*. As suas áreas de interesse são a auto-regulação dos media, direito da comunicação, diversidade e formação.



DARSY FERNANDES

Artista visual nascido na Guiné-Bissau e licenciado em Animação na Faculdade de Belas-Artes de Lisboa. Trabalha principalmente como ilustrador *freelance*, *concept artist* e artista de banda desenhada. O seu trabalho foca-se principalmente na expressão das dinâmicas contemporâneas da cultura negra.



ANA LUÍSA SILVA

Trabalhou como gestora de projetos de saúde comunitária na Nigéria, em Moçambique e Madagáscar. Neste momento, trabalha com startups em inovação ambiental. Tem mestrado em Estudos do Desenvolvimento pela London School of Economics e é doutoranda na mesma área na Universidade de Lisboa. O seu interesse de investigação é a inovação na cooperação para o desenvolvimento, em particular no setor da saúde.



ALEXANDRE ABREU

Licenciado em Economia pelo ISEG e doutorado em Economia pela SOAS (Universidade de Londres). Professor auxiliar convidado do ISEG e investigador do CEsA – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Antes disso foi assessor do Ministério das Finanças de Timor-Leste e do Secretariado do g7+, associação intergo-vernamental de estados afetados por situações de fragilidade e conflito.



BÁRBARA ROSA

Jurista de Direito Público e consultora em Good Governance. Co-fundadora e dirigente da associação Isonomia e ex-dirigente da TIAC-Transparência e Integridade, Associação Cívica. Co-autora do blogue “Má Despesa Pública” e dos livros *Má Despesa Pública* e *Má Despesa Pública nas Autarquias*. Oradora convidada em conferências e seminários sobre Transparência e acesso à informação pública.



RUI OLIVEIRA
MARQUES

Jornalista. Presidente da associação Isonomia, responsável pelo conceito do Festival Política, que teve a sua segunda edição em Abril, em Lisboa. Co-autor do blogue “Má Despesa Pública” e dos livros *Má Despesa Pública* e *Má Despesa Pública nas Autarquias*. Autor de *Histórias da Noite Gay de Lisboa*. Licenciado em Comunicação Social (Universidade do Minho) e pós-graduado em Gestão de Marca (IPAM).

Conversas
Imperfeitas



A criatividade e inovação é fazer as coisas diferentemente e de maneira mais eficiente



RUI SANTOS



JOSÉ BRITO

A questão da inovação vai muito para além da dimensão tecnológica e não pode ser vista como um fenómeno de modas, mas como algo estruturante no mundo do desenvolvimento. Nesse sentido, urge uma apropriação do desenvolvimento – por parte dos Governos, mas também da sociedade civil e de outros actores – para que o desenvolvimento seja realmente inclusivo e estejam reunidas as condições à criação de um ambiente favorável à inovação também social e organizacional.

RUI
SANTOS
(R.S.)

— Julgo que os parceiros tradicionais de desenvolvimento – nomeadamente as agências bi e multilaterais – continuam a abordar a questão da inovação através de uma perspectiva, fundamentalmente, tecnocrática. Olha-se muito para a inovação pelo lado da tecnologia, sem dúvida importante, mas há muitas dimensões da inovação que, mais do que esquecidas, por vezes, encontram resistências. Falamos da inovação social, organizacional em relação às quais há pouca permeabilidade.

JOSÉ
BRITO
(J.B.)

— É um problema com o qual estou confrontado neste momento. Tenho a perspectiva de que a inovação não é só tecnológica, ela é social e organizacional, mas infelizmente os parceiros tradicionais estão ainda a pensar que a inovação é essencialmente tecnológica. Um dos problemas que todos nós, trabalhando no desenvolvimento, conhecemos, é que os nossos parceiros de desenvolvimento funcionam por modas. Agora existe a moda da economia digital, e todos se concentram na promoção da inovação tecnológica, não vendo que o problema é que não temos um ecossistema que promova a inovação, e que é um dos grandes problemas do continente africano. Aliás, tive hoje mesmo um encontro com três parceiros e a pergunta foi precisamente: qual é a diferença entre o *African Innovation Summit*, que estou a organizar em Kigali de 6 a 8 de Junho de 2018, e as várias outras conferências que tiveram lugar em Kigali, como o *Transform Africa Summit*? A diferença entre o que estamos a organizar e as outras iniciativas é justamente que nós nos preocupamos com o ambiente do negócio da inovação: qual é o ecossistema da inovação? E como é que criamos uma plataforma de diálogo entre os parceiros para permitir efectivamente que cada

um faça a sua parte? Passamos já por vários fenómenos de modas, em vez de ver o problema de fundo, que é o desenvolvimento. É esse o nosso desafio, ou seja, não ser a inovação mais um fenómeno de modas. As inovações são essenciais ao desenvolvimento, mas nós não devemos tomar isto como um fenómeno de moda, mas como algo de estruturante no mundo do desenvolvimento. Um dos problemas que África tem é o que podemos chamar a monoeconomia dependente das matérias-primas. Hoje temos de transformar a nossa economia e sair da estratégia da gestão da pobreza. Já estou cansado da gestão da pobreza. Eu sei que sou pobre, mas o meu problema é que é preciso sair da mentalidade da gestão da pobreza para de facto levar as pessoas a ver as questões estruturais para mudar efectivamente esta situação.

R.S.

— A fixação na gestão da pobreza é essencialmente uma fixação nos efeitos e não nas causas. Nós andamos a olhar para a pobreza como a causa de alguma coisa quando a pobreza é naturalmente um efeito da falta de emprego, da falta de desenvolvimento económico, da falta de oportunidades e, fundamentalmente, da falta de democracia. Podemos ter toda a inovação tecnológica do mundo, mas a inovação por si só, e nomeadamente a de natureza tecnológica não gera automaticamente desenvolvimento, aliás até pode gerar resistências ao progresso social e económico. Vejamos a forma como, por exemplo, a manipulação das redes sociais se tem transformado numa ameaça crescente à democracia ou como a evolução da inteligência artificial poderá mudar radicalmente a divisão internacional do trabalho. O José há pouco falou de uma dimensão da inovação que é para mim muito importante: o diálogo. Acho que a abordagem tradicional ao desenvolvimento fala muito em inclusão mas pratica muito pouco. Continuam a falar de diálogo político, mas só ao nível dos governos. As empresas são colocadas de lado, as organizações da sociedade civil são... não são colocadas de lado, mas a sua participação é ainda mitigada, mas, por exemplo, as empresas e o mundo empresarial não são parceiros. As autoridades locais também não o são. A inovação social pode contribuir de forma sensível para encontrar e reforçar

abordagens mais inclusivas ao desenvolvimento. O desenvolvimento não é só uma questão de governos centrais e de diálogo político e institucional. Passa (e muito) pela inclusão de organizações da sociedade civil, empresas, organizações associativas, autoridades locais. Fala-se de diálogo e pensa-se sempre em diálogo político e institucional e esquece-se de um diálogo mais inclusivo, que envolva a sociedade civil, o sector privado, envolva organizações do poder local.

J.B.

— Nesta questão da inclusão a questão é saber quem a deve fazer. Um dos grandes problemas que temos no desenvolvimento é que nós, os africanos, deixamos o nosso desenvolvimento, ser na prática, gerido por outros, particularmente por aqueles que vêm trazer os meios financeiros, e demitimo-nos da nossa responsabilidade na gestão do desenvolvimento. Eu não posso imaginar o Banco Mundial a vir a Cabo Verde e fazer elemento-chave da sua ajuda a inclusão. Isso pertence aos cabo-verdianos. Quando digo cabo-verdianos penso no Governo, mas também na sociedade civil e em todos os actores do desenvolvimento. Nós temos de nos apropriar do nosso desenvolvimento, e é aí que temos o problema em África. Muitas vezes delegamos a nossa responsabilidade no desenvolvimento e por isso, nunca poderá haver um desenvolvimento inclusivo. Por isso, antes da inclusão, há a questão da apropriação do desenvolvimento e é neste quadro que considero que a inovação faz parte deste processo de apropriação. Temos de nos apropriar, temos de ser inclusivos e aí temos de facilitar a inovação, criar o ambiente favorável à inovação. Este ambiente favorável não é uma questão somente do Governo, do Estado, mas sim de todos nós.

R.S.

— O José toca numa outra dimensão da inovação. A inovação organizacional. Se olharmos para a forma como essa demissão da gestão do desenvolvimento surge encontramos as causas na fragilidade das instituições democráticas, na fragilidade da sociedade civil. Contudo, parece-me redutor ficar por aqui. Se olharmos para a dinâmica da sociedade civil nas economias

emergentes, registaram-se progressos significativos. Mas também julgo que se olharmos para a forma como hoje em dia a cooperação para o desenvolvimento é percebida por parte dos parceiros, das organizações internacionais e por parte dos países beneficiários, os veículos de implementação da mesma não mudaram nos últimos 60 anos atrás, quando se criou o Plano Marshall. Ou seja, hoje em dia as operações destas instituições – Banco Mundial, Nações Unidas, União Europeia – e a forma como os Governos dialogam com essas instituições, é baseada nas mesmas estruturas e instrumentos – são os projectos, programas, linhas de financiamento. Pouco mudou desde a criação do Plano Marshall. Não fomos além de passinhos de bebé neste domínio e creio que as instituições e parceiros estão encerrados num quadro mental que pouco mudou em 6 décadas. Quais são as dimensões de inovação que nós podemos trazer? Como é que podemos mudar este paradigma de forma a ter uma abordagem diferente ao desenvolvimento que seja desligada das abordagens tradicionais que, inclusivamente, registam uma inevitável saturação? Como podemos nós, também nesta dimensão, introduzir inovação para que, de facto, a cooperação para o desenvolvimento tenha um rosto mais humano e menos institucional, menos quantificado, menos tecnocrático?

J.B.

— Está a tocar num problema que estou a viver na pele neste momento. Como sabe estou a organizar esta cimeira sobre inovação. É uma iniciativa privada que precisa de financiamento e os doadores tradicionais não têm os instrumentos para financiar esta iniciativa. Mesmo concordando com o que estou a fazer - mobilizar os povos africanos para encontrar soluções para os problemas africanos - eles não dispõem de instrumentos para ajudar. O problema deles é controlar o uso do seu dinheiro e não de fazer o desenvolvimento acontecer. Tenho o recente exemplo da União Europeia que, embora concorde absolutamente comigo, que é isto que tem de ser feito, acabou por não ter instrumentos para ajudar a nossa iniciativa. Isto significa que foram criados instrumentos para fazer o controlo impedindo qualquer criatividade, qualquer

inovação para fazer o desenvolvimento acontecer. Encontrei a solução dizendo à União Europeia “ok, eu não quero receber nenhum dinheiro, vou dar uma lista das pessoas que quero que financiem a participação no evento e não quero ver nada”. A inovação consiste também neste aspecto – encontrar soluções para contornar os problemas sem infringir as regras. Tivemos vários casos destes em Cabo Verde. Quando tivemos o programa do MCA [*Millenium Challenge Account*] com os Estados Unidos, queriam criar uma estrutura específica para gerir o Programa e nós dissemos “nós, cabo-verdianos, podemos gerir o MCA”. Demonstramos que somos capazes de fornecer informações ao departamento que está a gerir o programa nos EUA, permitindo-lhe seguir em tempo real como está sendo utilizado o seu dinheiro. Conseguimos isto, como conseguimos também levar os países doadores a aceitar a ajuda ao orçamento em vez da ajuda por projecto. Provámos que a ajuda por projeto não é eficiente, porque entre a identificação do projecto e a sua realização passam cinco anos e quando se chega aos cinco anos a situação que se queria modificar com o projeto já era diferente. Uma das explicações do grande desenvolvimento de Cabo Verde nestes últimos anos é termos conseguido provar que a ajuda ao orçamento é mais eficiente que a ajuda a projetos, acelera o desenvolvimento. A criatividade e inovação é isto, fazer as coisas diferentemente e de maneira mais eficiente. Hoje, por exemplo, a ajuda ao orçamento é algo normal, mas era extremamente difícil há quatro ou cinco anos atrás. A mesma coisa quando falamos de ajuda alimentar. Cabo Verde é um país que impôs a venda da ajuda alimentar. Nós dissemos “não queremos distribuir ajuda alimentar e consolidar a mentalidade de assistencialista, queremos monetizar a ajuda alimentar e utilizar o dinheiro desta monetização para financiar o emprego”. Isto já em 1975, 77! E hoje em dia é praticamente normal vender ajuda alimentar e utilizar os fundos geridos para criar mais emprego e responder aos problemas. Não é só a responsabilidade dos nossos parceiros, é também a nossa responsabilidade. Nós temos de ter um sistema que dá confiança ao parceiro.

R.S.

— RS É evidente que, do nosso lado, temos de encontrar estruturas e instituições que reforcem a confiança aos parceiros, nomeadamente no que respeita à gestão profissional de fundos e cumprimento de procedimentos. Tenho a noção clara que, do lado dos parceiros do desenvolvimento, muitas vezes são criadas barreiras à entrada que inviabilizam soluções e estratégias mais arrojadas. Como estava a dizer há pouco, nós e todos os parceiros temos neste momento um discurso muito aberto à inovação, muito aberto à parceria, ao diálogo, mas depois quando vamos ao terreno e procuramos as soluções e os instrumentos, os mesmos....não existem. Actualmente, fala-se muito no *blending*, do financiamento de operações de investimento privado em economias emergentes, mas quando vamos ver a dimensão dos investimentos que, por exemplo, a comunidade internacional apoia, são centenas de milhões de dólares que não são acessíveis à generalidade dos empresários das economias emergentes, seja na América Latina, seja em África. Este desajustamento entre discurso e realidade, entre o que se apregoa e o que se pratica mina a confiança entre os parceiros. Na sua óptica, perante esta ausência de instrumentos e ferramentas, que podemos fazer para que alterar o status quo? Exigirá num esforço combinado da sociedade civil na Europa, nos EUA, em África e na América Latina? Podemos nós esperar que do lado do diálogo mais político, institucional, possa vir alguma inovação? Qual pode ser o trigger para esta inovação? É mais uma dimensão de inovação social, organizacional? Sabendo nós que as burocracias resistem passivamente à mudança é seguro afirmar que a pressão tem de vir do lado da sociedade civil. O que pode acelerar este processo?

J.B.

— Tem absolutamente razão, porque acho que tem de ser um esforço dos dois lados, para tentar se adaptar à nova realidade. O argumento principal dos nossos parceiros, na parte institucional, é dizer que têm de prestar contas, a *accountability*, junto da sua sociedade civil. Por isso, eu não quero ser acusado de não defender os interesses da sociedade civil daqueles que nos ajudam.

Isto significa que tem de haver um maior diálogo com os nossos parceiros de desenvolvimento, e uma maior intervenção junto da sociedade civil organizada dos nossos parceiros, sobretudo com as pessoas que têm uma maior sensibilidade para estas questões do desenvolvimento, para podermos conjuntamente fazer evoluir os instrumentos da ajuda ao desenvolvimento. Temos de fazer evoluir estes instrumentos. Mas, ao mesmo tempo, não devemos ser ingénuos, sabemos que esta Ajuda ao Desenvolvimento tem um objectivo. Não é por acaso que se fala em triliões de dólares para o orçamento do Banco Mundial, enquanto que o Banco Africano de Desenvolvimento, que é o principal parceiro africano dos Estados africanos, não consegue mobilizar o financiamento para os seus programas. Não é por acaso que todo o dinheiro vai para o Banco Mundial, que é o maior defensor de uma certa ortodoxia sobre as políticas de desenvolvimento, e não para as instituições africanas. Não devemos ser ingénuos, isto é uma luta. Quem vai apoiar esta luta? Há o exemplo de Amílcar Cabral na luta pela libertação nacional, que sempre estabeleceu a diferença entre o governo fascista de um lado e o povo português do outro. Criar uma aliança objectiva com os representantes do povo português durante a luta de libertação nacional é que fez com que, no momento de ruptura do pacto colonial, já tínhamos junto do povo português muito apoio e avançou-se mais rapidamente e conseguimos muita coisa. Penso que devemos colocar a questão da mesma forma, que temos de trabalhar também com aqueles que no ocidente querem realmente o desenvolvimento, um desenvolvimento diferente, em vez daquele desenvolvimento que estão a impor, que é a gestão da pobreza. E nós, em África, não podemos fazer uma política de *laissez-faire*, ou seja, deixar as coisas avançarem por si. Temos de utilizar a inovação como factor de aceleração do desenvolvimento. Temos de criar um ambiente favorável, ter políticas públicas que ajudem a reforçar a inovação, temos mesmo de criar um programa de investimento em inovação que permita também aos inovadores poderem contar com um financiamento que responda às suas necessidades. Eu estou a gerir neste momento uma start up, e estou a enfrentar a falta de instrumentos de apoio adaptados. Temos um sector privado africano que tem dinheiro, temos mesmo filantropos africanos, mas que preferem pagar 500 mil a um milhão de

dólares para falar no encontro de Davos do que pôr este montante numa start up que pode mudar completamente África. Continuamos com mentalidade assistencialista e de dependência. Tive esta experiência em relação às energias renováveis. Liderei um estudo para termos 100% de energias renováveis em Cabo Verde mas defrontei-me com outras interesses que conseguiram convencer o meu Governo que era irrealista e que não era possível mobilizar os financiamentos necessários. Ao mesmo tempo a iniciativa Obama, “Power Africa” conseguiu mobilizar muitos financiamentos africanos, mas para financiar empresas americanas de energias convencionais. É esta a nossa realidade. Já deixei de ser ingénuo e sei que todo o dia é uma luta. Sim, vamos trabalhar para melhorar o nosso diálogo com aqueles que no ocidente sabem o que é o real desenvolvimento, mas ao mesmo tempo, nós mesmos, temos de ter políticas que defendam os nossos interesses e acabar com o laissez-faire da estratégia de desenvolvimento actual.

R.S.

— Na última década temos assistido ao aparecimento de novos parceiros, nomeadamente no domínio da filantropia global. Tem alguma esperança que eventualmente a designada *Corporate Social Responsibility* possa dinamizar um tipo de diálogo diferente e forçar algumas mudanças na dimensão política? Da sua experiência no terreno, há alguma razão para esperarmos que essa mudança política possa ser um bocado forçada por esta dimensão de responsabilidade social, por este investimento no desenvolvimento? Há pouco tempo estive no Gana e achei curioso, por exemplo, que o Facebook ofereça acesso gratuito a internet, desde que....seja para navegar no Facebook . A Google tem uma série de iniciativas de disseminação da internet em África. Considera que a *Corporate Social Responsibility* pode trazer outra mentalidade, uma acção diferente, outro tipo de parcerias ou basicamente tudo isto acabará sempre por ir parar ao mesmo tipo de soluções, ao mesmo tipo de abordagens?

J.B.

— De facto, há uma nova dimensão, a da responsabilidade social das empresas, mas a CRS e alguma filantropia muitas vezes estão alinhados com os interesses que questionamos. Vemos Fundações que vão surgindo que são muitas vezes instrumentos das empresas, para defender os seus interesses ,como é o exemplo do Facebook no Gana. Há o exemplo de um inovador togolês que desenvolveu uma tecnologia que permitiria ter internet nas zonas rurais onde não há infraestruturas e energia , mas que não consegue encontrar apoio para avançar. Ao mesmo tempo, estamos a receber ajudas destas multinacionais que muitas vezes matam a iniciativa local. Não quero a estratégia dos outros, quero ter a *minha* estratégia e avançar para realizar a minha estratégia. Se a minha estratégia coincide com a estratégia dos outros, então fazemos um *deal*. Mas não tenho a ingenuidade de acreditar que estão a ajudar-nos por caridade. Na minha estratégia tenho de conhecer os actores, de maneira a chegar uma situação *win-win*, onde cada um de nós ganha. E não é responsabilidade dos outros, eu digo sempre que é a minha responsabilidade. Ninguém me falta respeito, eu que é que me dou ao respeito. E é neste diálogo que podemos avançar. Quero levantar um outro aspecto que me parece importante neste domínio da inovação: fazer a diferença entre a vontade política (*political will*) e o conhecimento de política (*political knowledge*). Podemos ter uma vontade política, penso que muitos dirigentes têm, mas não têm conhecimento justamente para construírem as políticas públicas que permitem o desenvolvimento. Estamos num mundo que está a mudar muito rapidamente e muitas vezes temos *leadership* público - não estou a falar somente de *leadership* político, mas também privado - que não tem noção do que se está a passar. A inteligência artificial e outras tecnologias como o *block chain* estão a mudar o mundo tão rapidamente que a maioria dos líderes privados e públicos desconhece que, neste momento, já se estão a criar inovações que vão mudar a minha vida nos próximos 20, 30 anos. Mas muitas vezes as pessoas desconhecem isto, por isso a importância do conhecimento na gestão do desenvolvimento. Aí coloca-se o problema da formação. A formação leva-nos a um nível mais elevado de apreensão dos verdadeiros desafios que se

colocam no futuro. Hoje, a questão não é mais ser de esquerda ou de direita. A questão está mais entre o passado e o futuro e, muitas vezes, estamos a defender soluções do passado, com a posição de esquerda ou de direita, quando a principal questão são os problemas do futuro. Neste mundo globalizado, em que estamos interdependentes, se não tenho capacidade de aprender com o passado, estarei sempre atrasado em relação ao outro. Eu não posso ter um sistema de educação baseado num professor tradicional, que me transmite conhecimento estático, que não tem em conta a aceleração do ritmo histórico.

R.S.

— Há aqui uma dimensão que é evidente: é necessário melhorar a políticas públicas na área do desenvolvimento, tornando-as mais informadas. É um processo longo e que, naturalmente, produzirá resultados a longo-prazo. Nessa medida, a qualidade das políticas públicas acaba por ser sempre determinada e influenciada pela pressão que a própria sociedade civil exerce sobre os políticos, para que estes procurem respostas às suas necessidades. Como podemos melhorar a qualidade das políticas públicas num contexto em que os políticos não estão ainda suficientemente informados e formados sobre o impacto que a inovação pode produzir no desenvolvimento? Como podemos encurtar esta *décalage* entre a qualidade das políticas e as exigências da sociedade?

J.B.

— Sim, isto é verdade, não podemos esperar a evolução da sociedade política para resolvermos os problemas, sobretudo perante a situação do tempo histórico que temos hoje. O sistema político que herdámos já não funciona mais, porque precisamente as sociedades civis têm acesso a informação que não tinham antigamente, o sistema de relações mudou completamente. Hoje um político que mantém uma maneira antiga de fazer política está cada vez mais fora do tempo. Nós verificamos nas últimas eleições na Europa, quer seja em França ou Itália, e

mesmo Espanha, que os partidos políticos clássicos não estão em sintonia com a sociedade civil, a qual está mais apta para agir e influenciar. Daí que estamos numa situação de transição entre o sistema político existente e a própria realidade do terreno, onde existe uma sociedade civil bastante mais informada. A situação de transição em que nos encontramos é extremamente perigosa, porque leva efectivamente ao extremismo que estamos a ver actualmente e que não é bom. Não podemos deitar fora os partidos políticos e substituir por nada. A sociedade precisa de ser motivada, precisa de ter uma liderança necessária e previsível, mas não podemos funcionar na base daquele que tem maior capacidade de influência ou utiliza melhor os meios de comunicação modernos ou tem outros tipos de interesse. Digamos que vamos tendo uma evolução, vamos aprendendo, vão surgir políticos mais informados, mas sobretudo temos de formar mais a nossa sociedade civil. Muitas vezes, as pessoas não estão a compreender os desafios actuais da nossa sociedade.

R.S.

— Acho que tocou num ponto fulcral e foi também um pouco por isso que quis descentrar esta conversa da dimensão tecnológica, porque o fundamental para criar uma abertura à inovação não é necessariamente a tecnologia. A tecnologia, aliás, encerra muitos perigos de ser ela própria uma ameaça à democracia. Temos visto muito isso nos EUA, com a eleição do Trump, com a manipulação das redes sociais. Vemos isso com o Brexit, vemos isso com os movimentos de radicalização que basicamente utilizam a tecnologia como uma ameaça à própria democracia. E, portanto, o desenvolvimento tem que apostar é no fortalecimento da sociedade civil e apostar na educação, para que essa sociedade civil force a melhoria da qualidade das políticas públicas e da sua implementação. E se ela for verdadeiramente fortalecida, porque a cidadania se torna mais exigente, inevitavelmente teremos melhores políticas e políticos mais comprometidos com o desenvolvimento justo e equitativo. A sociedade exige outro tipo de políticas, outro tipo de políticos e o grande perigo é verdadeiramente os políticos não derem resposta a estas necessidades, dando

origem a fenómenos de radicalização, populismos e ameaças à democracia. E as ameaças à democracia asfixiam a sociedade civil e aí sim voltaremos à estaca zero.

J.B.

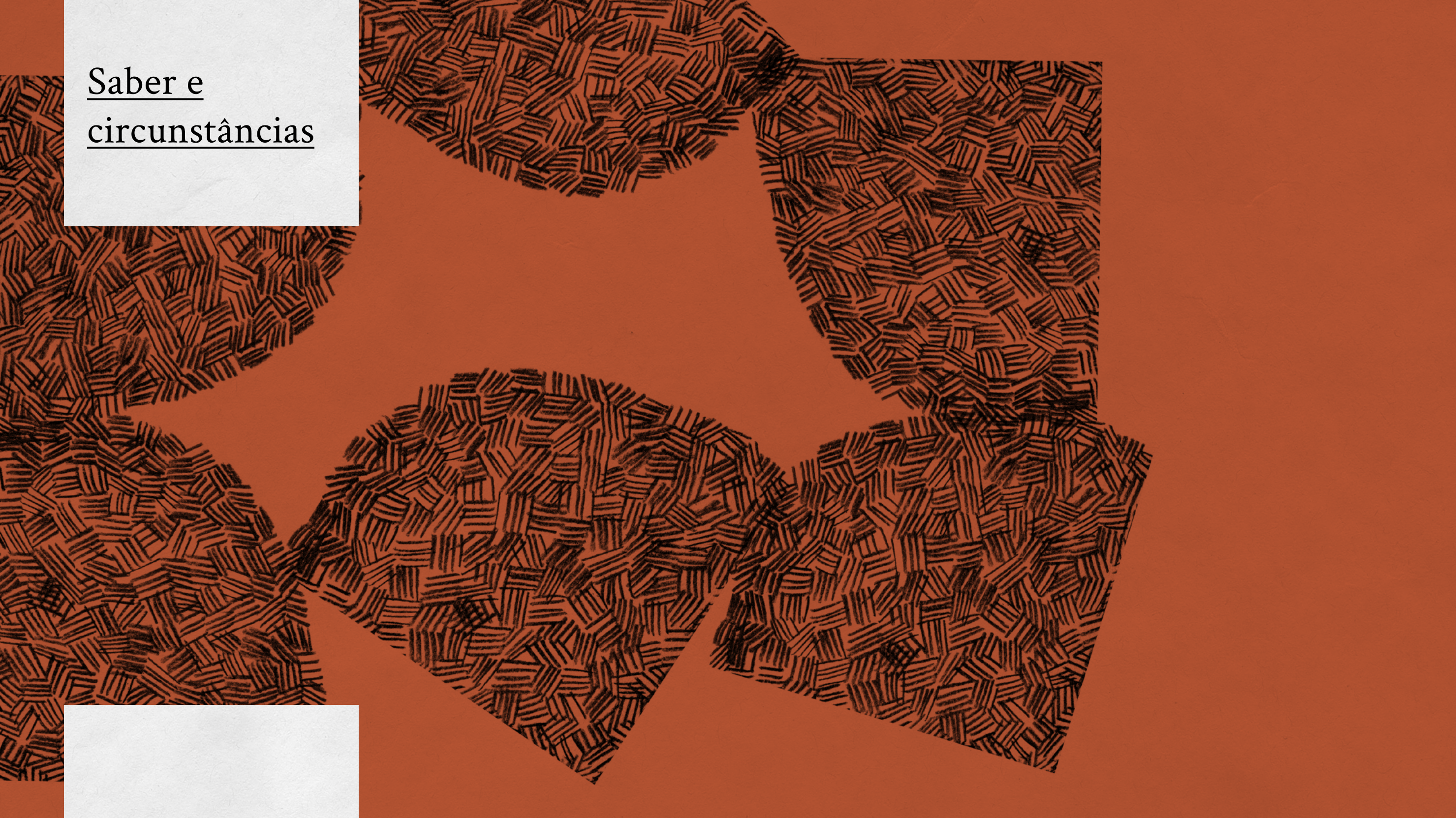
— Um dos problemas existenciais da nossa sociedade é resolver problemas daqueles que são excluídos da sociedade. Penso, como africano, que há muita gente na pobreza, muita gente sem acesso à educação, sem acesso à saúde, no fundo, às necessidades básicas das populações. A nossa preocupação é de promover tecnologias que permitam acelerar a resolução desses problemas. E existem! Em Cabo Verde, por exemplo, um dos grandes problemas que sempre tivemos é a seca. Hoje em dia, com a introdução da irrigação gota-a-gota, passarmos temporadas sem chuva já não é um flagelo. Mas para levar as inovações a resolver os problemas das populações temos de ter políticas públicas que o permitam. Por exemplo, os *Fintech*, os pagamentos através do *mobile*, surgiram no Quênia, em África, porque houve um inovador que conseguiu responder a um problema concreto das populações, que é o dos pagamentos para os excluídos do sistema bancário. Criou-se um sistema de pagamento e desenvolveu-se uma nova economia que, hoje em dia, é um fenómeno continental, um fenómeno mundial. Mas as pessoas esquecem que isto só foi possível porque o banco central do Quênia permitiu deixar a inovação avançar sem a regular imediatamente. Só regulou depois. Em Cabo Verde, a resposta do banco central era regular primeiro, antes da inovação ser utilizada. Por isso estamos mais atrasados que o resto do continente africano no tocante ao uso dos *Fintech*. Tenho um exemplo com a minha empresa, em que demonstrei que têm muito a ganhar trabalhando com ela, como um *innovation lab*, digamos um laboratório de inovação. Porquê? Porque não se pode gerar inovação dentro de uma grande empresa. As grandes empresas não podem de facto inovar, elas podem melhorar a qualidade dos seus produtos, mas a inovação, que consiste em responder a uma necessidade do mercado ou do consumidor, vem muitas vezes de fora. Para responder e ser consequente, criei esta cimeira sobre inovação em África, onde vou trazer todos os actores, sejam públicos – chefes

de Estado, ministros – mas também as instituições de inovação. Estou a tentar fazer a minha parte, trazendo esta reflexão ao nível de África, esperando levar cada vez mais gente a entender que a interdependência é um elemento essencial hoje do desenvolvimento. Não estou sozinho no meu país, não estou sozinho na minha família, fazemos parte de um sistema, que funciona porque o outro funciona também. Queremos criar consciência dessa interdependência que nós mesmos como seres humanos temos. Fazemos parte de um ecossistema. Estamos numa sociedade, em que somos todos sistemas, temos que ter consciência desta interdependência entre os vários factores e entre todas as actividades e, a partir daí, criar algo que permita funcionar para resolver os problemas desta nossa sociedade. Sim, é bom começar a pensar ir a Marte, mas ao mesmo tempo temos gente a morrer de fome, estamos a destruir com a poluição o nosso ambiente que é parte do nosso ecossistema - e ao mesmo tempo estão a pensar fazer grandes coisas, mas que não correspondem ao que precisamos. É evidente que há gente mais informada que outros, e se pudermos criar uma união de gente mais informada, criar uma aliança africana e um espaço onde cada um faz a sua parte, podemos mudar este mundo cujo futuro nos preocupa.

R.S.

— Claro e acho que é essa a nossa obrigação e o nosso papel – forçar e dinamizar a mudança nas várias latitudes por onde passamos e nas várias instituições com as quais trabalhamos, seja a nível governamental, seja a nível de financiadores ou de organizações da sociedade civil. Como disse, e bem, as instituições não mudam sozinhas. Só mudam se fizermos por isso e a vontade de mudar, muitas vezes, não está lá.

Saber e circunstâncias



O caminho que temos pela frente: desenvolvimento como inovação

GEOFF MULGAN
CEO DA NESTA

“ À medida que a inovação tem vindo a ser integrada no desenvolvimento, a atenção tem-se virado para o trabalho feito por instituições especializadas – agências, financiadores e laboratórios – que se especializam em encontrar, estimular e fazer crescer boas ideias ”

Porque é que a inovação importa para o desenvolvimento? Neste ensaio, sugiro algumas respostas. Procuro demonstrar porque é a inovação está cada vez mais a ser entendida como parte integrante de qualquer processo de desenvolvimento. O desenvolvimento não implica apenas a sua adopção; também envolve a adaptação activa e o estímulo de novas ideias. Demonstro o porquê deste reconhecimento ter despertado grande interesse no papel das instituições para a inovação em países em desenvolvimento, não só na ciência ou tecnologia, mas também na sociedade e governo. Sublinho o papel que a inovação poderá ter na reanimação da indústria do desenvolvimento que enfrenta vários desafios e críticas. Finalmente, termino com uma reflexão sobre a relação entre inovação e liberdade.

Inovação como parte integrante do desenvolvimento

De acordo com os economistas, cerca de três quartos de todo o crescimento económico provém da invenção e adopção de novas ideias¹. As empresas inovam para sobreviver. O mesmo aplica-se às forças armadas, aos partidos políticos e às instituições sem fins lucrativos, aos governos e aos laboratórios de pesquisa, movimentos sociais, inventores de base e ativistas políticos: todos eles tentam criar novas ideias que “colem”, para que possam sobreviver, e esperançosamente, prosperar.

Este padrão – que começa com criatividade, experiência e verificação, passa depois por uma espécie de teste no mundo real, e leva à propagação de uma minoria de novas ideias que funcionam – é encontrado em diversos níveis nas práticas agrícolas, na medicina, e na gestão burocrática. De facto, os processos evolucionários que relacionados com mutações, selecção e de seguida replicação, são um padrão bastante universal.

Tradicionalmente, o desenvolvimento é visto como algo que envolve apenas a última parte deste processo – adoptando novas ideias que tenham nascido e sido experimentadas noutro lugar. As teorias não lineares de desenvolvimento social são menos populares hoje

¹ Índice de Inovação da Nesta, ver: <http://www.nesta.org.uk/project/innovation-index>

do que alguma vez foram. Mas continuam implícitas em muita da literatura de desenvolvimento. Se alguma sociedade pudesse ser pensada como sendo constituída por vários ‘sistemas de produção’, que produzem roupa, conhecimento, saúde, habitação ou energia, então o desenvolvimento seria sobre trazer cada sistema para a ‘fronteira de produção’, adoptando os melhores métodos disponíveis. Isto seria real tanto nas actividades primárias como a mineração, o tratamento médico ou o ensino, como nas actividades secundárias, tais como a construção de mercados e sistemas legais, ou a administração de governos.

Sempre houve vários argumentos para ter em conta como o que é ‘melhor’, ou o que é acessível, ou o que é apropriado aos diferentes estágios. Mas uma boa dose de realidade diária de desenvolvimento numa vila em Sumatra ou numa cidade na Tanzânia pode ser compreendida nesses termos.

Esta perspetiva agora parece radicalmente incompleta. Embora seja bom pedir empréstimos aos outros, e toda a história humana esteve envolvida em copiar dos vizinhos e dos inimigos, a adopção nunca é directa. Em vez disso, a adopção funciona melhor quando é aliada à capacidade de adaptar e criar, quer o foco seja em máquinas de vedação e métodos de irrigação, ou em telemóveis e energia solar. Os melhores inovadores são também em muitos casos quem melhor adopta e vice-versa. Ambos requerem uma mentalidade flexível e ávida de aprender, experimentar e adaptar.

O conjunto de ferramentas – como apoiar a inovação

Se a inovação importa, e não é mais um monopólio do mundo rico, a atenção tem que se virar para a melhor forma de a apoiar. A inovação é frequentemente mencionada de uma forma abstracta, em orientações demasiado generalistas. Na Nesta, usamos uma simples estrutura para incentivar uma maior precisão nas diferentes fases que podem ser encontradas em quase todos os processos de inovação, quer seja num campo como o da

medicina, ou o dos negócios, e ver de que forma estes podem ser apoiados.²

Estes processos começam com a capacidade de observar e ouvir, compreender as mudanças nos padrões de necessidades (tais como a propagação da Ébola) ou novas oportunidades (tais como a onnipresença dos *smartphones*). De seguida vem a geração de ideias, cada vez mais variadas, que tendem a ficar melhores. O próximo estágio olha para a evidência – descobrindo se as ideias realmente funcionam. Se funcionarem, podem ser postas em prática, seja no trabalho de uma organização comunitária, na governação ou num negócio. Se as ideias forem realmente boas, podem ganhar escala e serem disseminadas. Finalmente, as melhores inovações de todas pressupõem um repensar de todos os sistemas – desde os sistemas de produção alimentar aos sistemas monetários.



ESPIRAL DE INOVAÇÃO SOCIAL³

A imagem acima é bastante estilizada. O mundo real da inovação é mais confuso

² Murray, R., Cauler-Grice, J. and Mulgan, G. (2010) 'The Open Book of Social Innovation.' London: Nesta and The Young Foundation. Acesso: <http://www.nesta.org.uk/publications/open-book-social-innovation>

³ <http://www.nesta.org.uk/publications/open-book-social-innovation>

do que isto, repleto de saltos e voltas, assim como de muros de bloqueio. Mas é um instrumento útil para ser mais preciso sobre os tipos de acção e de suporte que funcionam melhor em cada fase, e os ensaios desta coleção mostram precisamente o quão rica é actualmente a variedade de métodos utilizados nos diferentes estágios.

Desta forma, por exemplo, os mercados competitivos são bons a implementar ideias, mas inadequados para fazer investigação fundamental. Os métodos de planeamento podem ser excelentes para gerar ideias, mas são frequentemente muito mais pobres a ajudar as ideias a encaixar nas restrições organizacionais e económicas. Os métodos de investimento social são excelentes para escalar outros tipos de inovação, mas de pouco servem num estágio inicial de descoberta. Os métodos de pesquisa formais têm um papel a desempenhar em cada estágio, mas surgem na realidade quando as ideias maduras estão a ser avaliadas.

Estas diversas capacidades são agora muito mais fortes, estão mais distribuídas do que antes, e figuram como uma das razões pelas quais a inovação se tornou mais multipolar, do que apenas uma emanção linear de alguns centros desenvolvidos. O dinheiro móvel do leste africano, a supercomputação chinesa, o *software* indiano, os modelos de orçamento participativo brasileiros – todos, de diferentes formas, estão a explorar as fronteiras de produção assim como estão a adaptar ideias nascidas noutros lugares.

O papel das políticas

À medida que a inovação tem vindo a ser integrada no desenvolvimento, a atenção tem-se virado para o trabalho feito por instituições especializadas – agências, financiadores e laboratórios – que se especializam em encontrar, estimular e fazer crescer boas ideias. Muitas destas conduzem a invenções científicas, e a sua tradução em tecnologias úteis. Países como China e Índia tem um conjunto ambicioso de objetivos para aumentar os gastos em I&D (Investigação e Desenvolvimento), e têm desafiado as fronteiras, seja para a genómica (no caso da China) ou para a tecnologia espacial mais acessível (no caso da Índia).

A Nesta documentou os métodos inovadores utilizados pelos governos em todo o mundo, desde o Silicon Valley à Alemanha, à China⁴ e à Índia⁵ até ao Brasil, em parte para ajudar os governos a adoptar as ferramentas que melhor sirvam as suas necessidades. As políticas de inovação podem ser complexas: por vezes motivadas pela glória, outras vezes reflectindo a captura de interesses muito especiais, e frequentemente dominados pelos militares.

Ainda assim algumas das ferramentas são bem sustentadas por evidências, e os governos podem basear-se nessas evidências para decidir se deveriam seguir outros países na adopção de taxas fiscais para I&D, nos gabinetes de transferência tecnológica nas universidades ou nas reformas de contratação pública.⁶ Outros métodos, pelo contrário, têm tido um escrutínio relativamente pouco sério (e, por isso, é que a Nesta construiu este *Innovation Growth Lab*, agora apoiado por dezenas de países, para testar rigorosamente os métodos de apoio ao empreendedorismo em inovação).⁷

Há uma geração atrás, a inovação era principalmente mencionada na sua relação com a tecnologia, fosse na forma de grande ciência dos *rockets* e mísseis ou numa forma mais “descalça” de tecnologias intermédias. Mas um dos padrões mais intrigantes da última década foi a propagação de métodos de inovação para novos campos. Alguns governos, por exemplo, agora aplicam métodos de inovação nas suas próprias operações, como forma de se livrarem dos constrangimentos da burocracia dos séculos XIX e XX. Há outros grandes exemplos, como o projecto UID da Índia, e centenas de equipas tecnológicas e laboratórios a trabalharem em conjunto com governos locais e nacionais, desde o Peru até às Filipinas, procurando utilizar a criatividade, dando mais atenção aos dados e evidências e às melhores rotas para ganhar escala.⁸ São ferramentas importantes para aumentar a produtividade e melhorar a capacidade para resolver problemas. Mas também são importantes devido à cultura que trazem: mais aberta, humilde e colaborativa que o ministério tradicional.

4 <http://www.nesta.org.uk/publications/chinas-absorptive-state-innovation-and-research-china>

5 <http://www.nesta.org.uk/publications/our-frugal-future-lessons-indias-innovation-system>

6 Este site fornece uma visão abrangente das evidências sobre política de inovação: <http://www.innovation-policy.org.uk/>

7 <http://www.nesta.org.uk/project/innovation-growth-lab-ig>

8 Veja a *newsletter* em: <http://www.nesta.org.uk/Lab-Notes-and-iteams.org>

Inovação na indústria do desenvolvimento

Desde que a inovação se tornou parte integrante da forma como pensamos o desenvolvimento, a indústria do desenvolvimento tem vindo a estar debaixo de um escrutínio mais intenso. Não se deve à falta de pessoas criativas. Mas tem sido lenta a aplicar métodos de inovação no seu seio, seja nos seus papéis mais diretos (como responder a guerras civis ou à fome) ou nos mais indirectos (como apoiar a educação ou saúde, a justiça ou governação).

É assim que se começa a mudar, e a indústria do desenvolvimento está cheia de iniciativas com a palavra inovação: o *Global Innovation Fund*, os laboratórios de inovação do UNICEF, o *Development Innovation Ventures* e muitos outros. Estes estão situados em vários pontos da espiral da inovação – alguns muito ligados à geração de ideias (como a utilização de planos centrados nas pessoas), alguns à evidência (tais como a *Innovation Poverty Action ou Results for Development*⁹), e ainda alguns focados na escala (tais como os *development impact bonds*).

É demasiado cedo para reivindicar um novo modelo de desenvolvimento, coerente e sistematizado. Mas há alguns temas comuns. O *ethos* geral é o da inovação aberta – abrir as questões e desafios a todos os intervenientes, em vez de direccionar recursos apenas para as universidades de elite ou centros de investigação consagrados. Existe uma ênfase no poder do povo, na democracia, no seu sentido mais amplo, quer isso signifique maior envolvimento dos cidadãos na concepção e gestão de serviços ou experiências formais como os orçamentos participativos e a democracia. Isto tem sido estimulado pelo crescente interesse em tecnologias digitais económicas e ubíquas, desde smartphones e satélites até *machine learning* e novas formas de organização financeira, de doações e empréstimos a ações e títulos.

Um dos papéis da Nesta tem sido ajudar o mundo do desenvolvimento a usar e adaptar ferramentas e ideias desta natureza, e a adoptar percepções que vão além das fileiras dos suspeitos do costume. Estas ferramentas incluem prémios e estímulos (usados, por exemplo, para desenvolver energia renovável para comunidades de refugiados, ou para

combater a resistência a antibióticos¹⁰); aceleradores para melhorar a qualidade dos negócios das *startups* (propagando-as, por exemplo, pela Índia);¹¹ e programas de open data para ajudar os cidadãos a ter mais acesso a informação pública que estava ocultas até então. Desenvolvemos um conjunto de ferramentas e formação para desmistificar a inovação e as capacidades de crescimento (*grow skills*), ajudados por publicações como o *DIY toolkit*¹² e os guias para prémios¹³ ou o uso de evidências. Reflectindo o nosso próprio trabalho –que envolve uma colaboração próxima com grandes empresas (tais como a Google ou a Pearson) assim como *startups*, governos e ONG – tendemos a enfatizar as mais-valias de trabalhar nas fronteiras organizacionais e sectoriais.¹⁴

Nenhum destes métodos é uma panaceia, e os profissionais estão certos em estarem cépticos em relação aos multimilionários de Silicon Valley que desenvolvem uma app resolver a pobreza, e aos profissionais caríssimos que vão para um país pobre para resolver a desnutrição. A inovação é um campo onde tudo é propenso ao hype, e a modas passageiras, e o que é novo nem sempre é o melhor. Mas sem inovação sistemática e deliberada, qualquer área está destinada a estagnar e a perder oportunidades.

Teoria prática de liderança

Uma das intrigantes implicações destas abordagens emergentes é a relação radicalmente diferente entre a teoria e a prática. Até há relativamente pouco tempo, o desenvolvimento significava aplicar a teoria à prática. As teorias formuladas por economistas eminentes, cientistas políticos e da ciência social. O seu conhecimento destilou a experiência confusa de países como o Reino Unido, a Alemanha, os EUA e o Japão em formas acionáveis que poderiam orientar as decisões dos ministérios das finanças e da educação

⁹ <http://www.resultsfordevelopment.org/>

¹⁰ <http://www.nesta.org.uk/project/longitude-prize>

¹¹ <http://www.nesta.org.uk/publications/good-incubation-india>

¹² <http://diytoolkit.org/>

¹³ <http://www.nesta.org.uk/publications/challenge-prizes-practice-guide>

¹⁴ <http://www.nesta.org.uk/blog/winning-together-guide-successful-corporatestartup-collaboration>

nos países mais pobres. Mas essas teorias raramente estavam fundamentadas em investigação empírica, e nunca foram formalmente testadas.

Hoje esse modelo está parcialmente virado do avesso. Em vez de dependerem de um caminho linear da alta teoria para a prática em si, o desenvolvimento começou a adoptar métodos da inovação quotidiana, descobrindo novos métodos através da experimentação. Ideias baseadas nas teorias, ou melhor, teorias. Mas não há a presunção de que só porque uma ideia funciona no papel, também irá funcionar na prática. Em vez disso, nesta perspectiva, o mundo aprende a testar as coisas, e o trabalho da teoria torna-se tanto o de dar sentido à prática quanto o de a orientar. As melhores ideias podem provir de aldeias, das equipas na linha da frente, das ONG e de empreendedores, em vez dos especialistas. O conhecimento surge mais deste engajamento com a confusa realidade do mundo do trabalho do que com a contemplação desprendida. A primazia da prática também tem grandes implicações na forma como pensamos em ganhar escala e replicar. O que funciona num lugar, e num determinado momento, pode não funcionar tão bem noutro lugar ou noutro determinado momento, mesmo fazendo tudo da mesma maneira, como se provou ser o caso do microcrédito aplicado em determinadas aldeias nos anos 90, as parcerias público-privadas nos anos 2000 ou a M-Pesa nos 2010. É apenas através da experiência prática que aprendemos o que pode ser disseminado e onde.

Pensamento colaborativo nos sistemas

A documentação mais simplista sobre inovação sugere que é suficiente inventar um novo método ou tecnologia, gerar evidências (possivelmente através de um RCT - *Randomized Control Trials*) e dar-lhes escala. Mas para muitos dos desafios mais complexos e emaranhados do desenvolvimento, estas abordagens são inadequadas.

Em vez disso, resolver problemas em contextos reais e confusos, onde estão presentes todas as complexidades da competição política, desigualdades a nível das capacidades e regras imprecisas, implica três tipos de capacidades. A primeira é capacidade de colaborar, formar coligações entre sectores e organizações, o que pode começar por ser antagónico.

A segunda é a capacidade de adaptar, adoptar e criar – sabendo quando utilizar as soluções já existentes e quando inventar soluções feitas sob medida. A terceira é a capacidade de lidar com informação e evidências, reconhecendo com honestidade o que está e o que não está a funcionar, de modo a manter o foco nos resultados.

É difícil fazer todas estas coisas bem. Muitos líderes políticos e comunitários, especialistas e consultores, activos no campo do desenvolvimento são bons numa destas capacidades (por exemplo, os líderes são bons na convocação, as equipas de planeamento são boas em criatividade, ou os investigadores são fortes em evidências), e ocasionalmente em duas, mas muito raramente o são nas três capacidades, em simultâneo. Ainda assim, olhando para a frente, a capacidade de remodelar todos os sistemas de saúde, transporte ou educação, combinando inovação, colaboração e evidência, pode representar ganhos muito superiores do que a mera adopção de tecnologias ou métodos individuais.

Este é um campo onde novos e promissores métodos estão a emergir, por exemplo, no trabalho da Nesta com o *Rapid Results Institute*¹⁵, e o campo mais lato que tem rótulos como ‘resultados colaborativos’ e ‘impacto colectivo’. Tudo aponta para a aceleração da inovação em todos os sistemas, realçando a importância tanto das relações como das acções. Isto está longe de ser uma ciência (de facto, como sugeri num artigo recente, alguns dos métodos mais activamente promovidos parecem dar mais passos para trás do que para a frente).¹⁶ Mas maneiras mais efectivas dos sistemas operarem são susceptíveis de se tornarem parte normal do conjunto de ferramentas da inovação no desenvolvimento como o trabalho de maior perfil em investimento social ou open data.

Desenvolvimento como inovação

A razão final para levar a sério a inovação é a de que a inovação é mais do que apenas uma ajuda ao desenvolvimento. Dois séculos de discussão acerca do que ajuda um país ou um lugar a tornar-se mais próspero não conseguiu definir o que conta como sucesso (é o

¹⁵ <http://www.nesta.org.uk/project/people-powered-results>

¹⁶ <http://www.nesta.org.uk/blog/collaboration-and-collective-impact>

rendimento, o bem-estar ou a igualdade?) ou o que é que explica o sucesso (que mistura de capital humano, capacidade, instituições e cultura é mesmo decisiva?).

Mas a inovação tem uma boa pretensão para oferecer uma resposta parcial para ambas as questões. Embora o desenvolvimento possa significar várias coisas – maior PIB *per capita*, democracia, ou a melhoria do IDH – o que realmente importa em todos os sentidos é a capacidade dos cidadãos em fazer e moldar o seu próprio mundo. Isto é a agência, ou liberdade, sobre a qual Amartya Sen escreveu décadas atrás.¹⁷

Uma sociedade rica em agência irá ser forte em cada estágio da espiral da inovação descrita anteriormente. E irá ficar bem colocada para se conhecer a si própria e às suas possibilidades. Quanto mais rico é o auto-conhecimento, suportado pela informação, investigação, *open media* e uma sociedade civil activa, mais bem-sucedida será. Estará capacitado para gerar novas ideias – e não dependerá apenas das que vêm dos líderes ou das elites. Podem ser ideias pequenas, assim como grandes ideias. Muitas poderão ser importadas ou adoptadas de outros lugares (como a Jane Jacobs assinalou, uma das características dos lugares mais prósperos é o facto de que são brilhantes a importar e a exportar ideias¹⁸).

Este conjunto de capacidades sobrepostas –que inclui a aptidão para dar escala às ideias, ou transformar sistemas inteiros – é certamente o que nós intuitivamente queremos dizer com desenvolvimento. É algo diferente do capital social de construção de estradas e arranha-céus, diferente do rendimento *per capita*, e diferente também de medidas como a esperança de vida ou a literacia, embora se correlacionem como todos estes indicadores. Em vez disso é a capacidade de criar, adoptar e adaptar.

Estas capacidades são, na sua raiz, sobre a inteligência coletiva. Ou seja, como é que qualquer comunidade aproveita a inteligência da sua gente?¹⁹ As instituições fortes e densas ajudam as pessoas a ser mais do que a soma das suas partes. Empresas, mercados, universidades, imprensa livre e partidos políticos, todos eles, no seu melhor, ajudam grandes grupos a pensar e a agir. Um ambiente empresarial que acolhe empreendedores, *startups* e que permite ganhar escala, terá provavelmente mais sucesso do que um dominado por

monopólios bem relacionados. Um sistema político, que confere espaço aos cidadãos para proporem, comentarem, debaterem e fazerem campanhas, será provavelmente mais bem-sucedido do que um sistema que seja fechado e monolítico.

A utilização de ferramentas que emergem da inteligência coletiva para ajudar países a navegar o seu caminho para o desenvolvimento é promissora. Existem muitas ferramentas novas, regra geral muito económicas, que podem ajudar uma comunidade a ter uma imagem mais nítida da sua posição actual e prospectiva – que podem permitir a milhares, em vez de a uma mão cheia, propor e debater opções. Isto pode transferir o trabalho de escrutínio que é feito pelos especialistas para os próprios cidadãos. Estes métodos ainda estão numa fase embrionária, e a inteligência colectiva irá significar muitas coisas diferentes em sociedades frágeis com Estados fragmentados e em sociedades ricas com instituições de confiança. Mas existe ao menos alguma perspectiva que estes países ultrapassem os sistemas de governação estagnados dos países mais ricos.

A interpretação do desenvolvimento como inovação é simples, mas desafiante. Sim, o mundo do desenvolvimento deveria estar a adoptar e adaptar ferramentas de inovação para remodelar as suas práticas, incluindo novas formas de organizar as finanças, evidências, informação e os contributos dos cidadãos. E, sim, cada país deveria estar também a construir a sua própria capacidade de inovação, apoiando a germinação e evolução de ideias em cada fase. Mas o prémio final é ver o próprio desenvolvimento de uma nova perspectiva, como uma forma de liberdade individual e colectiva que se manifesta na capacidade de criar e disseminar conhecimento novo e útil. Parafraseando Amartya Sen, isto é desenvolvimento como inovação: aberto, democrático, inclusivo e livre.

17 Sen, A. (1999) 'Development as Freedom'. Oxford: Oxford University Press.

18 Jacobs, J. (1969) 'The Economy of Cities.' New York NY: Vintage.

19 Mulgan, G. (2014) True collective intelligence: a sketch of a possible new field. 'Philosophy & Technology.' March 2014, Volume 27, Issue 1, pp 133-142.

Economia criativa: nas intersecções entre arte, cultura, *design*, tecnologia e inovação

TÂNIA SANTOS, ACEP
ORLANDO GARCIA, SOCIÓLOGO

“ Os processos da economia criativa, caracterizados pela hibridez, e pela produção de novos valores têm, em si mesmos, potencial de geração de mudança social e económica ”

1. Economia criativa, cooperação e desenvolvimento

O conceito de economia criativa surge no início do século XXI, no contexto das discussões sobre as transformações sociais e económicas decorrentes da centralidade das tecnologias da informação e comunicação, e do conhecimento, nos processos de produção, evidente a partir do final da década de 1990. “Indústrias criativas”, “indústrias culturais”, “cidades criativas”, “classes criativas” são conceitos próximos, considerando que as intersecções entre arte, cultura, design, tecnologia e inovação são transversais a todos. Nesse contexto, Hawkins (2001) entende que na economia criativa as ideias constituem recursos fundamentais na produção de bens e serviços com elevada componente de inovação, quer reinventando o que já existe quer criando o novo. A criatividade, podendo ser introduzida em algumas ou todas as dimensões do processo económico, desde a criação, produção, distribuição, à comercialização, apresenta-se assim geradora de valor.

A economia criativa permite um olhar amplo sobre a cultura e o desenvolvimento na medida em que considera produtos e serviços que cruzam os setores das artes e cultura, dos saberes tradicionais, do *design*, dos media, do património histórico, do turismo, entre outros. Os processos e métodos de trabalho, em particular as redes de colaboração entre atores de setores diversos também são considerados fundamentais, sendo designados por Howkins (2009) como “ecologias criativas” no âmbito das quais novas formas de aprender e pensar estimulam a produção de ideias. Nesse contexto, a economia criativa apresenta-se como setor chave para a resposta a importantes desafios de desenvolvimento como o acesso ao emprego qualificado pelos mais jovens, a construção de modelos de exploração sustentável dos recursos naturais e a preservação do património de saberes das comunidades rurais, a participação cívica ou o acesso aos serviços públicos.

Alguns autores têm contudo, chamado a atenção para os riscos de reduzir a cultura e a criatividade, e a sua relação com o desenvolvimento, a critérios monetários (Produto Interno Bruto, consumo, volume de negócios das indústrias culturais, volume do mercado), argumentando que os processos da economia criativa, caracterizados pela hibridez, e pela produção de novos valores têm, em si mesmos, potencial de geração de mudança social e

económica. A criatividade e a cultura supõem interconexões entre atores diversos gerando modelos de organização, produção e troca que combinam lógicas económicas diversas e não apenas as da economia de mercado¹.

Organizações internacionais como a UNCTAD, a UNESCO e o PNUD têm salientado a resiliência do setor da economia criativa perante as crises internacionais que registou crescimento em todas as regiões do mundo durante o período pós-2008. Aquelas entidades convergem na avaliação da economia criativa como setor importante para a diversificação da estrutura económica nos países do Sul, salientando o seu papel na geração de emprego e de rendimento mas também a sua importância em dimensões sociais e simbólicas como a auto-imagem, a qualidade de vida, e a promoção de mecanismos que permitam às pessoas criar, experimentar, debater, implementar, soluções endógenas e criativas para os desafios com que se confrontam. Todavia, o potencial de desenvolvimento associado à economia criativa carece de um conjunto diverso de condições para a sua concretização nomeadamente, políticas públicas, infraestruturas, acesso a mercados e a tecnologias. Nesse quadro, os instrumentos internacionais de comércio Norte-Sul, as políticas de “ajuda ao desenvolvimento” e as condições de circulação de pessoas, ideias e tecnologias deverão também ser parte do debate.

A relação entre cultura e desenvolvimento é, hoje, amplamente reconhecida por uma diversidade de atores – Banco Mundial, Nações Unidas, União Europeia, governos nacionais e organizações cívicas de âmbito local, nacional e internacional. Tal reconhecimento tem resultado, no setor da política externa de muitos países, na promoção de políticas e programas que todavia, ainda caminham de modo paralelo – mobilizando atores da cultura e da economia em torno das “indústrias criativas” por um lado, e atores dos setores sociais que, pontualmente, utilizam estratégias do âmbito da cultura e das artes na sua intervenção, por outro. Este quadro, ainda caracterizado por relações distanciadas entre participantes de setores distintos (ONG, academia, artistas e associações culturais, setor privado, estado), ausência de espaços de diálogo e pouca colaboração em projectos concretos, tem constrangido o potencial de desenvolvimento associado à cultura e à criatividade. Todavia, têm-se aberto novas perspetivas de trabalho na intersecção entre cultura e desenvolvimento ainda pouco concretizadas, mas que procuram aproveitar o potencial

das tecnologias de informação, a emergência de movimentos sócio-culturais no “Sul” que chegam hoje a públicos em todo o mundo, e uma reforçada consciência de que a cultura apresenta (revisita, reconstrói) modos de entender a contemporaneidade e os percursos históricos dos povos, fundamentais na construção de espaços de cooperação e diálogo.

2. Economias criativas: entre os conceitos, as práticas e os atores

O conceito de economia criativa assenta no pressuposto de que a criatividade alimenta processos de valorização de recursos endógenos, materiais e imateriais, que são parte do repertório cultural dos povos, e por isso únicos, originais, geradores, recicláveis. Apesar de se apresentar como um conceito abrangente, a sua operacionalização, a partir dos países mais industrializados, tem de ser questionada quando a reflexão aborda outros contextos. No âmbito do estudo “Futuros Criativos: Economia e Criatividade em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe”, promovido pela ACEP, em parceria com organizações dos três países (www.economiacriatividade.wordpress.com, e actualmente em curso para Angola, Moçambique e Timor-Leste) foi construída de uma estratégia metodológica de aproximações sucessivas, aberta ao “padrão de serendipidade” (R. Merton), ou seja, expectante de surpresas, factos não previstos, descobertas, de modo a, baseando-se num “estado da arte” que se encontra em pleno progresso (nomeadamente a partir do estudo UNCTAD 2010), que obriga a incursões-revisões sequenciais, conseguir configurar e pesquisar um “Universo de Projeção Estratégica” neste labiríntico e promissor campo. São os procedimentos da investigação-ação que permitem penetrar neste campo em plena construção social, com “nichos” e com redes, com “novos entrantes” e com “instalados”, por forma a discernir quais são as dimensões mais relevantes da economia criativa nos singulares contextos em estudo e quais são as suas principais “variáveis alteráveis” (as que têm “carga prospetiva”).

Nos três países analisados foram identificadas iniciativas criativas em setores diversos mas com maior peso naqueles ligados ao património, à oferta cultural e às criações funcio-

¹ HAUSNER. Jerzy. “Culture as a Way Out of Crisis”. In Stokfiszewski, Igor, *Culture and Development Beyond Neoliberal Reason*. Institute for Advanced Study in Warsaw. 2017, p. 24.

Saber e circunstâncias

nais, com destaque para as produções artesanais que articulam saberes tradicionais, o imaginário e os recursos naturais (artesanato, valorização de produtos naturais e locais, moda) e para as novas formas de produzir, divulgar e comercializar. E tornou-se imperativo incluir e pesquisar setores emergentes que se revelam geradores de inovação: os media e audiovisuais, os serviços criativos, nomeadamente o que se designou de “touristing” (o micro turismo de afinidades e de sustentação), e as tecnologias de informação.

Por outro lado, no que respeita aos ecossistemas criativos, as iniciativas e setores de economia criativa, na sua maioria microiniciativas, estão centradas nos meios urbanos, beneficiando aí de algumas sinergias propiciadoras de um ambiente criativo (criadores, público, estruturas, recursos). Trata-se de empreendimentos que simultaneamente geram rendimento e cumprem um objetivo de valorização de um produto ao qual é reconhecido significado cultural. Este tipo de iniciativas é em grande parte dos casos combinada com outras actividades, complementando assim os rendimentos.

Pressupondo que a relação entre cultura e desenvolvimento se concretiza na construção de articulações em torno de processos de valorização criativa de recursos endógenos, a ligação daquele tipo de dinâmicas a atores coletivos (ONG, associações, cooperativas) que mobilizam grupos e comunidades e promovem iniciativas de transformação socioeconómica e política, ao nível local, nacional e internacional, apresenta-se fundamental. O espaço associativo tem sido muito importante na emergência e desenvolvimento de iniciativas de economia criativa nos três países, ligando-as ao desenvolvimento comunitário e à integração socioprofissional de grupos diversos. As ecologias criativas, geradoras de novas ideias e formas de pensar, apresentam-se nesses contextos ainda numa fase inicial apesar do seu potencial visto que, parte importante dos empreendedores tem formação acima da média ou mobiliza saberes importantes, adquiridos através de sistemas de transmissão oral, em grupos de artesãos ou no quadro familiar, sobre a “sua arte”. A promoção de espaços colaborativos inter-actores e inter-sectoriais, de formação especializada e de eventos / oportunidades de visibilidade e valorização social das produções e serviços criativos, são ainda reduzidos mas existem práticas importantes em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe.

Todavia, os hiatos ao nível dos ecossistemas criativos, quer no que respeita às relações com outros atores (estado, empresas, escolas, mercados), quer no que respeita às infraestruturas de apoio (acesso à Internet e à energia, enquadramento legal, incentivos estatais,



MR. POUL,
FUTUROS CRIATIVOS
NA GUINÉ-BISSAU,
REALIZAÇÃO DE
CALOS NARCISO



DELÍCIAS DAS ILHAS,
FUTUROS CRIATIVOS
EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE,
REALIZAÇÃO DE
INÊS GONSALVES



BONAKO,
FUTUROS CRIATIVOS
EM CABO VERDE,
REALIZAÇÃO DE
EDSON SILVA D.

mecenato), constroem a possibilidade de alavancar ou reforçar o carácter inovador e integrador de algumas práticas. Assim, ao nível estrutural, as políticas públicas nacionais e as políticas comerciais internacionais necessitam ser debatidas e revistas para reconhecer os agentes da economia criativa e facilitar o seu acesso aos recursos e aos mercados, nomeadamente internacionais, em condições justas. Neste contexto, espera-se que o interesse da cooperação internacional pelo setor da cultura permita a reflexão sobre as práticas de financiamento do setor da economia criativa e a construção de condições favoráveis para a circulação internacional e o acesso aos mercados.

EXEMPLOS DE INICIATIVAS DO ECOSSISTEMA DAS ECONOMIAS CRIATIVAS EM CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

m_eia – Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura Cabo Verde

O M_EIA é uma iniciativa privada sem fins lucrativos, promovida pelo Atelier Mar. Nasceu em 2004, quando aquela cooperativa completou 25 anos, com um curso de formação de professores para a área artística, com a parceria da cooperação luxemburguesa e o governo de Cabo Verde. Esta iniciativa destinava-se a colmatar as deficiências a nível do ensino artístico no ensino secundário em Cabo Verde e, por outro lado, saciar sonhos do Atelier Mar no que concerne à mudança social através da educação, da arte e da cultura. Em 2007, o Estado da República de Cabo Verde cedeu temporariamente ao M_EIA parte do edifício onde funciona. A cidade viu assim devolvido um espaço de excelência na fruição cultural mindelense: o Liceu Velho fora reintegrado no quotidiano educativo, social e cultural através das múltiplas dinâmicas do M_EIA, continuando assim a ser palco de produção intelectual artística como fora na segunda metade do século XIX, enquanto Liceu Nacional Gil Eanes. Após comprovado o sucesso e pertinência do curso de formação de professores para a área artística, lançaram-se duas licenciaturas em artes visuais e design, com duas opções de saída: ensino e profissão liberal. Actualmente tem também a Licenciatura em Arquitectura, Curso profissionalizante em Engenharia Civil Sustentável e Pós-graduação em Cinema e Audiovisual. Foi recentemente criado um Centro Cabo-verdiano de Design, virado para o design de produtos, que confronta os designers seniores (os professores) e os

juniores (os alunos) em ambientes propícios para a criação e o debate. Tem um laboratório de food design, que, assente nos pilares de sustentabilidade estética e ética que caracterizam a instituição, dá os primeiros passos para despertar estudantes e público em geral para iniciativas criativas.

AbbA. o Banco da Solidariedade Guiné-Bissau

Localizada no bairro de Missira, centro de Bissau, ABBA é uma instituição financeira que se dedica à poupança e atribuição de crédito. Foi criada por duas mulheres, numa lógica de auto-emprego e consequentemente maior autonomia financeira, assumindo o nome de Mana Mutualista. Após a autorização para operar como um serviço de prestação de microfinanças, as duas mulheres expandiram a iniciativa a emigrantes, que rapidamente disponibilizaram as suas remessas como capital inicial da actividade. O ABBA apresenta 3 tipos de serviços distintos: conta corrente, conta poupança e conta abota (um tipo de conta solidária tradicional entre membros, anterior ao sistema bancário e que com ele continua a coexistir, em que cada membro beneficia sucessivamente do fundo acumulado). A recolha das poupanças é realizada pelos caixeiros móveis responsáveis pela manutenção do contacto in loco com os depositários. Este é um serviço que se desloca até ao cliente, promovendo as relações de confiança e de proximidade entre as partes, através do carácter familiar da própria instituição. Este factor revela a capacidade de adaptação da ABBA ao mercado, tornando-a uma instituição com elevado potencial de geração de rendimentos para indivíduos que se encontram excluídos do sector formal de financiamento (bancos comerciais).

A ABBA tem 55 funcionários e mais de 3000 depositantes, onde a paridade de género ronda os 50 por cento. No que diz respeito ao crédito, a ABBA afirma que as mulheres são o grupo que mais beneficia deste serviço, sendo aplicado ao pequeno comércio e restauração. A ABBA foi responsável pela atribuição de crédito a mulheres que estabeleceram as suas “barracas” (quiosques) de restauração durante o período entre o Carnaval e a Páscoa. A parceria com o governo, aliada à metodologia de recuperação de créditos através dos caixeiros móveis, demonstram um forte potencial para o desenvolvimento das actividades económicas que permitem a geração de rendimentos a curto e médio prazo para famílias em contexto de vulnerabilidade.

Jalé Ecolodge

São Tomé e Príncipe

Sendo São Tomé e Príncipe um país “parque natural”, as suas criatividades e as suas economias cruzam-se inevitavelmente com a ecologia, no passado, no presente e muito especialmente no futuro. Esta iniciativa, que tem um historial com constrangimentos, é um caso exemplar materializado num consórcio que envolve a Direcção Geral do Ambiente / Parque Natural de Obô (Estado Santomense) e duas ONG’s, uma nacional e outra estrangeira, experientes e credenciadas: ALISEI e MARAPA (entidade gestora). Está assim assente num triângulo com o Estado e duas ONGs com capital social e com experiência de envolvimento das populações.

Presta serviços de ecoturismo e de restauração. Organiza e promove ações de conservação da natureza e passeios no mangal e observação de tartarugas e de baleias. É o pólo central do Projecto de Reforço do Ecoturismo na periferia do Parque Natural Obô de São Tomé, com financiamento da RAPAC (Rede das Áreas Protegidas da África Central) e ECOFAC, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável de uma zona sensível em todas as dimensões.

O Jalé Ecolodge está situado próximo à linha imaginária do equador, numa área que integra os ecossistemas de mangal, marinho e de floresta tropical. Caso de sucesso e de referência no paradigma turístico santomense – assumidamente responsável, ecológico e sustentável. Todas as estruturas do Ecolodge são construídas a partir de materiais locais, de baixo impacto ambiental, sendo também utilizadas energias alternativas. Os serviços ecoturísticos disponíveis incluem actividades de observação e investigação da natureza e da vida animal – em terra ou no mar – possibilitando a descoberta dos diversos ecossistemas locais.

A participação e envolvimento da população local está presente em todas as componentes do ecolodge, desde a construção, a prestação dos diversos serviços ecoturísticos, o emprego directo no ecolodge, o fornecimento de alimentos por produtores da região e a confeção de artesanato por artesões locais. A gastronomia local tem lugar de destaque no ecolodge, com pratos preparados por cozinheiros locais e com ingredientes provenientes das comunidades envolventes, em respeito da vocação agrícola e piscícola da região.

Está integrado na recém-criada Plataforma de Turismo Responsável e Sustentável santomense e nas Plataformas internacionais (online) de booking turístico. Tem projetos no plano da educação ambiental e do desenvolvimento dos circuitos económicos locais. Procura reforço da componente científica.

Referências

Hausner, Jerzy (2017) “Culture as a Way Out of Crisis”. In Stokfiszewski, Igor, *Culture and Development Beyond Neoliberal Reason*. Institute for Advanced Study in Warsaw, p. 24.

Howkins, John, (2011), *Creative Ecologies: Where Thinking is a Proper Job*, University of Queensland Press.

Howkins, John, (2001), *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas*, Penguin.

Landry, Charles, (2017), *As origens e os futuros das cidades criativas*. Building Ideas, Lisboa.

Merton, R. K. and E. Barber, 2004. *The Travels and Adventures of Serendipity. A Study in Sociological Semantics and the Sociology of Science*. Princeton University Press: Princeton

UNCTAD/PNUD (2008). *Creative economy. Report 2008. The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making*. Geneva: United Nations. Em <http://bit.ly/unctad2008>

UNCTAD/PNUD (2010). *Relatório de Economia Criativa 2010. Economia criativa: uma opção de desenvolvimento*. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc. São Paulo: Itaú Cultural. Em <http://bit.ly/unctad2010>

UNIDO (2013). *UNIDO Annual Report 2012*. Geneva: UNIDO. Em <http://bit.ly/1Qn6ZNM>

UNESCO/PNUD (2013). *Creative economy report 2013 special edition. Widening local development pathways*. New York/Paris: United Nations/UNDP/UNESCO. Em <http://bit.ly/ecreport2013>

A inovação e assistência humanitária. O caso das transferências monetárias

VITOR SERRANO
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

A questão é saber se os produtos gerados pelos “laboratórios de inovação”, habitualmente distantes do terreno de operações, dos parceiros locais e sobretudo das populações afectadas, respondem às necessidades concretas de tais utilizadores e populações

I. Inovação e assistência humanitária

Introdução

A erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade requerem mudanças substanciais nas abordagens tradicionais, com o Secretário-Geral das Nações Unidas a referir recentemente que sem inovação, uma que sirva todos e não apenas uns poucos, não é possível ultrapassar os desafios actuais. A inovação é hoje uma área específica nos sectores do desenvolvimento e humanitário, combinando tecnologias com abordagens centradas no utilizador e mudanças comportamentais. O reconhecimento do seu papel crucial transformador e acelerador de mudanças no sistema humanitário traduziu-se na inclusão da inovação como uma das 4 temáticas na Cimeira Mundial Humanitária CMH (2016).

Sendo o desenvolvimento e as crises as duas faces da mesma moeda é sob a perspectiva humanitária que neste artigo se aborda a temática da inovação. Na primeira parte refere-se o conceito e evolução das inovações humanitárias e algumas iniciativas significativas. As transferências monetárias, uma modalidade cada vez mais frequente nas respostas às necessidades das populações afectadas por crises humanitárias, é tratada na segunda parte, particularizando o trabalho duma agência doadora e as respostas a duas crises nas quais o autor esteve directa e localmente envolvido.

Conceito e importância das inovações humanitárias

Considera-se inovar como fazer algo de forma diferente com o objectivo de o melhorar. A Inovação Humanitária (IH) é um processo iterativo e dinâmico que identifica, ajusta e difunde ideias para melhorar a acção humanitária. Nem sempre é fácil distinguir práticas inovadoras daquelas que fazem parte duma boa programação; uma nova prática usada por uma organização pode ser por ela considerada uma inovação, enquanto os que já a aplicam a consideram uma prática corrente.

É frequente referirem-se os 4 Ps da inovação: produtos, processos, procedimentos e paradigma, os dois últimos normalmente conduzindo a mudanças mais transformadoras e radicais, enquanto as primeiras são mais progressivas. Alguns processos inovadores

podem envolver vários tipos de inovação, e.g. um novo software para monitorizar tratamentos da desnutrição aguda no âmbito duma inovação de paradigma mais ampla.

A crescente diversidade, complexidade e duração de crises, e a escassez de fundos requerem respostas humanitárias adequadas – eficientes, eficazes e de qualidade – satisfazendo necessidades crescentes e vencendo novas barreiras. Uma IH relevante deve resultar em conhecimento novo e consolidado, em soluções melhoradas e numa adopção generalizada respondendo efectivamente às necessidades das pessoas. Existem outros três critérios que podem não ser relevantes para todas as inovações: a inclusão das pessoas afectadas, a eficiência e o impacto.

Evolução das IH e exemplos

As IH têm ganhado um maior espaço na agenda política humanitária com múltiplas iniciativas e investimentos crescentes para o seu desenvolvimento e aplicação a nível operacional, tanto de agências específicas como de parcerias entre elas.

A inovação não é um fenómeno novo no sistema humanitário e, ou por necessidades sentidas ou por oportunidades tecnológicas, há uma tradição e uma comprovada capacidade em desenvolver respostas programáticas e operacionais novas. Porém, há várias inconsistências, e.g. ao nível do financiamento e boa utilização, resultando num número ainda modesto de inovações relevantes. O que tem vindo a mudar hoje é a importância crescente que organizações e o próprio sector humanitário têm dado à inovação em termos de preocupação estratégica, tendo sido determinantes avaliações e estudos realizados, e.g. os da rede ALNAP¹, e o engajamento de doadores.

Uma das iniciativas mais relevantes foi a criação em 2011 do Fundo de Inovação Humanitária (FIH), o 1º mecanismo transversal sectorial de apoio à IH, que financiou mais de 130 projetos sobretudo na saúde, mas também em nutrição, água, prevenção de crises e uso de TM.

¹ Active Learning Network for Accountability and Performance”.

A “H2H - Humanitarian to Humanitarian” * é outra iniciativa duma dinâmica rede de 30 organizações humanitárias de pequena e média dimensão, que no seu trabalho quotidiano identificam oportunidades para novas soluções e serviços que possibilitem uma melhor prestação humanitária.

Unidades para a Inovação, muito activas, foram criadas em algumas agências das Nações Unidas, na Cruz Vermelha e também em ONGs.

Apesar da falta de regulação e talvez da desproporcionada atenção recebida, os drones têm tido um uso exponencial na acção humanitária. Outros exemplos: uso de impressoras 3D no terreno, micro-seguros para pequenos negócios, redes de tradução (e.g. “Words of Relief” dos Tradutores Sem Fronteiras usado durante a crise do Ébola); inclusão económica dos refugiados (Universidade de Oxford).

* O termo é inspirado no “B2B –Business to Business” do sector privado.

Avaliação e perspectivas

Apesar do aumento significativo na atenção e financiamento das IH (que é insuficiente e desequilibrado), continua a ser limitado o entendimento de como inovar com êxito, i.e. eficiente e eficazmente. A questão é saber se os produtos gerados pelos “laboratórios de inovação” habitualmente distantes do terreno de operações, dos parceiros locais e sobretudo das populações afectadas, respondem às necessidades concretas de tais utilizadores e populações.

As poucas avaliações das IH realizadas recomendam a necessidade duma constante monitorização e geração de evidências, dum efectivo envolvimento dos utilizadores e em particular das pessoas afectadas e também dos actores não-humanitários, nomeadamente o sector privado.

A escassez de tecnologias (que tendem a atrair financiamentos exagerados) não é a causa principal da maior parte dos problemas no espaço humanitário e é pouco provável que mais tecnologia seja a solução. A inovação não é uma panaceia e tem os seus limites. Enquanto factor de mudança do sistema humanitário é “apenas” gradual, e este requer sobretudo e com urgência reformas profundas e sistémicas.

II. O caso das transferências monetárias

Conceito

As Transferências Monetárias (TM) são assistência humanitária em efetivo e que inclui um conjunto variado de modalidades, i.e. aquilo que é transferido para o recebedor: cupões a ser trocados por produtos ou serviços específicos e até efetivo, transferências monetárias condicionadas aos beneficiários que cumpram com determinado requisito, como o dinheiro-por-trabalho (“cash for work” CFW), e transferências não restringidas, não condicionais e com propósitos múltiplos, ou seja as TMPM (Transferências Monetárias com Propósitos Múltiplos).

As TM não são uma prática nova, mas são qualificadas como inovação dado o seu uso sistemático e crescente, a sua permanente modernização fazendo uso de tecnologias digitais e novos processos financeiros e o seu enorme potencial de expansão e de transformação do próprio sistema humanitário. As TM, principalmente as TMPM, têm permitido respostas humanitárias mais dignas, eficientes e eficazes, uma vez que a abordagem centra-se nas pessoas, as quais decidem o uso dos fundos de acordo com as suas prioridades.

As TM e os cupões foram usados no passado em múltiplas situações humanitárias, entre elas em Portugal na segunda metade dos anos 70 em apoio aos milhares dos denominados “retornados”. Através do então criado Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), o governo prestou uma assistência muito diversificada, nomeadamente monetária e em cupões alimentares a estudantes universitários. Durante uns meses o autor deste artigo foi um deles.

Já em 1991, Amartya Sen (“Hunger and Public Action”) recomendava o uso das TM como forma das famílias pobres terem acesso económico aos alimentos. Não sendo um sector, mas um instrumento, tais transferências têm uma longa história na assistência, mas só na última década se tornaram uma modalidade aceite pelo sistema humanitário. Também não são uma panaceia e embora comprovadamente apropriadas à maior parte dos contextos humanitários, a sua adequação depende de vários factores.

A desconfiança inicial e cautela sobre os programas de TM e o escrutínio a que foram submetidos por muitos doadores e organizações refrearam o seu desenvolvimento e obri-

garam a melhor programar e bem-fazer. Isto tem implicado a criação dum corpo crescente de evidências positivas e o desenvolvimento e uso sistemático de novas ferramentas, que igualmente têm beneficiado os projectos baseados na assistência em espécie. Estes, devido a raízes históricas, continuam a ser maioritários, mas continuará a baixar a sua quota actual de quase 90%, como resultado da análise sistemática da sua eficácia e eficiência recomendada pelo debate em curso sobre a reforma humanitária.

Estudos vários evidenciam que as TM têm um custo mais baixo e são mais flexíveis, e que na maior parte dos casos o seu uso, em vez da assistência em espécie, terá permitido aumentar o número de pessoas assistidas sem custos adicionais. Em todo o caso, a maior parte das respostas às crises é uma combinação de modalidades variável no espaço e no tempo.

Alguns dados das TM

A expansão das TM tem sido rápida se bem que muito aquém do potencial e comprovadas vantagens. Embora não seja fácil quantificar com precisão o volume global das TM, devido à falta de detalhe dos dados das várias agências², de projectos-piloto em 2004, estima-se que em 2016 as TM totalizaram 2,8 mil milhões de dólares, i.e. 10.3% do total da ajuda humanitária, tendo aumentado de 40% e 100% em comparação com 2015 e 2014, respectivamente (CaLP, 2018). Embora crescente o número de organizações e governos usando as TM numa diversidade de contextos, o crescimento foi desigual com o WFP e UNHCR³ a concentrarem mais de dois terços do total.

Os principais doadores e agências comprometeram-se, na CMH, a aumentar o uso das TM para pelo menos 25% do total da ajuda humanitária em 2020, estando alguns a considerá-las, principalmente as TMPM, como prioritárias nas respostas às crises humanitárias.

² Nomeadamente pelo “Financial Tracking System” da OCHA (Organization for the Coordination of Humanitarian Aid).

³ WFP: World Food Program. UNHCR: United Nations High Commission for Refugees.

Iniciativas no uso das TM – A maior parte das agências humanitárias activas em TM produziram os seus próprios manuais e juntaram-se com outras em iniciativas de alcance global:

CaLP (“Cash Learning Partnership”) – a maior e uma das mais activas parcerias globais de actores humanitários -150 instituições e mais de 5.000 profissionais- activos nos múltiplos aspectos das TM. Gerou um notável conjunto de produtos e tem sido um catalisador da transformação positiva do sector.

ELAN (The Electronic Cash Transfer Learning Action) – criada em 2015 pela Mercy Corps com o apoio da MasterCard é uma rede de actores – sector privado (>40), agências humanitárias (>60) e doadores, que procuram melhorar a eficácia das TM através do uso de tecnologias apropriadas.

CashCap - é uma iniciativa interagências gerido pelo Conselho Norueguês para os Refugiados que desde 2016 mobiliza profissionais para apoiar a coordenação, programação, capacitação e execução de TM em crises humanitárias, a nível regional e de país.

C4C “Cash for Change” (WFP) - iniciativa que criou vários produtos e contribuiu entre 2010 e 2014 para o aumento de 3 para 27% das operações TM e cupões do WFP.

Expansão e coordenação

As tendências nas políticas, crises cada vez mais complexas e persistentes, novas tecnologias com custos decrescentes (e.g. pagamentos digitais), concentração de pessoas afectadas nas zonas urbanas com necessidades mais diversificadas, integração dos mercados, recursos financeiros flexíveis e as comprovadas vantagens e lições aprendidas têm criado um ambiente favorável para a expansão das TM em volume, geograficamente e em todos os tipos de crises. Uma maior eficiência (fundamental num contexto de recursos insuficientes), o dar às pessoas possibilidade de escolha o que traz dignidade e sentido de normalidade e, o permitir ajustar-se a contextos em permanente evolução, são claras vantagens das TM. Os mitos iniciais, e.g. questões de segurança e a apropriação e uso indevido dos fundos, provaram não ser verdadeiros.

O uso crescente das TM exige uma liderança forte dos governos, uma programação eficaz e a formalização de uma coordenação global, que evite duplicações e tensões entre as agências. A falta dum mandato para a coordenação das TM na arquitectura humanitária incluindo um engajamento efectivo com os governos nacionais contrapartes e a associada falta de recursos específicos têm estado a limitar o potencial das TMPM como modalidade eficiente e eficaz de assistência humanitária.

O papel dos doadores. O caso específico da ECHO.

Os doadores têm um papel crucial na promoção e evolução das TM, devendo destacar-se o DFID e a ECHO⁴ que têm liderado várias iniciativas essenciais. Entre elas está a criação em 2015 dum High Level Panel (HLM) para analisar o potencial transformativo das TM nas respostas às crises humanitárias e na arquitectura do sistema humanitário. É constituído por líderes da esfera humanitária, do desenvolvimento, do sector privado (incluindo empresas tecnológicas) e universidades. Um dos seus produtos foram 12 recomendações sobre a expansão e uso sistemático em grande escala das TM.

Segundo o HLP, o uso das TM em locais adequados, sem restrições e via pagamentos eletrónicos resulta em: i) alinhamento do sistema humanitário com o que as pessoas necessitam e não com os mandatos sectoriais; ii) maior transparência, evidenciando quanta ajuda chega às populações; iii) redução dos custos, incrementando o valor dos fundos; iv) apoio aos produtores e mercados locais; v) ganho do apoio das populações locais à intervenção humanitária; vi) aumento da rapidez e flexibilidade da resposta; vii) incremento da inclusão financeira ao conectar as pessoas com os sistemas de pagamentos, mas sobretudo proporciona às populações a possibilidade de escolher e melhor controlar as suas vidas.

ECHO e TM – Além de financiar inúmeros projectos, o apoio e liderança da ECHO traduz-se por iniciativas múltiplas, e.g. uma política para o uso das TM e cupões (2013)*, guias operacionais e notas técnicas bem como o (co)financiamento de estudos e reforço de capacidades**. Em 2016 uma avaliação externa ao uso

⁴ DFID: Department For International Development (Reino Unido). ECHO (European Commission Humanitarian Office), mais correctamente designada por DG ECHO (Directorate-General for European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations).

das várias modalidades de assistência concluiu que em contextos comparáveis, as TM são mais eficientes que outras opções principalmente se em maior escala, e que as eficácias maiores são das TMPM.

Recomenda igualmente a integração das transferências humanitárias com as redes de proteção social, aproveitando a vantagem comparativa da ECHO de poder influenciar o apoio aos sistemas nacionais através de outros instrumentos da UE.

A este propósito, o Conselho Europeu endossou em 2015 os “10 Princípios Comuns para as TMPM” que constituem uma orientação para todos os Estados Membros da UE, para a própria CE e todos os parceiros operacionais, servindo ainda de instrumento de advocacia junto de outros doadores.

O maior projecto de sempre financiado pela ECHO é a “Rede de Protecção Social de Emergência” executado pelo PAM e pelo Crescente Vermelho da Turquia desde finais de 2016, que assiste 1,2 milhões de refugiados Sírios na Turquia com transferências mensais de cerca de 30 euros por pessoa.

Com o objectivo de aumentar a eficiência e eficácia dos projectos de média e grande dimensão, baseados em TMPM, em finais de 2017 a ECHO aprovou orientações específicas para os parceiros, mas vários ainda mantêm algumas reservas, dado o esquema proposto de romper com as abordagens tradicionais.

* De acordo com a sua política, ECHO não advoga por uma modalidade específica de assistência, ou seja em espécie, TM ou cupões, apoiando a modalidade mais eficiente e eficaz e mais adaptada ao contexto.

** O “ERC” (Enhanced Response Capacity).

Nem sempre as TM são a melhor opção, caso de mercados com fraca capacidade de resposta, ou são mesmo possíveis, como quando os governos não o permitem, embora tais casos sejam cada vez mais raros e temporários. As TM devem também ser complementadas pelo fornecimento de bens públicos que os mercados não podem prover, tal como proteção, saneamento ou imunização. O uso das TM não significa que as agências humanitárias desistam dos papéis de proximidade, presença e testemunho do sofrimento das pessoas afectadas pelas crises; na verdade ao tornar a resposta mais eficiente as agências têm de facto esse papel.

Um balanço e perspectivas

As TMPM têm mostrado a sua adequação a: i) situações de transição da urgência à reabilitação e desenvolvimento, i.e. o denominado *nexus* humanitário – desenvolvimento; ii) articularem-se com sistemas nacionais de proteção social – cada vez mais frequentes no combate à pobreza – que, como acontece na Etiópia e no Quénia, são expandidos em algumas das situações de crise para servir como canais temporários de assistência, dispensando acções humanitárias específicas e recorrentes; um formato que desafia as tradicionais respostas organizadas por sectores⁵; iii) conectarem-se com programas de prevenção de desastres e gestão de riscos, actuando como amortecedor que permite aos agregados familiares satisfazerem as suas necessidades básicas enquanto reestabelecem os seus meios de vida; e iv) assistirem populações pobres participantes em programas de microcrédito que após um desastre não conseguem cumprir o plano de reembolso.

Uma avaliação de projectos baseados em TM durante 15 anos destaca impactos a nível individual e do agregado familiar na pobreza, escolarização, uso dos serviços, poupanças e investimentos e assim na autonomia financeira. As TM contribuíram ainda para o empoderamento das mulheres, designadamente em termos de escolhas – e.g. casamento, fertilidade e abuso físico, impactam positivamente no seu bem-estar e oportunidades, em particular no emprego e educação, na redução do trabalho infantil, nos investimentos produtivos enquanto chefes de família e na redução do uso de estratégias de sobrevivência negativas. A nível de país, as TM podem ter um efeito multiplicador na economia local, e.g. Líbano onde cada dólar gasto pelos refugiados gerou 2,13 dólares de PIB para a economia libanesa.

Ao transferir a decisão da escolha para quem recebe, as TMPM não se integram bem no actual arranjo institucional do sistema humanitário, organizado em clusters sectoriais, causando problemas de “territorialidade” e coordenação entre agências com mandatos muito específicos (ONU). Isto não favorece o desejado crescimento desta modalidade, que desafia o “modelo de negócio” da ajuda humanitária, que continuará a reflectir os seus próprios problemas estruturais no uso das TM, a não ser que se tomem colectivamente iniciativas concretas de mudança, resumidas nas 12 recomendações do HLP. Um exemplo

5 Onde não existem, os projectos humanitários com TM (e.g. Oxfam e Concern no Quénia) podem ser um ponto de partida para abordagens de proteção social a longo prazo influenciando políticas governamentais.

é o do Líbano em 2014, em que mais de 30 agências usaram TM e cupões para 14 diferentes objectivos.

As TM constituem por si só uma agenda multi-actores e multisectorial pelo que todos os envolvidos têm a responsabilidade de melhorar o sistema cumprindo com os compromissos assumidos, incluindo governos, com políticas adequadas. O cenário actual dum conjunto crescente de organizações humanitárias efectuando TM com diferentes objectivos continuará a evoluir consistentemente para programas de maior escala e duração com financiamentos previsíveis respondendo às necessidades básicas das pessoas. A questão hoje já não é se esta modalidade de ajuda é apropriada ou não, mas sim como é que as organizações humanitárias, doadores e governos podem utilizá-la melhor. O HLP propõe que as TM sejam o padrão em relação ao qual outras formas de assistência se devem comparar e que a pergunta sistemática deve ser “Porque não TM? E se agora não, então quando?”

Refugiados Sírios na Jordânia e deslocados na Nigéria

Na Jordânia a maioria dos 660.000 refugiados Sírios registados oficialmente está no país há já alguns anos, vivendo 80% em áreas (sub)urbanas, ao lado de cidadãos jordanos e os restantes em campos. Para além da sua massiva assistência, no quadro do “Jordan Response Plan” o Governo da Jordânia coordena a ajuda aos refugiados prestada por um grupo numeroso de doadores e agências internacionais tradicionais em parceria com organizações locais.

Com excepção dos “e-cupões” (electrónicos) usados pelos cerca de meio milhão de refugiados apoiados pelo WFP para adquirir alimentos e obter efectivo e que é o maior programa, a maior parte da restante assistência é efectuada via TMPM mensais continuadas, casos dos programas da UNHCR e da UNICEF e da maior parte das ONGs principais. Em simultâneo, várias agências implementam TM condicionais de duração variável para a educação, saúde, protecção, e apoio para o inverno. Os pagamentos digitais são a forma mais comum de transferência usando cartões ou não (leitura da íris nos multibancos). Nos programas das ONGs, 30% das transferências são obrigatoriamente destinadas a famílias jordanas pobres. O grupo de trabalho “Necessidades Básicas” faz a seleção das famílias baseada na sua vulnerabilidade e coordena as TM, vitais para pagar rendas e ou-

tras facturas bem como para reduzir estratégias de sobrevivência penalizantes. Estão em curso complementaridades e transições entre as TM, os rendimentos gerados pela actividade laboral* e a potencial inclusão dos casos mais vulneráveis (idosos e deficientes) nos sistemas de protecção social nacionais. São particularmente relevantes os fundos especiais activados por alguns doadores, caso do Madad, um “trust fund” da UE para os refugiados Sírios nos vários países vizinhos.

Nove anos de conflicto no NE da Nigéria causaram mais de 2 milhões de deslocados e para 2018 estima-se que 7,7 milhões de pessoas necessitem de ajuda humanitária, em espécie e em efectivo. A viabilidade das TM é variável sendo determinada pela capacidade dos mercados se aprovisionarem e pela preferência dos refugiados por efectivo (que inclui razões de segurança). Em todo o caso, estudos recentes (UNHCR e REACH) confirmaram que em geral as TM são adequadas para satisfazer as necessidades básicas, incluindo em algumas das áreas mais recentemente libertadas.

Segundo a OCHA, em 2017 o valor total das TM e cupões foi ca de 98 milhões de dólares americanos, a quase totalidade incondicionais** apoiando uma média mensal de 120,000 pessoas, a maioria refugiados mas também residentes e retornados. As 20 agências (quase todas priorizando a assistência alimentar) usam principalmente cupões eletrónicos mas também distribuem dinheiro “vivo”.

* No quadro do “Jordan Compact” acordado com os doadores no início de 2016, ca. 100.000 refugiados receberam vistos de trabalho

** O valor será muito maior porque as acções do CICV não estão incluídas.

Referências

Barbelet, V et al (2018). *The Jordan Compact. Lessons learned and implications for the future*. ODI, Policy Briefing, February 2018. London

CaLP (2018) - *State of World's Cash Report. Cash transfer programming in humanitarian aid*. Geneva, Cash Learning Partnership. February 2018

ECHO (2013) - *Cash and Vouchers: Increasing efficiency and effectiveness across all sectors*. Thematic Policy Document No. 3. Brussels.

HARVEY, P and BAILEY, S (2011) - *Cash transfer programming in emergencies*. CaLP. HPN Good Practice Review 11, June 2011.

OBRECHT, A et al (2017) - *Evaluating Humanitarian Innovation*. HIP – ALNAP Working paper. London

ODI (2015) - *Doing cash differently. How cash transfers can transform humanitarian aid. Report of the High Level Panel on Humanitarian Cash Transfer*. ODI and Center for Global Development, Sep 2015

ODI (2017) - *Cash transfers for refugees. An opportunity to bridge the gap between humanitarian assistance and social protection*

SCRIVEN, K (2016) - *Humanitarian Innovation and the art of possible*. In Humanitarian Exchange Number 66 of April 2016. Special Feature on Humanitarian Innovation. HPN, London

WB (2016) -. *Cash Transfers in Humanitarian Contexts: Strategic Note*. World Bank, Washington.

Hipotisando um novo espaço público através de evidências no comentário criativo social nas redes sociais em Moçambique

CARMELIZA ROSÁRIO, UNIVERSIDADE DE BERGEN
EUCLIDES GONÇALVES, KALEIDOSCOPIO

“ O WhatsApp tem um particular apelo pelo seu serviço encriptado, o que permite comentário e crítica social com um pretenso sentido de anonimidade ”

O contexto da tecnologia móvel e os média sociais em Moçambique

A penetração da internet em África permanece baixa, com cerca de 28% e a penetração do Facebook representando cerca de um terço.¹ A penetração em Moçambique está estimada em apenas 6%, e uma percentagem semelhante para os utilizadores do Facebook. A maioria destes utilizadores do Facebook, acredita-se que o acedem através de telefones móveis.

A penetração da telefonia móvel, ao contrário da Internet, é alta. Ao todo, estima-se que cerca de 77% da população moçambicana tenha acesso a um cartão SIM², com tendência para aumentar. Com a disponibilidade de *smartphones* e operadores mais acessíveis para um número cada vez maiores de utilizadores de rendimento médio-baixo, o uso de plataformas como o Facebook e o WhatsApp continuam a aumentar. O WhatsApp tem um particular apelo pelo seu serviço encriptado, o que permite comentário e crítica social com um pretenso sentido de anonimidade.

O uso dos telefones móveis tem sido descrito simultaneamente como mecanismo de consumo e produção de pobreza (Carmody 2012). No entanto, o seu potencial para a criação ou renovação do espaço público, particularmente em espaços autoritários também já foi assinalado (Abreu Lopes e Srinivasan 2014), ainda que estes espaços sejam virtuais, efémeros e de acessibilidade desigual.

No entanto, é de consenso que as redes com que se pode aceder através da tecnologia móvel são de grande importância e são o que têm influenciado a expansão desta tecnologia no continente. Estas redes, optimizadas através da tecnologia, sustentam relações cruciais até para subsistência, que de outra forma poderiam tornar-se fracas com a distância. Ao mesmo tempo, conforme iremos argumentar, estas redes podem servir simultaneamente como meio de desenvolver e disseminar comentário social de formas criativas.

1 Source: Internet World Stats (<http://www.internetworldstats.com>).

2 Source: Mozambique - Telecoms, Mobile, Broadband and Digital Media - Statistics and Analyses (<https://www.budde.com.au/Research/Mozambique-Telecoms-Mobile-Broadband-and-Digital-Media-Statistics-and-Analyses>)

O conteúdo

No presente ensaio, partimos da ideia que África é um espaço de inovação e criatividade epistemológica. É dentro desta premissa que exploramos a intersecção entre a criatividade e o comentário social nas redes sociais. Na generalidade, a literatura sobre redes sociais e tecnologia de informação focalizam no uso das redes para mobilização social (Sassen 2005; Nyamnjoh 2005; Castells 2007; Juris 2008). A nossa abordagem foca especificamente em formas de comentário satírico e de entretenimento que, embora não levem necessariamente à mobilização, manifestam de forma viral e poderosa o sentimento público.

O WhatsApp, em particular, apresenta-se como um meio para a popularização do comentário criativo social anónimo. No entanto, este é muitas vezes um veículo para a propagação de mensagens originalmente postadas no Facebook. Por outro lado, as mensagens circuladas têm um efeito real, uma vez que produzem reacção fora das redes sociais, como comunicados de imprensa de instituições ou indivíduos afectados. Peças jornalísticas e reportagem, por vezes, também seguem temas de interesse despoletados dentro das redes.

A discussão que se segue baseia-se em três eventos amplamente difundidos e discutidos nas redes sociais, através de edição fotográfica, música, apropriação de memes e montagens de vídeo, de eventos ocorridos nos anos de 2017 e 2018.



figura 1. “Tsekelac”



figura 3. “Donald Trump quer Tseke”



figura 2. “Paratskemol”



figura 4. “Tseke FC”

Tseke

O primeiro caso refere-se a uma proposta em Fevereiro de 2017, para a produção e comercialização da planta *amaranthus*, conhecida nas línguas *Tsonga* do sul de Moçambique como *Tseke*. O intuito do governo era de melhorar a nutrição com uma planta nativa e de baixo custo de produção. A reação foi rápida e generalizada, uma vez que a planta é tida como não tendo valor comercial, por crescer espontaneamente em qualquer lugar, incluindo junto a latrinas.

Alguns dos memes que circularam incluíam imagens de produtos comerciais com as marcas modificadas, como a Cerelac transformada em **Tsekelac** ou Paracetamol em **Paratsekemol**.

Uma imagem de Donald Trump continha o texto “Alô Nhussy... kero *Tseke* com Atum assado”. Esta imagem joga simultaneamente com a eleição de Trump e com o agudizar da crise que se abateu sobre a economia moçambicana, devido às dívidas contraídas pelo elenco governamental anterior, alegadamente para compras de barcos atuneiros.

Um outro *mem*e apresenta o gabinete de ministros que introduziu a proposta do uso do *Tseke*, posando para uma fotografia em vestes desportivas, com a legenda *Tseke FC*.

Entre os vários vídeos que circularam, dois jovens mostram um terreno baldio onde o *tseke* cresce livremente e em tom jocoso descrevem as diferentes formas e momentos em que os jovens seguem as “ordens do governo”, por exemplo consumindo *tseke* depois de um jogo de futebol no bairro.

Um cantor prolífero lançou imediatamente uma canção e em seguida fez um vídeo. O vídeo, apresentado em cenário típico de um *videoclip* de *hip hop*, com mulheres glamourosas e homens opulentos, consumindo o desdenhado *tseke* como se se tratasse de um prato *gourmet*. A letra da música é simples e apelativa e joga com os vários temas de interesse social:

Ziqo - tseke

“Vamos comer *tseke*, vamos comer *tseke*
Se você não quer *futseke*³ (3x)
Vamo’ comer *tseke*, traga-me uma panela
Vamo’ comer *tseke*, ponha-me óleo nela
Vamo’ comer *tseke*, tô *bizz*⁴ numa *xima*⁵
Vamo’ comer *tseke*, *tseke* e *xima* como anima

Segunda *taco*⁶ não houve
Terça eu comi couve
Eu tô *txonado*⁷, logo nesta crise
Mas minha dama não ouve (2x)

Gosto da minha terra
O governo não ferra⁸
Falam muito lá: “comam *tseke*”, logo num país que há guerra

Afinal *tseke* vem donde?
E como se faz pa ter *tseke*?
*Hina xixi tanhana*⁹ (3x)”

3 ‘Vai-te embora’.
4 Ocupado (do inglês busy).
5 Massa de milho.
6 Dinheiro.
7 Falido.
8 Dorme
9 Vem do xixi.

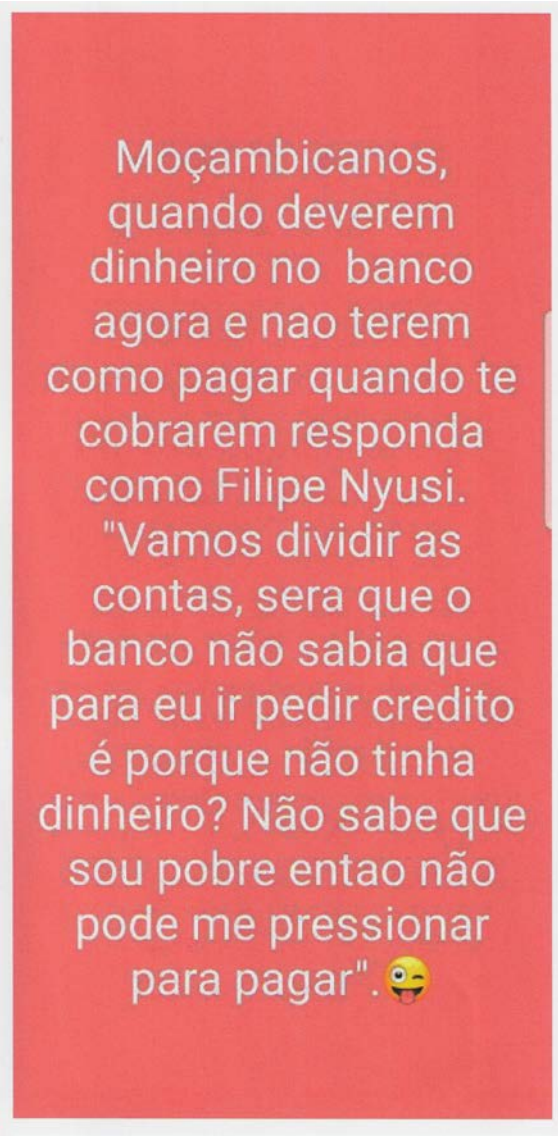


figura 5. “Responda como Filipe Nyusi”

A mesma música foi tocada em vários concertos pelo país, por um grupo de músicos considerados “all star” de uma produtora à qual o primeiro músico esteve associado no início da sua carreira. A letra foi ligeiramente alterada, satiricamente imprimindo ainda mais *glamour* ao consumo do *tseke*. Este exemplo permanece o expoente máximo da interação do comentário e crítica social, com um *interface* tão potente dentro e fora das redes sociais. De tal modo que *tseke* foi considerada a palavra do ano de 2017 em circulação nos media e redes sociais, em Moçambique.

Partilha de responsabilidades

Em Abril de 2018, o presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, deu um discurso na Chatham House, em Londres. Aí afirmou que os países com os quais Moçambique havia contraído a dívida, que causou a retirada do suporte ao Orçamento do Estado pelo FMI e demais doadores, também deveriam partilhar parte da culpa pelo endividamento. As instituições que fizeram o empréstimo, segundo ele, deveriam ter consciência que era dinheiro a mais a emprestar a um país pobre e

que este não teria condições de repagar a dívida.

As reacções não se fizeram esperar. Num caso, um texto em circulação instruía quem tivesse dívida com o banco a usar a desculpa do presidente para não pagar, alegando que o banco deveria saber que para se endividar é porque a pessoa não tem dinheiro.

Outra ilustração mostrava um ladrão de bancos a fugir dizendo que se fosse apanhado usaria o Plano Nyusi, culpando os bancos por o terem deixado entrar. A folha satírica de um jornal impresso usou uma das metáforas em circulação nas redes sociais e transformou em *cartoon*. Nele dois homens pagam menos pela bebida consumida. Quando o vendedor reclama eles afirmam que deve haver partilha de responsabilidades, consoante o exemplo do presidente. Afinal eles apenas beberam porque o vendedor lhes vendeu a bebida.

Preço da galinha

Abril é também o anúncio do ajuste salarial. Quase logo a seguir à visita do presidente a Londres, o ajuste salarial foi anunciado. O salário mínimo dos funcionários foi ajustado em 6.5%, que foi calculado como equivalendo a 260 meticaís. Um dos jornais calculou como sendo suficiente para comprar seis cervejas. Outro calculou como sendo suficiente para comprar um frango. Um comentador de Facebook, cujo comentário circulou no WhatsApp também, lembrou que servia também para usar para transporte e votar em Outubro, presumivelmente na oposição.

Um jovem da província de Tete, no centro do país, usou o anúncio do preço da galinha vendida pelo seu vizinho para demonstrar que nem os 260 meticaís chegariam para comprar o frango. A sua postagem, fora da capital, exemplifica o alcance permitido pela tecnologia do telefone móvel e das redes sociais para a difusão dos comentários sociais.

Reagindo às críticas, o presidente exprimiu que as considerava injustas, visto que o aumento era o possível, dado o contexto económico. No entanto, ele referiu que a inflação havia reduzido. Mencionou ainda que era possível comprar frangos por 50 meticaís.

As reacções a esta última afirmação foram ainda mais virulentas. Foram circuladas fotografias de pintos, de frangos esqueléticos, de frangos em promoção. Na folha satírica

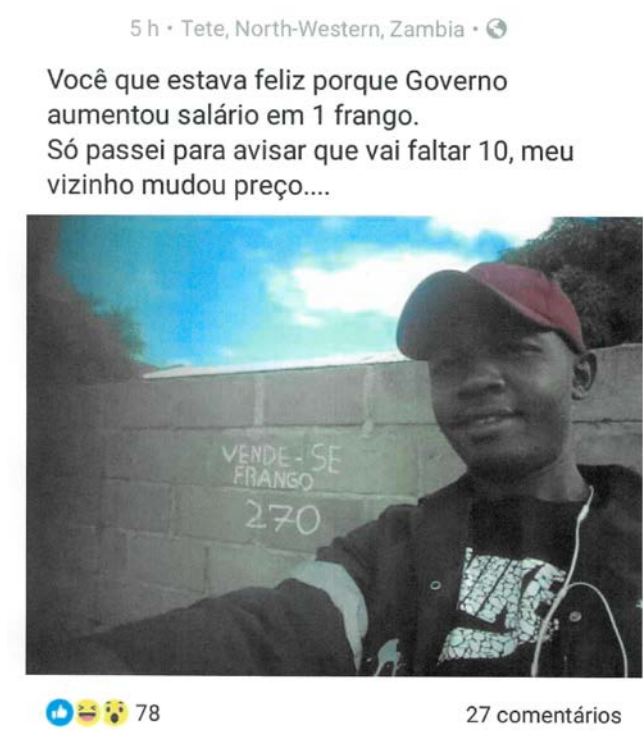


figura 6. “Frango mudou de preço”



figura 7. “Frango em promoção”

do jornal alguém pedia 3 frangos na promoção do presidente.

Finalmente, alguém legendou o vídeo do espanhol risonho “el risitas”, com o seguinte texto:

“Apareceu com uns papos de falar de economia, inflação, cenas que não sabemos. Meteu água quando disse que frango está a 50 meticaís. (risos)

Edjo! (risos)

Edjo! Nem 1kg de patinhas está a 50 meticaís. (risos)”

Criatividade e comentário social

O autor Achille Mbembe¹⁰ considera que os africanos encontraram na Internet a forma de se comunicar entre si e com o mundo. Esta conexão permite o acesso à informação, e com a Internet algumas das narrativas de libertação começam a ressurgir, particularmente dadas as desigualdades persistentes nas sociedades africanas. Mbembe reconhece o poder da Internet como uma fonte de mobilização. É também da opinião que este é um espaço onde tanto as vozes progressivas como as conservadoras clamam por este espaço. Ele argumenta ainda, que dada a natureza efémera e a virtualidade das redes sociais, a Internet não é suficiente para criar uma verdadeira esfera pública.

Do nosso ponto de vista, apesar da natureza efémera que o espaço digital oferece, este oferece uma aparente liberdade, principalmente através do anonimato e dos dados encriptados, principalmente no WhatsApp. Este formato em particular permite também restringir o conteúdo a uma audiência de confiança. Existe uma intersecção entre as trocas do foro privado e o consume público por uma audiência desconhecida. Nesta intersecção, excepto quando as mensagens são claramente atribuíveis a indivíduos que assumem a sua opinião, podem ser partilhadas e redistribuídas as opiniões mais chocantes, sob a protecção do anonimato e pretensa privacidade.

Anteriormente Mbembe (1992) havia notado que “as forças tirânicas da África Sub-Sahariana” devem ser estudadas dentro das trocas “subliminares e íntimas” entre os poderosos e os despojados. De facto, ainda de acordo com Mbembe “a obscenidade e vulgaridade constituem uma das modalidades de poder na pós-colónia”. Tal pode ser visto claramente nas trocas de WhatsApp, mesmo nas que pretendem ser do foro do entretenimento.

As novas tecnologias e plataformas de comunicação, como os telefones móveis, o WhatsApp e o Facebook, permitiram a criação de uma reapropriação criativa e a reconstrução de um espaço público onde novas formas de expressão populares não podem ser reprimidas. Ao mesmo tempo, estas aparentes novas formas de criação artísticas são, de alguma maneira, parte integral da forma como o engajamento social com o espaço público

tem operado com os média clássicos. Por essa razão parece haver uma simbiose, diálogo e cumplicidade entre os diferentes meios de disseminação do comentário social.

Jeniffer Jackson (2009), analisando a política oratória de Madagáscar, articula de forma interessante as trocas delicadas entre as políticas locais em reacção à “democracia globalizadora e modernidade”. A comunicação dentro do WhatsApp tem impactos significativos, capazes de produzir realidades para além da virtualidade. A forma mais eficiente de comunicação parece ser a sátira, que antes habitava as peças teatrais e as canções, e que agora parece estar a encontrar extensão em *memes* virtuais e imagens em Photoshop.

Tal como Jackson, Toulabour (1996) também olha para a linguagem, em particular as palavras, na sua interação com o processo de democratização. A linguagem, de acordo com ele, é múltipla e esconde múltiplas formas e significados. Dessas formas múltiplas se desenvolve a criatividade, com o intuito de dialogar, influenciar e moldar a realidade social, quer a democrática como a autoritária. As plataformas e redes sociais, que aptamente providenciam espaço para uma “ocupação amnésica”, ao mesmo tempo podem e têm sido usadas de forma criativa como veículo de opiniões e sentimentos.

¹⁰ The Internet is Afropolitan (<https://thisisafrica.me/the-internet-is-afropolitan/>).

Referências

Abreu Lopes, Claudia, and Sharath Srinivasan. 2014. "Africa's Voices: Using Mobile Phones and Radio to Foster Mediated Public Discussion and to Gather Public Opinions in Africa." Working Paper. <https://www.repository.cam.ac.uk/handle/1810/245269>.

Carmody, Pádraig. 2012. "The Informatization of Poverty in Africa? Mobile Phones and Economic Structure." *Information Technologies & International Development* 8 (3): 1–17.

Castells, Manuel. 2007. "Communication, Power and Counter-Power in the Network Society." *International Journal of Communication* 1 (1): 29.

Jackson, Jennifer L. 2009. "To Tell It Directly or Not: Coding Transparency and Corruption in Malagasy Political Oratory." *Language in Society* 38 (1): 47–69. doi:10.1017/S0047404508090039.

Juris, Jeffrey S. 2008. *Networking Futures: The Movements against Corporate Globalization*. 6.1.2008 edition. Durham, N.C: Duke University Press Books.

Mbembe, Achille. 1992. "The Banality of Power and the Aesthetics of Vulgarly in the Postcolony." *Public Culture* 4 (2): 1–30. doi:10.1215/08992363-4-2-1.

Nyamnjoh, Francis B. 2005. *Africa's Media: Democracy and the Politics of Belonging*. Zed Books.

Sassen, Saskia. 2005. "Electronic Markets and Activist Networks: The Weight of Social Logics in Digital Formations." In *Digital Formations: IT and New Architectures in the Global Realm*, edited by Robert Laatham and Saskia Sassen, 54–88. Princeton, N.J: Princeton University Press.

Toulabor, Comi M. 1996. "Les Mots Sont Fatigués Ou La Désillusion Démocratique Au Togo?" *Politique Africaine*, no. 64: 62–70.

Black Panther: deitar abaixo os obstáculos de imaginar outra coisa

PEDRO MOURA

CRÍTICO E INVESTIGADOR DE BANDA DESENHADA

“Compreender a cultura popular não como um produto imposto por um poder hegemônico sobre as massas crédulas, mas antes um espaço de permanente negociação na esfera pública, onde vários ‘usos culturais’ são possíveis”

Sou, regra geral, um optimista. Caso contrário, não conseguiria enfrentar os dias, ser professor, ou acreditar fazer sentido trazer crianças ao mundo. Mas nessa sub-cave da realidade virtual – os comentários da internet – dou de caras com as realidades mais sombrias que a humanidade nos reserva. A propósito do *trailer* do filme *Black Panther* no youtube, alguém escreveu o seguinte: “uma nação africana isolada e tecnologicamente avançada? Alguém está a brincar comigo, não é?”

É surpreendente que, neste conjunto de histórias de super-heróis da Marvel, se suspenda a descrença em relação a uns pontos, mas outros acabem por serem salientados como “impossíveis” ou “absurdos”. Aceita-se que a radiação gama transforme um homem num gigante verde (Hulk). Que um adolescente seja mordido por uma aranha radioactiva e ganhe capacidades extraordinárias (Homem-Aranha). Que um trinca-espinnhas receba um soro e uns raios para se converter num soldado perfeito (Capitão América). Que seres alienígenas tenham sido tomados por deuses na Escandinávia do século VIII (Thor & companhia). Já aceitar que um país africano possa desenvolver tecnologia digna de qualquer fantasia científica parece quebrar a ilusão.

*

Desde Stuart Hall e John Fiske que devemos compreender a cultura popular não como um produto imposto por um poder hegemónico sobre as massas crédulas, mas antes um espaço de permanente negociação na esfera pública, onde vários “usos culturais” são possíveis e, mais, serem surpreendentes e até mesmo imprevistos pelos produtores originais. “Culturas de fãs” que constituem, como descreve André M. Carrington, “espaços intelectuais vernaculares nos quais os membros do público interrogam os dilemas da vida quotidiana empregando os recursos da cultura popular”.

Inegável é o facto de que a cultura de massas perpetua bastas vezes estereótipos racistas, assim como constitui uma força de imensa magnitude na construção mental que temos uns dos outros, e sobretudo do “Outro” quando o assumimos como tendo características *opostas* a um “Nós”. Porém, ela poderá também providenciar instrumentos de cooperação, de solidariedade ou de construções positivas da identidade. Ao longo da história

dos contactos culturais existiram formas de entretenimento anti-racistas que permitiram uma maior variedade de papéis, de distribuição da acção, e de valores morais e intelectuais das personagens representativas das múltiplas comunidades em contacto (um recente estudo de M. A. Kebler, *Censoring Racial Ridicule*, trabalha no sentido dessa história).

Ao estudarem-se sucessos contemporâneos de popularidade como a série animada *Steven Universe*, de Rebecca Sugar, o filme *Get Out*, de Jordan Peele, ou os álbuns conceptuais *Metropolis* de Janelle Monáe, é absolutamente crucial que se compreenda como os tropos da ficção científica são empregues de uma maneira combativa. Neste caso, o fomento de representações positivas dos negros junto a sociedades em que a sua “imagem generalizada” continua associada a estereótipos intelectual e socialmente debilitantes. *Black Panther*, realizado por Ryan Coogler (2018) é um caso de grande espectacularização e impacto significativo na nossa construção de uma outra possível ideia de “África”.

O filme em si poderia ser lido de muitas formas. Sendo uma peça do puzzle do “universo cinematográfico da Marvel”, que liga de uma forma complexa vários filmes, séries de televisão e outras produções transmediáticas da cultura popular, é aquilo que P. Harrigan e N. Wardrip-Fruin chamam de “vastas narrativas”. Significa isto que se pode ver o filme de modo isolado, sem grandes perdas de sentido, ainda que se fique a ganhar ao saber que o protagonista e o seu país já haviam sido apresentados num filme anterior (*Capitão América: Guerra Civil*, real. irmãos Russo, 2016). Além disso, levar-nos-ia a compreender de que maneira a personagem do Pantera Negra, criado por Stan Lee e Jack Kirby em 1966, foi sendo trabalhada ao longo de décadas, através da inflexão de vários criadores. Cada uma dessas iterações tem a sua importância e singularidade (presentemente, a série de banda desenhada é escrita por Ta Nehisi Coates, revelando os cruzamentos dos supostos níveis culturais), fazendo porém sempre parte de um todo cambiante. Podia ainda considerar-se como uma obra autoral, focando tão-somente o realizador do excelente *Creed* (2015). As facetas económicas, de produção e da sua recepção mundial têm sido igualmente debatidas, já para não falar de como o filme entra em diálogo com a realidade política contemporânea à escala global, sobretudo no que diz respeito à representação dos negros nos Estados Unidos da América, e a dimensões históricas específicas dessa realidade, tematizadas na narrativa.

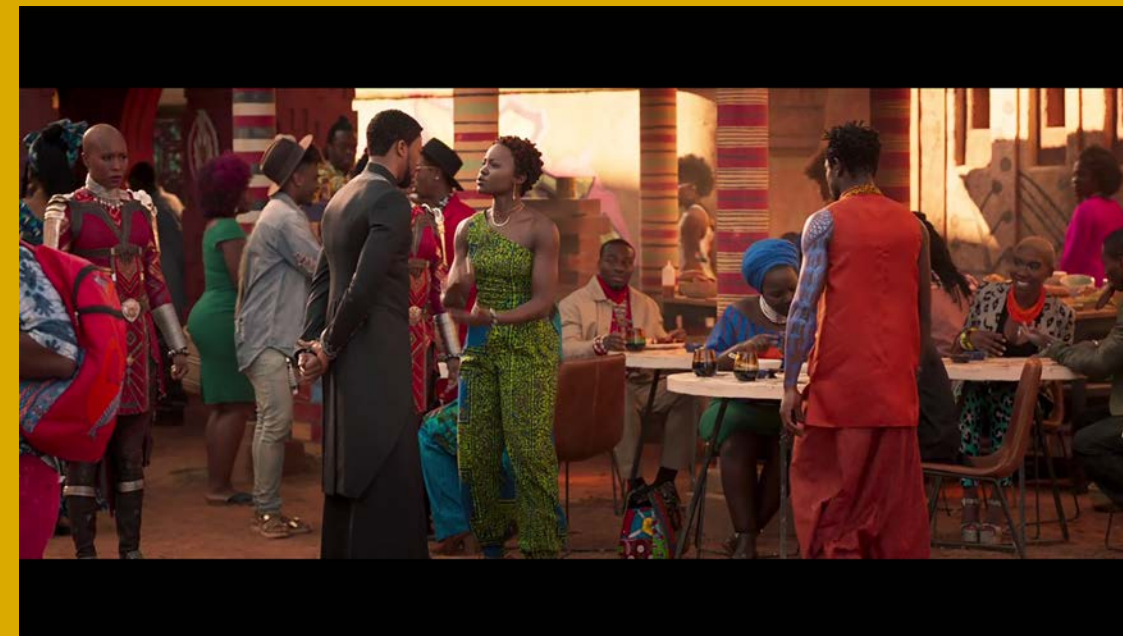
Contudo, no texto presente, interrogaremos tão-somente a forma como providencia uma forma imaginativa de repensar a cultura africana sob o domínio da tecnologia.

*

O filme centra-se na figura de T'Challa, o rei-xamã, ou Pantera Negra, de Wakanda, país que, apesar de ficcional, faz fronteira com países reais, como o Uganda, visível nos mapas mostrados nos filmes. Na economia narrativa destes filmes, acredita-se que Wakanda é um país africano sub-desenvolvido, “idêntico” à ideia que a esmagadora maioria da cultura popular e os meios de comunicação informativa, sobretudo ocidental, generalizam. Há milhões de anos um meteorito de vibranium, um metal fictício de origem extraterrestre, caiu no seu território. A propriedade principal deste metal é a de absorver vibrações, tornando-o praticamente indestrutível. Componente principal para muitas das acções dos vários filmes interligados é a razão de Wakanda ser detentor de tecnologias fantásticas em termos da medicina, comunicação, nanotecnologia, transporte e conservação de energia. Não há grande aprofundamento sobre as suas aplicabilidades e modos de produção e exploração, tornando-o num típico “pau para toda a obra” com propriedades flexíveis e quase *ex machina*.

Porém, perdemos essa incongruidade, já que ela permite introduzir a personagem, exemplar, que assume o papel principal da inovação contemporânea baseada no vibranium: a princesa Shuri, irmã de T'Challa. Um génio da tecnologia e cheia de verve juvenil, é ela quem melhora versões do fato de combate do Pantera Negra, os comboios MagLev da cidade, exerce cirurgia de ponta, conduz viaturas à distância, combate, é fã de *memes* e tem *playlists* cheias de *kwaito* e *gqom*.

Nas discussões sociológicas sobre tecnologia e inovação, usualmente há uma centralidade naquelas desenvolvidas pelo mundo ocidental consequentemente aplicadas, vendidas ou imitadas pelo “terceiro mundo”. David Edgerton propôs a noção de “tecnologias crioulas”, descritas como “um conjunto distinto de empregos fora do tempo e espaço onde [a tecnologia] foi empregue pela primeira vez numa escala significativa. Assim, é distinta de tecnologias transferidas (...). Muitas vezes, mas não necessariamente, estas tecnologias originadas noutra local combinam-se de maneiras originais com tecnologias locais, formando híbridos, que não apenas combinam tecnologias crioulas com tecnologias locais, como elas próprias se tornam novas tecnologias crioulas”. Ora, o elemento fantástico do vibranium vem subtrair-se a esse número, já que é nativo da própria Wakanda, subli-



BLACK PANTHER (MARVEL STUDIOS, 2018), REAL. RYAN COOGLER

“

**A cultura de massas perpetua
bastas vezes estereótipos racistas,
assim como constitui uma
força de imensa magnitude na
construção mental que temos
uns dos outros, e sobretudo do
‘Outro’ quando o assumimos
como tendo características
opostas a um ‘Nós’**

”

nhando assim, juntamente com a figura de Shuri, uma total autonomia. Nesse sentido, estamos perante um símbolo de inovação único.

A fantasia de um país africano jamais colonizado política e tecnologicamente por forças externas não dispensa, ainda assim, perpetuar a ideia de um mito de intimidade com a natureza. Uma outra repercussão do vibranium é a origem de uma planta com a forma de coração, a qual alicerça os poderes extraordinários do Pantera Negra. Apesar desse mineral incrível ser a base da tecnologia avançada de Wakanda – aparentemente mais avançada que outros produtores de tecnologia neste mundo ficcional, como a de Anthony Stark, ou Homem de Ferro – há uma associação “mágica” à natureza, dando acesso igualmente ao “plano ancestral”, uma savana onde se encontram os espíritos dos anteriores Panteras Negras, com a tipificada acácia. Numa cena fulcral, porém, é Shuri quem garante, a uma das duas personagens brancas neste épico repleto de personagens africanas, que a razão da sua cura tão repentina não se deve à magia, mas à tecnologia, apontando a seu redor tudo o que é desenvolvido graças ao vibranium.

A construção imaginativa de Wakanda poderá assim encaixar-se na categoria conhecida por “Afrofuturismo”, termo aplicado a um campo multidisciplinar e interseccional que pode ser descrito como a perspectiva negra sobre as dimensões culturais, estéticas, identitárias e políticas da ficção científica, tal como da própria ciência e tecnologia. Cunhado em 1993 por Marc Dery no artigo “Black to the Future”, explicitava-se esta noção como a de “uma significação afro-americana que se apropria de imagens de tecnologia e de um futuro prosteticamente aperfeiçoado”. Se o foco inicial era a escrita de ficção científica de Samuel R. Delany e a banda desenhada da Milestone Comics, no próprio artigo a sua aplicabilidade tornar-se-ia de imediato retroactiva, para incluir, por exemplo, a produção musical de Sun Ra, Herbie Hancock e os Funkadelic. Além disso, a sua elasticidade de meios, géneros e experiência permitiria que, consequentemente, viesse a incluir muitos outros projectos não-americanos, tornando-se mais um instrumento de expressão acessível a autores em todo o mundo.

As questões que Dery colocou desde o início têm ainda hoje repercussão na sua recepção problemática, tal como exposta no comentário que citei. Escreve o autor:

“Esta noção (...) dá azo a uma antinomia preocupante: poderá uma comunidade, cujo passado foi deliberadamente apagado, e cujas energias têm sido subsequentemente consu-

midas por uma busca por traços legíveis da sua história, imaginarem futuros possíveis?”

Black Panther oferece precisamente uma possibilidade de imaginar um futuro africano tecnologicamente determinado cuja agência e protagonismo está nas mãos dos seus próprios filhos.

*

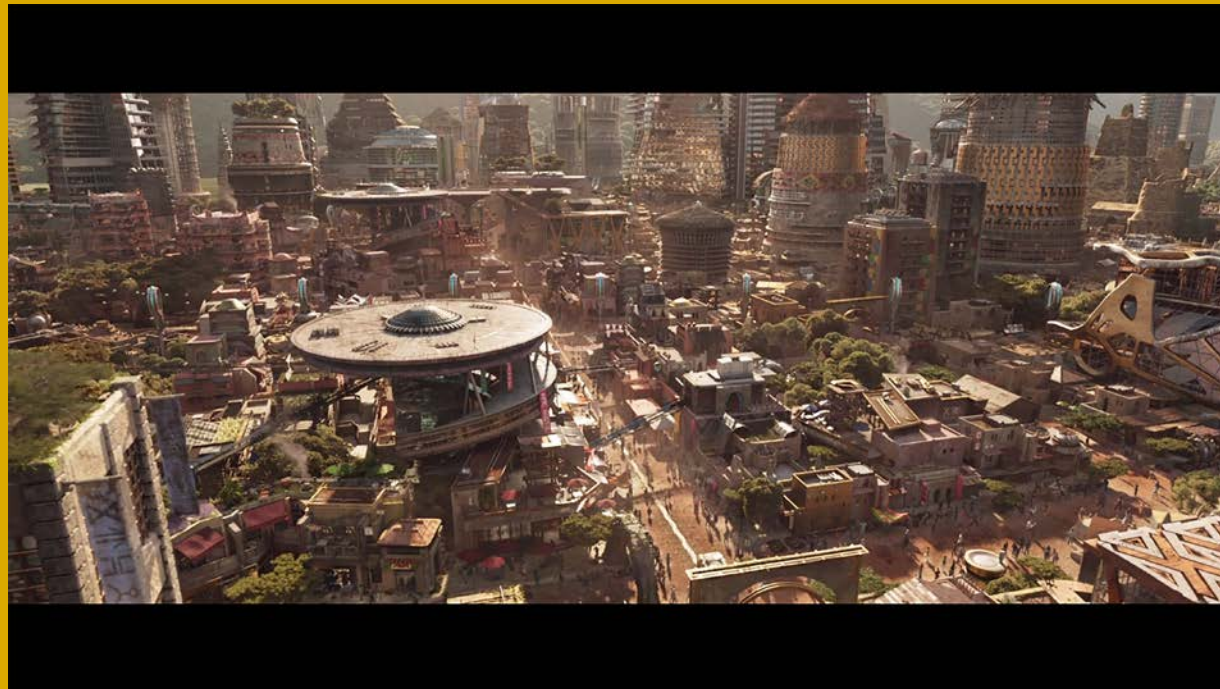
Toni Morrison escreveu:

“Uma vez que a discussão da literatura negra em termos críticos recai sem tergiversações na sociologia e quase nunca na crítica da arte, é importante para mim libertar-me dessas considerações no meu trabalho logo à partida”.

Uma das primeiras facetas problemáticas de *Black Panther* é a da representação cultural de “África” não abandonar esse posicionamento sociológico, ou pior, antropológico. Como escrevem não sem sarcasmo A. Egoro e B. Shringarpure no famoso blog *Africa is a Country*, “Africa is a Country in Wakanda”. Quer dizer, uma ideia domesticada e pré-mastigada do que África *deve ser e parecer* surge, com efeito, cristalizada, *prêt-à-porter*, num só país: Wakanda.

O país é mostrado na sua variedade de paisagens, vegetação, culturas agrícolas e pastoreio. Há uma distribuição feita por cinco “tribos”, de influências e papéis sociais distintos, ainda que complementares no reino de Wakanda. São elas a “tribo do rio”, que cuida dos caminhos fluviais do país, a “mineira”, que explora o vibranium, a dos “mercadores”, que anima o centro da cidade nas suas feiras, a “da fronteira”, que serve de guardas fronteiriços e cuidam de rinocerontes massivos de combate, e os Jabari, a qual dispensa o uso da tecnologia e vive apartada do resto da população nos altos das cadeias montanhosas perpetuamente cobertas de neve.

As referências empregues para a caracterização destas personagens estão cartografadas, e assim se compreende como, num mesmo agrupamento político-estatal fictício encontramos elementos bebendo de culturas africanas tangíveis: os distintos discos labiais ou processos de decoração corporal através da escarificação dos *surma* da Etiópia, o uso de pasta ocre no cabelo dos *himba*, os anéis para os pescoços dos *ndebele*, as vestes diversas



BLACK PANTHER (MARVEL STUDIOS, 2018), REAL. RYAN COOGLER

“A apresentação de uma nação africana forte, desenvolvida, capaz de liderar na inovação e inventabilidade tecnológica já é uma crise para um imaginário mais comum”

dos *agbada*, os mantos *sotho*, os chapéus de verga *zulus*, os lenços *tuaregues*, entre tantas outras referências, nem todas da África negra.

Este trabalho de bricolagem levanta algumas questões, todavia.

Em primeiro lugar está a forma como se contribui na construção da mitologia, num sentido barthesiano, de África. Se a ideia é celebrar a diversidade cultural africana, a pergunta surge de forma imediata: “Porque é que Wakanda é tão desprovida do seu próprio tipo especial de artefactos, moda e linguagem?” (recordemos que a língua falada no filme, para além do inglês transnacional, é o Xhosa). O filme é um produto, afinal e acima de tudo, de uma visão norte-americana. A responsabilidade dos figurinos foi de Ruth E. Carter, uma profissional de Hollywood que tem trabalhado sobretudo em filmes associados ao legado afro-americano, de modo admirável. Seria estimulante interrogar em que medida a noção de deslocação e desenraizamento destas culturas reais (politicamente, não se pode falar de “apropriação cultural”), específica à operação da narrativa presente, informa, por sua vez, uma perspectiva glorificada, romântica, e não menos ahistórica, de uma África mítica, unificada e familiar.

Ao debater o *romance*, na sua acepção de modo e fantasia, Fredric Jameson sublinha a maneira como esse género “não implica a substituição de uma realidade comum por um domínio mais ideal (...) mas antes um processo de transformação da realidade comum”. Na cultural popular contemporânea, ocorrem diferentes tipos de relação entre as fantasias e a realidade histórica. Temos casos em que a realidade da diegese é totalmente apartada da história humana, como em *Guerra das Estrelas* ou *O Senhor dos Anéis*. Há realidades alternativas que co-existem com a nossa, ainda que com um terreno claro de divisão, como em *Harry Potter* ou *As Crônicas de Nárnia*. No que diz respeito às narrativas de super-heróis da Marvel, como indica Dan Hassler-Forest, elas “encontram-se entre [essas] categorias de forma desconfortável, criando um mundo alternativo que em vários aspectos segue a trajectória da história humana, ao passo que em outros apresenta as suas histórias como sendo totalmente fantásticas e explicitamente ahistóricas”. Há então um processo particular de “de-historicização”.

Talvez isso explique a dificuldade de suspender a descrença neste ponto. A existência de super-heróis não invalida de maneira nenhuma o sistema capitalista e de agenciamento ocidental que lhe deu origem, mesmo que haja matizes importantes que não devem

ser descartados e tornem a sua redução a meros símbolos de hegemonia uma leitura incompleta. A apresentação de uma nação africana forte, desenvolvida, capaz de liderar na inovação e inventabilidade tecnológica já é uma crise para um imaginário mais comum. A fantasia de um país que não sofreu de forma alguma o brutal colonialismo que debilitaria muitas outras nações, nem sofre da “máquina de pilhagem” (para citar um título de Tom Burgis) que segue em curso, faz com que *Black Panther* se torne num espaço intelectual e imaginativo vernacular positivo e singular. E a várias instâncias.

Além disso, a de-historicização desta narrativa tematiza a sua própria crise, tornando este texto popular num exemplo o qual, menos do que apresentar respostas simplistas, como de costume, revela a dificuldade de criar abordagens lineares em relação aos problemas complexos da geoestratégia global, da cooperação económica e dos sistemas de política externa.

Wakanda é uma monarquia centralizada. Tem um conselho de anciãos, e os monarcas parecem escutar com atenção a opinião de quem os rodeia, sejam as generais (um papel surpreendentemente entregue a figuras femininas) sejam outros conselheiros, não se tratando, ainda assim, de um processo propriamente democrático. A questão do isolacionismo de Wakanda, o facto de viver afastada da intervenção que poderia fazer junto a outras populações africanas, ou sequer abrir as fronteiras para receber refugiados do Sudão, por exemplo, são questões de política interna e externa que querem espelhar temas da nossa agenda contemporânea.

Num momento em que os filmes de super-heróis estão mais do que consolidados enquanto género de sucesso comercial, de certa forma suplantando uma crise expectável na indústria cinematográfica norte-americana de entretenimento (não percamos jamais de vista a existência de outras práticas de cinema), é magnífico que seja este filme aquele que traz uma verdadeira transformação de atitude no agenciamento das personagens. Há uma maior distribuição de responsabilidades entre elas, para além da óbvia centralidade do protagonista. As personagens femininas, ainda que coadjuvantes, estão imbuídas de uma capacidade de iniciativa, autonomia e acutilância rara em filmes protagonizados por heróis masculinos. E a ideia de família alargada e de cooperação acaba por estar em primeiro plano, tanto quanto a inevitável estrutura de violência e maniqueísmo subjacente ao género. E a forma como se jogam e discutem posições contrárias ao longo do filme vão sendo complicadas por vários factores que permitem, se jamais uma conclusão, pelo

menos uma contínua discussão dinâmica. O tradicionalismo régio de T’Challa opõe-se às ideias progressistas de Nakia, uma agente no estrangeiro; a lenta abertura ao apoio a refugiados do monarca é contraposta pela cautela nacionalista de W’Kabi; a vontade de manter um posicionamento de diplomacia transnacional da parte do Pantera Negra é enfrentada pelo radicalismo violento mas de solidariedade étnica do “vilão”, Erik Stevens, ou Killmonger (um dos poucos vilões a quem é dada a hipótese de explicar o seu ponto de vista e até mesmo alterar as ideias aos heróis!). E, como vimos, Shuri é a bandeira da inovação tecnológica permanente.

Black Panther terá os seus defeitos em termos cinematográficos e técnicos, pormenores de argumento, e questiúnculas das formas culturais empregues, sem dúvida. Mas para além do seu ritmo incrível, e empolgamento, celebração e orgulho na(s) cultura(s) africana(s), ele é sobretudo um admirável convite a imaginar outra coisa.

Referências

Carrington, André M. *Speculative Blackness. The Future of Race in Science Fiction*. Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press 2016.

Dery, Marc. “Black to the Future: Interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate, and Tricia Rose”. *South Atlantic Quarterly*, vol. 92, no. 4, 1993; pp. 179-222.

Edgerton, David. “Creole technologies and global histories: rethinking how things travel in space and time”. *HoST* vol. 1, 2007, pp. 75-112.

Hassler-Forest, Dan. *Capitalist Superheroes: Caped Crusaders in the Neoliberal Age*. Hampshire: Zero Books 2012.

Jameson, Fredric. *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act*. London: Routledge 1981.

Kebler, M. Alison. *Censoring Racial Ridicule. Irish, Jewish, and African American Struggles over Race and Representation, 1890-1930*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press 2015.

Morrison, Toni. “Memory, Creation, and Writing”. *Thought*, vol. 59, no. 235, Dezembro 1984.

Edoro, Ainehi, e Bahkti Shringarpure, “Africa is a Country in Wakanda”, in *Africa is a Country*. 26 de Fevereiro de 2018. URL: <https://africasacountry.com/2018/02/africa-is-a-country-in-wakanda>

Luces para Aprender (LpA) Iniciativa regional iberoamericana a favor de la mejora de la calidad educativa de las escuelas rurales

ANGÉLICA PÁEZ

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS
PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (OEI)

“ En los ODS se reconoce el potencial de la tecnología y la innovación como medios para acelerar el progreso humano, facilitar el acceso a la información y resolver problemas complejos ”

Introducción

El programa Luces para Aprender (LpA) es una iniciativa promovida por la Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)¹, y fue aprobado en el año 2011 por los ministros de educación de los países iberoamericanos en la XXI Conferencia Iberoamericana de Educación realizada en Asunción, Paraguay, en el marco de las Metas Educativas 2021².

LpA se crea con el propósito de contribuir con la mejora la calidad educativa de las escuelas rurales aisladas de la región iberoamericana por medio de la instalación de módulos fotovoltaicos para el suministro de energía eléctrica y la dotación de equipos informáticos con la correspondiente conexión a internet a más de 55.000 escuelas rurales de difícil acceso de Latinoamérica, favoreciendo especialmente a las poblaciones indígenas, afrodescendientes y en situación de vulnerabilidad. El fin último de LpA sería contribuir con la mejora de la calidad educativa de las escuelas rurales de la región, así como el desarrollo y bienestar de las comunidades a las que pertenecen.

La implementación de LpA se ha llevado en una primera fase (proyecto piloto) desde 2012 a 2018 en toda la región iberoamericana, beneficiando a 556 escuelas rurales, 25.934 alumnos y 1.197 docentes.

Desde 2015, LpA por tres años consecutivos ha sido nominado entre los proyectos finalistas en los Premios WISE a la innovación educativa de la Qatar Foundation, siendo galardonado por este premio en el 2017. Durante los primeros años de la puesta en marcha del proyecto piloto de LpA, en colaboración de la fundación Española, Energías sin Fronteras³, se creó el “Modelo de Intervención de Luces para Aprender”, el cuál nació de la necesidad de compilar en un único documento la información y la experiencia adquiridas durante la implementación del Programa Piloto de LpA. En el 2017 en colaboración con la ONG española Ayuda en Acción⁴ se seleccionó nueve escuelas de educación pri-

maria de la localidad de Nacuta-Distrito de Metuge, Cabo Delgado (Mozambique) para implementar la experiencia de LpA a partir del 2018.

Finalmente, tras la realización del pilotaje en los 13 países latinoamericanos, a finales de julio de 2018, se tendrán los resultados de la evaluación externa de LpA con el propósito de analizar el impacto y medir la contribución del programa a favor de la mejora de la calidad educativa mediante la electrificación de escuelas con energía solar fotovoltaica y la conexión a internet instalada, formación docente así como al fortalecimiento de las comunidades beneficiarias.

Contexto

En 2015, con la aprobación de la Asamblea General de las Naciones Unidas de los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), se reúne el consenso de gobiernos y actores diversos hacia la sostenibilidad económica, social y ambiental. Con la Agenda 2030 se pretende establecer nuevas dinámicas en la agenda de la cooperación multilateral y recuperar la integración regional como herramientas del desarrollo (CEPAL, 2017).

En este contexto, se pone de relieve que los niveles de pobreza y extrema pobreza, y la vulnerabilidad en ambas situaciones, son mucho más elevados entre las poblaciones indígenas y afrodescendientes (CEPAL, 2017). En América Latina hay 46 millones de indígenas y 826 pueblos indígenas reconocidos por los Estados, al tiempo que la población afrodescendiente se estima en al menos 130 millones de personas (CEPAL, 2018).

Por otra parte, en la región de América Latina y el Caribe, más del 80% de la población es urbana donde el poder económico, político y administrativo se concentra en las ciudades (CEPAL 2018), quedando rezagadas y al mismo tiempo aisladas, la población de las zonas rurales.

Según el Banco Mundial, América Latina es la región con la mayor brecha entre la formación que ofrece el sistema educativo y las habilidades que demanda el sector productivo (Banco Mundial, 2012). Por lo tanto, para aprovechar las oportunidades que presenta la digitalización en el marco de la Agenda 2030 se requiere fortalecer las habili-

¹ Para mayor información consultar en www.oei.es

² El documento “Metas Educativas 2021: la educación que queremos para la generación de los Bicentenarios”. Puede ser consultado, http://www.oei.es/historico/publicaciones/detalle_publicacion.php?id=111

³ <https://energiasinfronteras.org/>

⁴ <https://ayudaenaccion.org/ong/>



OEI

“**Luces para Aprender se constituye como modelo técnico de cooperación convirtiéndose en un aporte a la cooperación internacional y a las políticas públicas iberoamericanas a favor de la mejora de la calidad educativa de las escuelas rurales**”

dades básicas en TIC en el sistema educativo, sumando sólidos conocimientos en lectura, matemáticas y ciencia (CEPAL, 2018).

En relación con el acceso a la energía eléctrica, en 2014, aún había cerca de 18,5 millones de personas que carecían de acceso a la electricidad. Específicamente, en el escenario subregional, el Caribe está bastante por debajo en lo que respecta al acceso a la energía eléctrica. De un total de 38 millones de habitantes, alrededor de 7 millones aún carecen del servicio (CEPAL, 2018).

Es así como, de manera particular, las brechas relativas al acceso de la energía eléctrica en las escuelas rurales, en muchos de los países de la región sigue siendo un reto pendiente de cumplir, tal como se indica en el Grafico 1.

Nº	País	Nº total escuelas rurales referencia del proyecto LpA sin energía eléctrica
1	Argentina	300
2	Bolivia	1.000
3	Colombia	4.445
4	El Salvador	300
5	Guatemala	1.224
6	Honduras	6.877
7	Nicaragua	6.040
8	Paraguay	162
9	Perú	14.012
10	República Dominicana	500
11	Uruguay	79
12	Panamá	921
13	Costa Rica	218
14	México	3.700
15	Brasil	11.448
16	Ecuador	4.260
TOTAL		55.486

Fuente: OEI y Ministerios de Educación Nacional de los países de la región (2015)

Teniendo en cuenta el panorama descrito sucintamente, la Educación ocupa un lugar fundamental en la Agenda 2030, el ODS4 consistente en garantizar una educación inclusiva y equitativa de calidad y promover oportunidades de aprendizaje permanente para todos. Se encuentra dividido en 7 metas y 3 medios de implementación (Naciones Unidas, 2018).

En los ODS se reconoce el potencial de la tecnología y la innovación como medios para acelerar el progreso humano, facilitar el acceso a la información y resolver problemas complejos en áreas críticas para el desarrollo, como la productividad, la salud y la educación. En particular, las tecnologías de la información y las comunicaciones (TIC) se consideran instrumentos para mejorar la calidad de la educación (CEPAL, 2018).

Los puntos de convergencia y refuerzo recíproco entre las Metas Educativas 2021 y la Agenda 2030, marcan un camino claro para la cooperación multilateral internacional y las políticas nacionales de los países, que exigen la máxima coordinación y despliegue de los recursos necesarios para la consecución de los objetivos de interés común.

Componentes y Modelo de intervención LpA

Los componentes previstos en el Modelo de Intervención LpA son 1. Energía. Instalación de placas solares en escuelas rurales aisladas y entrega de al menos un ordenador. Al utilizar energías renovables, LpA se compromete con el respeto al medio ambiente; 2. Conectividad. Se dotará a los centros educativos de conexión a internet; 3. Formación docente. LpA brindará formación al personal docente en la incorporación de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) al aula; 4. Fortalecimiento comunitario. Gracias al acceso a la energía eléctrica y a internet, las escuelas podrán pasar a ser un espacio de encuentro y crecimiento para toda la comunidad; 5. Sostenibilidad. Desarrollo de un plan que permita la conservación de las infraestructuras y capacitación a jóvenes de la comunidad en el mantenimiento de las placas solares y el sistema energético. Comprende también el establecimiento de los mecanismos para que el proyecto pueda prolongarse en el transcurso del tiempo.

El Eje central del proyecto LpA, como se citó anteriormente, fueron las escuelas de educación primaria, multigrado con población indígena y afrodescendiente, ubicadas en las comunidades rurales aisladas, las cuales se caracterizan por (Arraiza, 2011): el aislamiento geográfico, características socioeconómicas comunes, determinadas por niveles bajos de ingresos, exclusión o desamparo de las autoridades responsables de la provisión de los servicios; y carencia de infraestructuras de suministro de agua, saneamiento, energía y telecomunicaciones, junto con un bajo nivel de asistencia de salud, educación y cultura.

El Modelo de Intervención LpA se ha estructurado de acuerdo a los tres aspectos fundamentales que definen los proyectos del programa, teniendo en cuenta el enfoque de marco lógico y siguiendo la estructura de resultados y actividades definida en la formulación tipo del proyecto LpA. Se presenta el proyecto por etapas, y por componentes. La información relativa a cada componente se presenta de acuerdo a los resultados y actividades propuestos en la formulación tipo del proyecto. Para cada una de dichas actividades se incluye el objetivo, la documentación de referencia y las recomendaciones.

Resultados proyectos pilotos LpA

A continuación se sintetiza los resultados más relevantes que han sido compilados en el documento “Programa Luces para Aprender: 2011-2016. Logros y retos” (ENERGÍA SIN FRONTERAS, 2016):

Como se visualiza en el gráfico 2. El número de escuelas beneficiadas por países ha sido variable. En general, todos los países han considerado todos los componentes del programa, aunque han sido necesarias adaptaciones, especialmente en relación a la conectividad en ciertos lugares donde no se encontró una solución técnica a un coste razonable. La construcción de alianzas con distintos actores y la recepción de recursos por parte de otros organismos (tanto públicos como privados) también han influenciado la configuración del programa piloto en los distintos países.

No	País	Nº total escuelas re-ferencia del proyecto	Nº de escuelas en fase piloto	Nº alumnos y alumnas	Nº docentes
1	Argentina	300	9	156	9
2	Bolivia	1.000	116	5.883	405
3	Colombia	4.445	189	8.840	326
4	El Salvador	300	23	1.201	55
5	Guatemala	1.224	1	118	5
6	Honduras	6.877	18	658	27
7	Nicaragua	6.040	42	4.725	100
8	Paraguay	162	37	1.885	73
9	Perú	14.012	9	591	46
10	Rep. Dominicana	500	24	1060	42
11	Uruguay	79	72	454	80
12	Panamá	921	8	267	19
13	Costa Rica	218	8	96	10
14	México	3.700	0	0	0
15	Brasil	11.448	0	0	0
16	Ecuador	4.260	0	0	0
TOTAL		55.486	556	25.934	1.197

En la mayoría de los países la contraparte local de la OEI ha sido el Ministerio de Educación, organismo que generalmente ha acompañado en la ejecución del proyecto y que será, en la mayoría de los países, el propietario final de las instalaciones y, por tanto, el garante de que se cumpla su sostenibilidad.

En los países, la concepción del programa piloto ha considerado otros usos de las instalaciones proporcionadas por LpA más allá de los meramente educativos para la población estudiantil, ya que las escuelas son un centro de referencia para la comunidad. Las actividades complementarias incluyen actividades recreativas, capacitaciones, formación de adultos, hub energético (lugar donde se pueden ofrecer distintos servicios energéticos,

como recarga de baterías o celulares) o hub informático (lugar donde se facilitan distintos servicios de conectividad como acceso a internet o uso de computadoras) para proveer servicios de informática y telecomunicaciones a la población general.

En muchos países, LpA se ha incorporado en otros programas, bien de carácter público y/o privado, que por un lado, han contribuido a alcanzar los objetivos planteados por LpA y los han enriquecido y, por otro lado, han hecho más compleja la conceptualización del proyecto. Se han creado sinergias con otros programas de carácter energético, de conectividad, de informática, de formación comunitaria y de mejora o provisión de infraestructuras.

La electrificación de las escuelas se ha realizado mediante sistemas aislados de energías renovables (energía solar fotovoltaica) ya que la red de distribución eléctrica no llega a la mayoría de las comunidades.

El componente TIC ha requerido soluciones más particularizadas para cada país, ya que las alternativas técnicas viables para facilitar la conectividad son altamente dependientes del contexto local. El fortalecimiento docente, en la mayoría de países se cuenta con procedimientos y normativas básicas para la gestión pedagógica y administración de los recursos tecnológicos.

Para el fortalecimiento comunitario se han considerado distintas actividades. Por un lado, se han creado Comités Locales de Gestión, bien específicos para el proyecto, o bien mediante la toma de las responsabilidades derivadas de LpA en otros Comités Comunitarios existentes. Las comunidades, en general, también han recibido sensibilización sobre los beneficios del proyecto.

LpA ha puesto especial énfasis en los distintos aspectos que determinan su sostenibilidad a través de distintas recomendaciones o documentos.

Estos primeros resultados ponen de manifiesto la diversidad de los contextos locales, incluidos los recursos humanos, técnicos y económicos, así como las diferentes estrategias seguidas para adaptar la visión general del programa, y su objetivo específico, a las situaciones concretas de cada país. Esto genera una gran riqueza de situaciones, enfoques y soluciones y visibiliza la necesidad de tomar las medidas oportunas para poder adaptar una iniciativa de carácter regional a nivel nacional.

Conclusiones

LPA partió de la existencia de un problema multisectorial y con pluriactores e intentó abordarlo de igual manera, involucrando en cada fase del programa a los sectores correspondientes. En cada uno de los países LPA fue adaptado a las particularidades que ofrece cada realidad, respetando su contexto institucional, legal y social.

Desde una perspectiva más global e integral de la implementación del programa se confirma el Valor social de LPA, pues tiene por objetivo mejorar la calidad y equidad en la educación para combatir la pobreza y la desigualdad (incluidos el analfabetismo, el abandono escolar temprano y el trabajo infantil entre otros) favoreciendo la inclusión social.

Luces para Aprender se constituye como modelo técnico de cooperación convirtiéndose en un aporte a la cooperación internacional y a las políticas públicas iberoamericanas a favor de la mejora de la calidad educativa de las escuelas rurales.

Por otra parte, se continuará con la difusión del corto-metraje de la OEI “BIENVENIDOS”⁵ del guionista y director español Javier Fesser. El cortometraje se inspiró en el proyecto Luces para Aprender y muestra la llegada de internet a una escuela perdida en el corazón de los Andes peruanos y su conexión con el mundo.

Finalmente, se prevé que centros educativos de primaria y secundaria de los países iberoamericanos implementen la guía didáctica⁶ sobre el corto-metraje “Bienvenidos” y desarrollen nuevas guías pedagógicas.

⁵ El cortometraje “Bienvenidos” puede ser visualizado en el canal de youtube de la OEI: https://www.youtube.com/watch?v=RA_DS9rpYBc

⁶ La OEI, en colaboración con el Gobierno Regional de Aragón (España), en el 2016 elaboró dos guías didácticas tanto para primaria como para secundaria con el objetivo de trabajar con estudiantes en diferentes temas como educación, derechos del niño, nuevas tecnologías y alfabetización audiovisual.

O papel das multinacionais nas políticas de igualdade de género

MARIANNA LEITE

AUDITORA DO PROGRAMA DE PÓS-DOUTORAMENTO
EM DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

“ **A retórica dos direitos formais, tal como defendida pelos organismos internacionais de desenvolvimento, nem sempre se traduz numa melhora da realidade quotidiana, em particular no que diz respeito às mulheres** ”

Introdução

Como é que o conceito de igualdade de género é afectado e/ou prejudicado pelas corporações multinacionais? As teorias do pluralismo jurídico estabelecem que as normas legais têm fontes plurais, são relacionais e não estáticas (Engle Merry, 1981; 1992). À luz das teorias do pluralismo jurídico, é possível afirmar que o Direito Internacional dos Direitos Humanos é tão afectado pelas esferas oficiais do saber como por ordens jurídicas não oficiais. Dado o crescente poder das corporações multinacionais como atores não-estatais, é importante mapear as mudanças sofridas e promovidas por estas em matéria de princípios e conceitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

A questão visa compreender o papel dos conglomerados globais sobre os discursos de direitos humanos e, consequentemente, no enquadramento das políticas sociais e nos seus resultados. O objectivo é ampliar o nosso conhecimento em matéria de uso dos discursos de justiça social e os seus efeitos sobre as políticas e programas sociais. Tal justifica-se por uma lacuna no estudo sobre enquadramento das políticas sociais. Por outras palavras: embora haja uma literatura crescente na área de elaboração e análise de políticas sociais, não se sabe exactamente o papel das multinacionais nos efeitos do uso da linguagem de direitos humanos na formulação e implementação de políticas. Compreender essa lacuna é importante, porque as políticas sociais são o resultado de lutas políticas e não apenas o resultado delas (Pierson, 2004).

Nesse sentido, a elaboração de políticas pode, então, ser definida como o domínio da acção estatal visando a busca de uma agenda específica, como refere Molyneux (2007). É projectada através de uma série de debates e conflitos entre grupos e indivíduos com posicionamento e interesses específicos (Engle Merry, 1988). Por exemplo, a maioria das políticas sociais da América Latina conta com programas de redução da pobreza que reforçam as construções de género e tendem a re-traditionalizar os papéis e responsabilidades de género. Assim, parte-se da seguinte premissa: os pacotes e/ou políticas de assistência social devem ser construídos e promovidos por razões além daquelas puramente retóricas, sob pena de não haver mudanças substanciais.

De facto, há uma grande lacuna entre a legislação aplicável e os resultados reais da

política, como referem Htun e Power (2006). Problemas controversos de género, como o aborto e o acesso a anticonceptivo de emergência, se beneficiam de uma influência política muito pequena e muitas vezes pouco confiável. Tal pode ser, ainda que só parcialmente, explicado pela influência histórica do sexismo, embora possa, actualmente, ser reforçado por novos atores e dinâmicas, como, por exemplo, as empresas multinacionais. Neste sentido, é importante lançar luz nessas formas de influência formal e/ou informal.

Propõe-se, então, que o sucesso deste tipo de pesquisa depende de um quadro teórico baseado na literatura do pluralismo jurídico e na análise de discurso crítico, no sentido de determinar se os diferentes contextos institucionais e práticas discursivas afectam conceitos específicos de igualdade de género. Caso se responda afirmativamente a essa questão, ter-se-á que ver como afectam novas políticas e práticas e quais os seus efeitos sociais globais. Tal ocorre porque a análise dos processos discursivos considera todas as posições políticas que moldam certas intervenções políticas em termos da sua abordagem a uma questão específica, bem como sua capacidade de promover mudanças.

A Formação de Conceitos

Boaventura de Sousa Santos defende que a “colonização gradual dos diferentes racionais de emancipação moderna pela racional cognitiva-instrumental da ciência levou a concentração de energias e capacidades emancipadoras para ciência e a tecnologia” (2002: 7). No entanto, refere o autor, a promessa tecnocrata não só deixa muitas promessas por cumprir como recria excessos de deficits muitas vezes agravando os problemas aos quais se comprometia solucionar. Este seria o que Arturo Escobar cita como um regime cíclico de estímulo de desejos e promessas não cumpridas, características do discurso do desenvolvimento. Desta sorte, podemos inferir que a suposta definição de termos técnicos como, por exemplo, o termo igualdade de género não compartilha da imparcialidade advogada por tecnocratas parte de instituições de desenvolvimento internacional. Partimos, assim, do pressuposto lógico de que não existem discursos e termos apolíticos. Logo, politizar a análise do discurso torna-se imprescindível.

Ao discutir a evolução das práticas de desenvolvimento internacional, por exemplo, Escobar refere que o discurso desenvolvimentista tem origens ocidentais e se baseia na exploração da produção cultural, social e económica do chamado “terceiro mundo” (Escobar, 2007). Dialogando com uma crítica pós-estruturalistas chamada “pós-desenvolvimento”, o autor afirma que as práticas e discursos desenvolvimentistas foram catalisadores para a invenção dessa ideia de “terceiro mundo”, no qual se incluem, na maioria das vezes, os continentes africano, asiático e latino-americano. Por fim, conclui que a profissionalização e institucionalização do desenvolvimento internacional possibilitou a criação de um grande aparato institucional, no qual o discurso é posto como um instrumento real de controlo social capaz de transformar realidades sociais, culturais e políticas. Ou seja, o discurso desenvolvimentista determinou quem era o “outro”, o “exótico”, o “subdesenvolvido”, o “excluído”, de forma a alterar sistematicamente o *modus operandi* da cooperação internacional. Por isso, se propõe que é absolutamente necessário partir das premissas colocadas.

Análise Crítica e o Discurso *Mainstream*

Ao elencar casos específicos de discursos do nosso quotidiano, Gillian Rose menciona a linguagem médica e artística como discursos particulares que criam limites e controles sobre quem participa desses discursos, quem tem poder sobre eles e como esse poder será exercido. Assim, a autora admite que uma análise crítica de discurso deve perpassar pelos imaginários verbais, visuais e textuais buscando os seus sentidos (Rose, 2001).

Digamos que um quadro específico retrata uma mulher no centro, sendo admirada por um homem. Pois bem, a autora diz que uma leitura crítica descreveria a mulher como imagem e o homem como o detentor desse olhar que define o quadro. Quer dizer, esse discurso visual tem o efeito de fazer com que a feminilidade e masculinidade sejam relacionais. Ou seja, a mulher não seria definida por si só, mas sim em relação àquilo esperado pelo homem. O mesmo ocorre no nosso imaginário social quotidiano. Para destronar os poderes em acção devemos utilizar-nos da análise crítica do discurso. A análise crítica do

discurso requer um olhar que vai além da aparência das coisas, indo ao encontro dos seus significados reais (Rose, 2001).

Já Teun van Dijk (2015) afirma que a análise da crítica do discurso é um método de pesquisa que visa, primordialmente, estudar como o abuso de poder social, o domínio, e a desigualdade são produzidos, reproduzidos e resistidos em textos e conversas em contextos políticos e sociais. Este método requer uma posicionalidade reflexiva explícita com o propósito de expor e desafiar a desigualdade social. O teórico elucida que a análise da crítica do discurso não é um método singular e rígido, mas um encontro interdisciplinar de teorias do discurso. Antes de mais nada, este método (ou conjunto de métodos) coloca-se flexível ao dialogar com várias disciplinas e contextos, facilitando, assim, a articulação de propostas e pesquisas voltadas para a redução das desigualdades através de perspectivas críticas.

A análise da crítica do discurso preocupa-se primordialmente com: i) problemas sociais e questões políticas; ii) estudos multidisciplinares; iii) interações e estruturas sociais e os seus efeitos sobre práticas discursivas; e iv) formação, confirmação, legitimação, reprodução e modificação de estruturas discursivas relativas a abuso de poder na sociedade (van Dijk, 2015). A análise da crítica do discurso propõe-se a fechar a lacuna entre macro e micro-estruturas de formas distintas: estudando membros e grupos; acções e processos; contexto e estruturas sociais; cognitivo social e pessoal. Esta metodologia propõe o estudo de membros e grupos na análise histórica da evolução de significados atrelados ao termo igualdade de género.

Dimensão imaterial ou ideacional das políticas

O Conceito de Género e Empresas Multinacionais

Elisabeth Prügl (2017: 40) cita os autores Morrison, Dhushyanth and Sinha (2007) ao propor que o conceito de igualdade de género seja definido como a igualdade nos determinantes dos resultados para homens e mulheres, quer dizer, igualdade de oportunidades

ou recursos, direitos e vozes. A mesma autora, ao fazer uma análise discursiva de trinta e quatro publicações do Banco Mundial, concluiu que novos consensos em torno de um “novo” neoliberalismo estão sendo responsáveis pela redefinição do significado do termo igualdade de género.

Desde 2001, o Banco Mundial vem atrelando a igualdade de género ao crescimento económico através do slogan “gender equality as smart economics” (Prügl, 2017: 30). A autora afirma que, neste contexto, o termo igualdade de género fica reduzido à igualdade de oportunidades, o que significa que a igualdade de género é definida em subordinação ao “mercado” e às oportunidades por ele proporcionadas. E, ainda mais preocupante, os próprios economistas do Banco Mundial afirmam que não há dados empíricos consistentes, comprovando que a redução da pobreza e crescimento económico leva à redução das desigualdades de género.

Apesar de abrir espaço para críticas às políticas neoliberais passadas, a definição do Banco Mundial não faz jus a décadas de activismo feminista, pleiteando o avanço de uma agenda progressista e holística. Tal é problemático porque, neste caso, o mercado passa a ser reconhecido como “mediador” das relações sociais, o que, por sua vez, dá margem para a objectificação e monetarização da própria. Esse fenómeno tem sido denominado de “neoliberalização do feminismo”, segundo Prügl (2017: 32). Como resultado desse fenómeno pode-se incluir: a transformação de valores e processos sociais em termos de “mercado”; a privatização de bens públicos; a limitação do comportamento humano em termos empresariais; e a construção de novas subjectividades subordinadas e reguladas pelo “mercado”.

Numa pesquisa realizada por Sofie Tornhill, esse tipo de abordagem paradoxal no que tange práticas e políticas de igualdade de género se mostra evidente. A autora atesta que as práticas e políticas de empresas multinacionais que operam no “sul global”, por vezes promovem demandas feministas e por vezes co-optam demandas feministas em prol de um objectivo neoliberal. A saber, refere, por exemplo, a campanha “5by20” da Coca-Cola Company incentiva o empoderamento das mulheres ao redor do mundo enquanto que foca em estratégias individuais baseadas no “mercado”. Essa campanha compromete-se a empoderar 5 milhões de mulheres ao redor do mundo até o ano 2020. De acordo com os documentos da campanha, as mulheres seriam vitais no projecto de expansão corporativa da Coca-Cola. Como resultado, as demandas feministas em prol da igualdade de

género são transpostas da seara política para a seara económica.

A mesma autora refere que as práticas corporativas acabam por priorizar o capitalismo competitivo (valorizando a igualdade em termos do “capital humano”, por exemplo) e, logo, legitimando as próprias desigualdades as quais se propõe solucionar. Vejamos, outras empresas como a *Nike*, a *Goldman Sachs* e o *Walmart* que também se comprometem a empoderar mulheres porque estas supostamente repassariam mais dinheiro à família do que os homens. Tal não é nada mais do que uma ratificação dos estereótipos de género que servem como obstáculo ao avanço da igualdade. Mais uma vez, as mulheres são essencializadas, definidas apenas em relação aos homens e à família e instrumentalizadas em prol de objectivos alheios a elas mesmas.

David e Guerrina (2013) elucidam que até mesmo a nível da União Europeia há um paradoxo entre as políticas de género promulgadas e a praxis. Apesar do Tratado de Amesterdão determinar que a dimensão de género deve ser incluída em todas as áreas políticas europeias, a temática de género continua invisível a nível de políticas mais importantes como a segurança, as relações internacionais e a economia. De acordo com estes autores, o princípio do pragmatismo ganhou precedência sobre valores de base como a igualdade de género colocando este último numa posição mais frágil interna e externamente. Isso porque a União Europeia modificou o seu *modus operandi* em função da Política Europeia de Vizinhança passando, neste caso, a evitar a imposição de condições em países vizinhos e a aceitar argumentos de relativismo cultural com o propósito de evitar ser taxada como imperialista (David e Guerrina, 2013). Percebe-se assim que o “gender mainstreaming” fica muito aquém das expectativas e promessas criadas em torno dessa mesma prática. Ao invés de iniciar um projecto revolucionário, o “gender mainstreaming” europeu falha ao isolar essa prática em temáticas menos importantes, logo deixando de desafiar hierarquias de poder responsáveis pelas posições assimétricas de homens e mulheres na sociedade europeia. Em que pese a retórica em prol da igualdade de género por parte de grandes instituições supranacionais e empresas multinacionais, vemos que há de uma maneira geral uma incapacidade em lidar com problemas estruturais e um movimento contínuo em prol de ideologias neoliberais que individualizam os problemas de género (logo tirando o peso das reais causas da desigualdade, i.e. as estruturais) e re-definem (co-optam) os termos com base nos ideais de “mercado”.

Conclusão

A retórica dos direitos formais, tal como defendida pelos organismos internacionais de desenvolvimento, nem sempre se traduz numa melhora da realidade quotidiana, em particular no que diz respeito às mulheres. Isso ocorre porque as políticas públicas voltadas para a justiça social não têm efeito se não inseridas numa cultura mais ampla de medidas políticas em prol de mudanças profundas e positivas.

Este artigo buscou chamar a atenção para as relações de poder existentes nos discursos baseados em direitos humanos, tratando de estudos que mapeiam as diferentes estratégias antagônicas, formas de resistência e tentativas de promover a mudança ao conceito de igualdade de gênero. Os estudos explicitados no artigo não só questionam o uso da linguagem positiva ou negativa, mas também os processos de subjetivação e marginalização de demandas sociais. Em virtude disso, este artigo propõe uma metodologia para a análise empírica do papel exercido pelas corporações multinacionais no desenvolvimento e implementação do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Por fim, esse artigo propõe o uso desta metodologia para análise desses processos. A transmutação dos discursos de gênero é essencial para o avanço de demandas feministas, pois se compromete a ver como e de onde se originam cada termo, como estes interagem com outros conceitos e como esses mudam ao longo do tempo. Trata-se de se garantir o controle sobre discursos políticos progressistas e as suas agendas e de se denunciar a cooptação desses discursos, quando este for o caso.

Referências

David, M. e R. Guerrina. (2013). Gender and European external relations: Dominant discourses and unintended consequences of gender mainstreaming. *Women's Studies International Forum* 39 (July): 53–62.

Engle Merry, S. (1988). Legal Pluralism. *Law & Soc'y Rev.*, 22 (5): 869-896.

Engle Merry, S. (1992). Anthropology, Law, and Transnational Processes. *Annu. Rev. Anthropol.*, 21: 357- 79.

Escobar, A. (2007). Post-development as a Concept and Social Practice. In *Exploring Post-Development: Theory and Practice, Problems and Perspectives* ed. Aram Ziai, Routledge.

Forsberg, T., Heller, R. e W. Reinhard. (2014). Introduction. *Communist and Post-Communist Studies*, 47 (3-4): 261-268.

Gideon, J. (2012). Engendering the Health Agenda? Reflections on the Chilean Case, 2000-2010. *Social Politics: International Studies in Gender, State and Society*, 19 (3), pp. 293-298.

Htun, M. and Power, T. (2006). Gender, Parties and Support for Equal Rights in the Brazilian Congress. *Latin American Politics and Society*, 48 (4): 83-98.

Molyneux, M., (2007). Change and

Continuity in Social Protection in Latin America: Mothers at the Service of the State? *Gender and Development Programme Paper*, 1, Geneva: UNRISD.

Pierson, P. (2004). *Politics in Time: history, institutions, and social analysis*. Princeton: Princeton University Press.

Prügl, E. (2017). Neoliberalism with a Feminist Face: Crafting a new Hegemony at the World Bank. *Feminist Economics*, 23 (1): 30-53.

Rose, G. (2001). *Visual Methodologies*. London: SAGE.

Sousa Santos, B. (1988). *O Discurso e o Poder: Ensaio sobre a Sociologia da Retórica Jurídica*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

Sousa Santos, B. (2002). *Towards a New Legal Common Sense*, London: Butterworth.

Tornhill, S. (2016). “A bulletin board of dreams”: corporate empowerment promotion and feminist implications. *International Feminist Journal of Politics*, 18 (4): 528-543.

van Dijk, T. A. (2015). Critical Discourse Analysis. In: D. Tannen, H. Hamilton, e D. Schiffrin (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*, Segunda Edição. (vol. 1, pp. 466-486). Chichester, UK: Wiley Blackwell.

Modos de ver



“Mulheres de São Tomé e Príncipe” - uma exposição

Foi pelo olhar da minha mãe que vi o mundo

FOTOGRAFIAS E TEXTO DE DÁRIO PEQUENO PARAÍSO

Nesta ilha, as mulheres carregam um fardo pesado, que inveja quem não consegue e entristece quem consegue. Sei pouco deste sentimento, apenas observei, em todos os cantos das roças, das quintas, dos campos e da cidade.

Existem momentos e trocas de olhares em que revivo o olhar da minha mãe – forte, capaz, esperançoso, (e melhor ainda) corajoso.

Fui do norte ao sul de São Tomé e Príncipe e entre *palaiês*, advogadas, empreendedoras, vendedoras do mercado e empresárias, as inspiradoras histórias das suas vidas remetem-me a um lado sombrio e escondido na luta da igualdade de género. O percurso para melhorar as suas condições de vida é longo e apenas os seus sorrisos esquecem das suas tristezas.

- Sinceramente? A ligação aconteceu numa tarde calorosa de Novembro e entendi o que seria viver e crescer nesta terra, em que sonhava ter um pedaço deste olhar. Viajamos até Junho, a entender a esperança, lutando pela igualdade, ouvindo desabafos, alegrias e tristezas. Sabia que não o iria sentir mesmo se tocassem ou vissem. Iria apenas sentir, se vivesse pela verdade dos factos pois o contrário nunca arrefece.

Tenho saudades do nosso Janeiro.



ROSA ANTÓNIA DO CARMO, ARTESÃ PICÃO, PRÍNCIPE

“Mulheres de São Tomé e Príncipe” - uma exposição



JÚLIA SANTIAGO, COSTUREIRA / EMPRESÁRIA
PORTO ALEGRE



MARIA DE FÁTIMA SILVA, AGRICULTORA, PALAIÊ
E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
DAS MULHERES AGRICULTORAS UNIDAS
CLAUDINO FARO, DISTRITO DE CANTAGALO

“Mulheres de São Tomé e Príncipe” - uma exposição



BEATRIZ AZEVEDO, DEPUTADA
ANGOLARES



CÉLIA POSSER, PRESIDENTE DA PLATAFORMA
DE DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE DE GÉNERO,
BASTONÁRIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS
SÃO TOMÉ

“Mulheres de São Tomé e Príncipe” - uma exposição



ARLINDA DA SILVA DUARTE, PRODUTORA DE BANANA SECA
VISTA ALEGRE, DISTRITO DE MÉ ZOCHI



ALICE TERESA DA CRUZ, PALAIÊ
RIBEIRA PEIXE

“Mulheres de São Tomé e Príncipe” - uma exposição



VERA CRAVID, JURISTA E MAGISTRADA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÃO TOMÉ



VICENTINA FERNANDES, ENFERMEIRA NA ASSOCIAÇÃO
SÃO-TOMENSE PARA O PLANEAMENTO FAMILIAR
SÃO TOMÉ

“Mulheres de São Tomé e Príncipe” - uma exposição

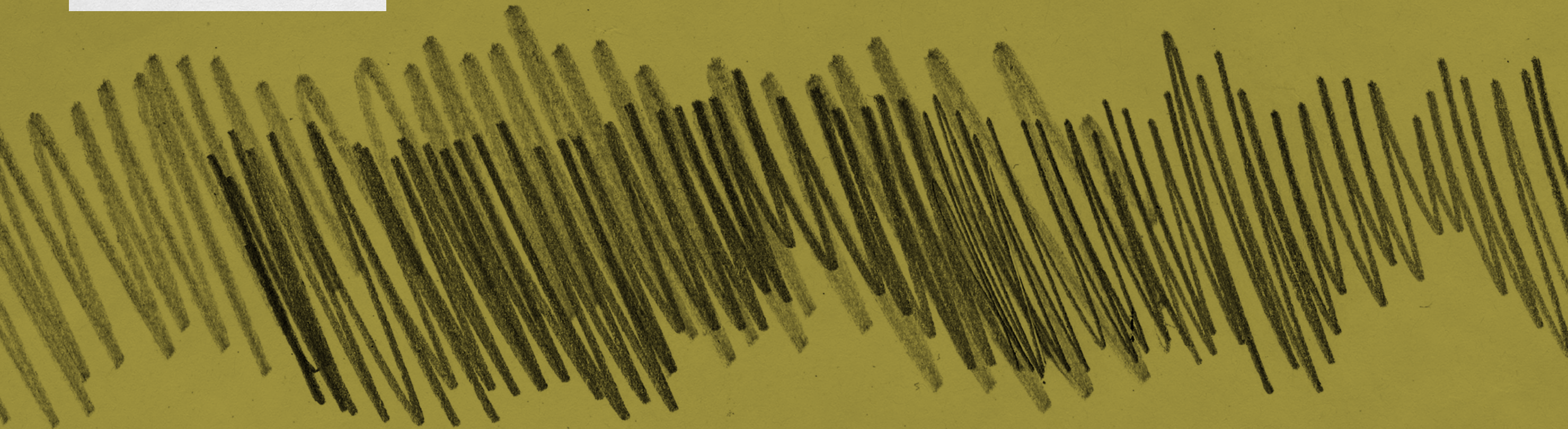


CONCEIÇÃO LIMA, JORNALISTA E POETISA
SÃO TOMÉ



JANAÍNA LOPES, ECONOMISTA NO BANCO CENTRAL
SÃO TOMÉ

Narrativas



Em Gaza com os “empreendedores mais duros do mundo”

TEXTO DE MARIA JOÃO GUIMARÃES

A pergunta que mais fazem a Iyad Altharawi é porque está ele ali. Porque voltou ele para viver na Faixa de Gaza, um pequeno território cercado, de onde é difícil (alguns dirão: quase impossível) sair, onde os bens que entram são restritos, onde há electricidade só quatro horas por dia, quando podia ter ficado no seu emprego em Frankfurt?

Ele não estranha, mas também não desvaloriza as dificulda-

des, nem para si próprio (“é verdade que às vezes estou encurralado em Gaza”) nem para o trabalho (“trabalhamos num ambiente muito incerto”). Mas desde que regressou, há mais de um ano, nunca se arrependeu.

Iyad veio para trabalhar nos Gaza Sky Geeks, uma incubadora de *startups*, academia de código, aconselhamento a *freelancers* e espaço de *coworking*, um oásis de electricidade, energia e optimismo no meio de Gaza.

A um sábado às 9h30 da manhã já há uma série de pessoas sentadas na sala comum de *coworking*, de café e computador à frente. “Não trabalhes duro, trabalha de forma inteligente”, diz um cartaz.

Fazer muito com pouco

A Internet é uma das infraestruturas boas de Gaza, o território tem muitos jovens qualificados. O programa Gaza Sky Geeks (GSG) começou em 2011, com financiamento da organização de ajuda

dos EUA Mercy Corps e da Google, para aumentar o conhecimento de tecnologia, e foi tendo cada vez mais ofertas e programas.

Iyad, responsável pelo programa de incubação e aceleração, explica que Gaza tem potencial de se tornar um exportador de trabalho na área como é a Índia. A dificuldade em trabalhar com hardware pelas limitações de entrada de materiais também leva a que a maior parte das pessoas da área se dediquem antes ao software.

E com os GSG a conseguirem ter pessoas a participar em competições internacionais e ganhar prémios, Iyad garante: “Tenho a certeza que lá fora somos conhecidos pelo nosso trabalho.”

≥



Mas nem tudo o que é virtual funciona só em meio virtual. Os financiadores “não investem em ideias”, diz Iyad, querem sim “conhecer as pessoas, ver como trabalham”. O Skype não chega.

O ritmo das autorizações de Israel é muito mais lento do que o das oportunidades que há fora. E do Egito é ainda mais incerto. Os dois países bloqueiam o território invocando razões de segurança; organizações de defesa dos direitos humanos dizem que é “castigo colectivo”.

Outro problema é a falta de opções de pagamentos: o PayPal, sistema quase universal, não opera na Palestina.

Por isto e por tudo o resto, explica Sara Alafifi, do programa de mentores, é que aqui estão “os empreendedores mais duros” do mundo. Porque estão habituados a trabalhar num local onde tudo pode acontecer, a contornar todos

os imprevistos, a encontrar uma solução para todos os problemas. O chavão de não haver dificuldades e sim desafios a superar é verdadeiro aqui, todos os dias.

Mulheres na liderança

Sara nota que em todo o mundo as mulheres trabalham mais e em Gaza ainda mais. Mas aqui “se há coisa que não há, é falta de ajuda para mulheres”, sublinha. Elas são 53% em todos os programas, e a percentagem sobe na parte das *startups*: 58% são fundadoras ou parte das equipas.

Os casos de maior sucesso saído dos GSG são *startups* de mulheres — como a MomyHelper de Nour Abuzaher, que obteve o segundo lugar numa competição de *startups* em Istambul e financiamento de uma *business angel* (como são chamados investidores relativamente pequenos) do Dubai.

Nour teve a ideia para um serviço de aconselhamento de mães árabes depois de ser mãe. “Morava fora de Gaza, longe da fa-

mília, e não sabia lidar com o meu bebé”, conta. Começou a partilhar no Facebook algumas ideias para o seu “pequenino” (hoje com três anos). Recebeu muitas mensagens de mães a pedir a sua opinião para dificuldades e problemas. “Eu não podia responder, não sou especialista”, nota. Percebeu que havia ali uma necessidade. Leu que as mães árabes têm uma percentagem de depressão alta. E que apesar de haver rede e de apoio familiar, o mundo já não é o mesmo do da sua mãe e avó.

Começou a trabalhar numa aplicação para aconselhamento profissional fácil e discreto — telefónico, sem imagem, o que é importante sobretudo se o especialista for um homem. Foca-se no mercado do Médio Oriente e Norte de África, mas mesmo sem ter esse mercado como target, tem utilizadoras da Alemanha ou Áustria.

Sara Alafifi sublinha a parte direccionada para as mulheres. “Algumas das visitantes internacionais ficam espantadas e dizem que aqui

é melhor para as mulheres do que em Silicon Valley”, diz Sara. “Os homens é que às vezes acham que estão a ser discriminados.”

** Este artigo é uma adaptação de um excerto da reportagem publicada no suplemento P2 do PÚBLICO de 27.5.2018*



A solidariedade tem de ter uma lógica sustentável

TEXTO E FOTOS DE VANESSA RODRIGUES

O táxi demora 30 minutos a chegar até à Avenida do Trabalho, n.º 736, desde o início da Avenida Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique. “Estamos em frente ao mercado da Malanga, ao lado da Padaria Bijou”, escreve por mensagem Ruy Santos, 44 anos, mentor da plataforma colaborativa solidária Makobo. Os projetos solidários? Sopa, Escolinha, Parquinho, acompanhamento lúdico-pedagógico a crianças e mães internadas em

enfermarias de Pediatria, merenda escolar, artesanato sustentável, padaria, campanha diga não à mendicância, formação para hortas familiares. São 10h30 e o portão de ferro do armazém onde fica o escritório desta empresa social, aliás a primeira com esta denominação em Moçambique, está fechado. Não há ainda enquadramento jurídico para negócios desta natureza. Os muros desta casa branca são altos e tem arame no topo. Estão aqui desde 2014. Ruy chega de carro. O portão abre-se e este arquiteto de formação, natural da ilha de Moçambique, salta as formalidades. “Se tivéssemos chegado mais cedo ainda as teríamos visto a preparar a merenda escolar, mas a carrinha já saiu”, explica, mencionando um dos muitos projetos da Makobo (que significa banana nas línguas moçambicana chimanca).

“Chateava toda a gente no Facebook a não ficar indiferente”

A semente para esta empresa - que hoje emprega nove pes-

soas, conta com 37 voluntários e dezenas de parceiros-, começou a ser plantada em 2005, quando Ruy Santos regressa a Moçambique depois de uma temporada a trabalhar e a estudar Arquitetura, Design e Artes em Portugal. Nessa altura, queria transformar o artesanato moçambicano numa “lógica funcional para gerar rendimentos”. Começou por trabalhar num projeto de artesanato em Xai Xai, mas “que não tinha nenhuma relação com a comunidade local”. Depois, “não fixava os jovens nas comunidades”. Esta experiência deu-lhe a oportunidade, no entanto, de viajar e conhecer a realidade de Moçambique. Percebeu que tinha de fazer algo. Criou a Makobo “como extensão desse concei-

≥



to”, envolvendo as comunidades. Entretanto, foi convidado para trabalhar na Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia de Maputo, a FEIMA. E esse foi um confronto com a precariedade do artesanato no país. “A maioria dos artesãos não tinha literacia suficiente para fazer o negócio”, reforça. De manhã o produto tinha um valor, ao final do dia, outro muito mais baixo. “O objetivo era ter dinheiro para comer.” Constatou que tinha de trabalhar com os jovens, formando de base. “Comecei a chatear toda a gente no Facebook a não ficar indiferente e começam a surgir ideias com uma lógica solidária, para criar impacto e mudança sociais”. O artesanato foi uma delas. Hoje, em parcerias com artesãs, artesãos e o projeto Mezimbite, na Beira, criaram uma loja online, mobilizado pela Makobo.

“Mais do que um projeto social: da literacia à nutrição”

Para Ruy, a Makobo é mais do que uma plataforma colaborativa solidária. “Nós criamos pontes de transformação, com transferência de tecnologia, através da educação para a cidadania, educação alimentar, literacia, para combater o analfabetismo, a desnutrição e o desemprego jovem”, realça. Na área de Literacia e Alfabetização desenvolvem a escolinha solidária, no Bairro dos Pescadores, Costa do Sol, que funciona às terças e às quintas-feiras, para crianças da primeira à oitava classes do ensino público. É, ainda, um espaço ocupacional, com jogos e outras brincadeiras, resgatando os valores familiares e comunitários tradicionais.

Moçambique tem cerca 28,8 milhões de habitantes com graves problemas de desnutrição. “Isso significa que o desenvolvimento cognitivo está comprometido, logo não vamos ser capazes de ter adultos com capacidade inte-

lectual”, reflete Ruy Santos, para reforçar a missão da plataforma solidária. “Temos primeiro de ensinar as pessoas a comer e a extrair o melhor dos nutrientes.” A Sopa Solidária surge para atender essa necessidade. Por dia, servem cerca de 400 sopas, beneficiando, semanalmente, cerca de duas mil pessoas, principalmente idosos e crianças, garantindo que estes tenham, pelo menos, uma refeição condigna por dia. Além disso, a Makobo promove a merenda escolar, apoiando diariamente crianças e jovens carenciados, dos 3 aos 17 anos de idade, residentes em bairros degradados e a frequentarem o ensino público. Tem sopa, pão, água, fruta ou salada de fruta e, em contrapartida, os pais e os educadores têm de plantar uma árvore de fruta, uma árvore de sombra, uma moringa e um canteiro de hortícolas e ou vegetais. “Precisamos de incentivar a produção, como forma de, ao longo do tempo, melhorar a sua alimentação e, por outro lado, para que eles tenham capacidade de incrementar o trabalho nas suas hortas

e irmos para um nível em que eles sejam capazes de comercializar.” O objetivo é chegar a 2020 a beneficiar um milhão de crianças em todo o país. “Como Moçambique não é autosuficiente a nível alimentar, precisamos de incentivar a produção local, porque a solidariedade tem de ser sustentável a todos os níveis.”



As vidas de Fatima

TEXTO DE FRANCISCA GORJÃO HENRIQUES

Antes de chegar a Portugal, a Fatima nunca tinha trabalhado. Isto é, tinha trabalhado e muito à volta do fogão, cozinhando para o marido e cinco filhos, depois para os netos. A guerra mudou muitas coisas na sua vida, e mudou isso também.

O marido da Fatima até tinha um restaurante em Damasco, mas ela sempre ficara em casa, a cuidar da família, tal como tinha feito a sua mãe. Aliás, até casar, a Fatima

nunca tinha sido obrigada a cozinhar. Mas é como diz: “Todas as pessoas na Síria sabem cozinhar. Ninguém nasce sem saber”.

Quando a guerra a tornou precocemente viúva, em 2013, Fatima decidiu fugir da Síria, levando filhos e netos. Primeiro passou pela Jordânia, depois Egito. Finalmente, e quase por acaso, Portugal. Pela primeira vez, esta mãe de família sentiu que teria de ser ela a levar dinheiro para casa. Mas como, se não tinha qualquer experiência profissional? Quem lhe daria emprego se nem currículo tinha?

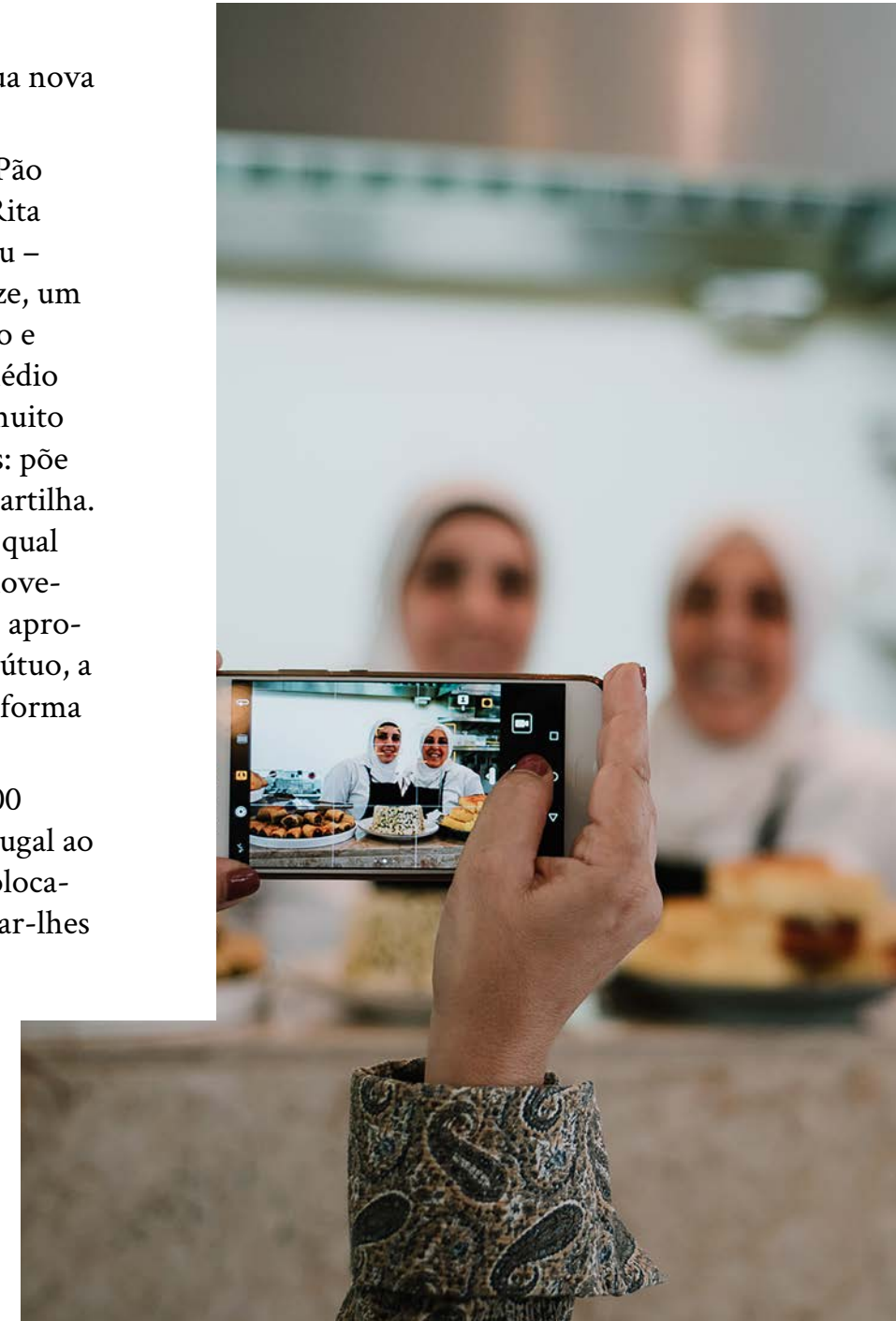
Foi para mulheres como a Fatima que o Mezze foi criado. Mulheres e jovens, como o Adam, que fugiu do Iraque sem ter conseguido terminar o curso de Medicina, porque a guerra tornou Mossul num lugar sem futuro. A ideia foi precisamente aproveitar esta herança que a Fatima e tantas mulheres como ela trarão sempre consigo, para onde quer que vão – saber cozinhar – e fazer disso o

ponto de encontro com a sua nova comunidade.

Criámos a Associação Pão a Pão – a Alaa Al Hariri, a Rita Melo, o Nuno Mesquita e eu – para fazer acontecer o Mezze, um restaurante que dá formação e emprego a refugiados do Médio Oriente. Mas o Mezze faz muito mais do que servir refeições: põe pessoas em contacto e em partilha. Essa é também a razão pela qual fazemos workshops e promovemos debates. Só assim, com aproximação e conhecimento mútuo, a integração se pode fazer de forma mais plena.

Até agora, cerca de 1400 refugiados chegaram a Portugal ao abrigo do programa de recolocação. A Europa estava a fechar-lhes

≥



a porta na cara, mas muitos portugueses quiseram estender-lhes os braços. Formaram-se grupos para participar no acolhimento, garantir que havia casas, roupas, vagas nas escolas, aulas de português. Mas, e depois? O que acontece quando terminam esses primeiros 18 meses de apoio? A proposta da Associação Pão a Pão também responde a isso.

A ideia tornou-se projecto depois de várias conversas esclarecedoras com pessoas que trabalham com refugiados, depois de quadros e planos de negócio, depois de tanta gente ter dito que era uma excelente ideia e, portanto, já não haver volta atrás. Batemos a todas as portas de que nos lembrámos: empresas, instituições, entidades como a Câmara Municipal de Lisboa e o Alto Comissariado para as Migrações...

Activámos todas as nossas redes. Foi um ano e meio de mão

estendida, com um *pitch* (como se diz na gíria do empreendedorismo) sempre na ponta da língua para envolver irremediavelmente todos os que cruzavam o nosso caminho (e foram muitos, e muito generosos). Quisemos ter a certeza de que quando abrísssemos as portas, a nossa equipa saberia já as regras do jogo, e por isso estabelecemos uma parceria com o Turismo de Portugal, para um curso de um mês na Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa. Também recorremos a consultores, como cozinheiros (José Avillez deu uma mão; Luís Barradas e Paulo Matias fazem ainda um acompanhamento semanal). Pedimos ainda ao João Catarino que nos ilustrasse os menus, ao Marco Sousa Santos que desenhasse mesas e cadeiras, à SIA que nos fizesse o projecto de arquitectura... Outros deram o tecto, o chão, tijolos, livros, panelas... Houve ainda uma campanha de crowdfunding. E com a ajuda de muitos, o Mezze tornou-se num espaço de todos.

Começámos por empregar 10

refugiados, vamos agora em 15, todos da Síria à excepção do Yasser, iraquiano, e da Serenah, palestiniana (serão mais quando replicarmos o projecto noutras cidades do país, como pretendemos fazer). E somos já auto-sustentáveis.

Isto não significa que os percalços não tenham estado lá. Houve dificuldades, umas mais inesperadas que outras. Por exemplo: fazer a equipa entender que é mesmo necessário descontar parte do salário para segurança social e impostos. Explicar que para os portugueses é importante acompanhar a refeição com vinho. Ajustar horários e férias, porque no Ramadão, para além do jejum, o tempo dedicado à reza e à família alarga-se substancialmente. Isto, sempre com tradução e comunicações perdidas no processo, porque a maioria ainda pouco fala português.

Hoje, quem entrar no Mezze não dá de caras com um projecto social, mas com um restaurante que é, acima de tudo, um espaço de dignidade. O espaço da dig-

nidade que estas pessoas nunca perderam.

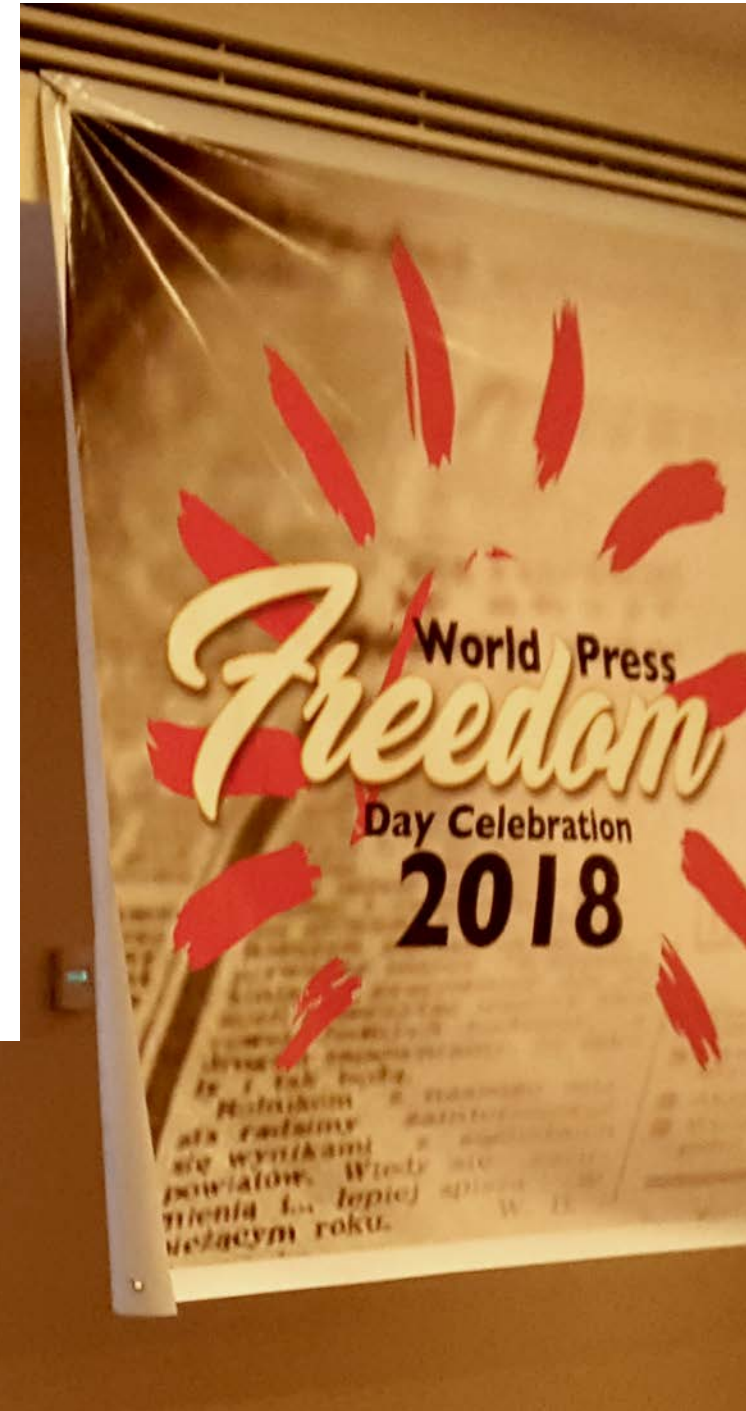
Nas vésperas de abrirmos, quando já estava tudo pintado, mobiliário a postos, equipamento ligado, a Fatima (que pela sua experiência e mão excepcional foi escolhida como chef) entrou no Mezze, olhou atentamente à sua volta e disse: “Esta é a minha segunda casa”.



A woman is captured in a joyful dance pose, wearing a traditional African dress with a bold, multi-colored geometric pattern in shades of yellow, red, green, and black. She is also wearing a bright red headwrap. Her expression is one of happiness as she smiles. The background features a large window with a grid pattern, through which some greenery is visible. The overall atmosphere is vibrant and celebratory.

Uma mesa redonda no passado dia 1 de Maio, organizada pelo Ethical Journalism Network (EJN) e a Federação de Jornalistas Africanos (FJA), deu origem à criação de uma campanha de sensibilização pelos direitos de autor e dos jornalistas.

Gabriel Baglo, o secretário-geral da Federação de Jornalis-

 \geq 

produções são criações próprias e que merecem gozar e proteger os direitos relacionados com isso”. Abordar esta questão já vem com muito atrasado, acrescentou.

A sessão da mesa redonda integra o programa, desenvolvido pela EJA e a FJA, para sensibilizar os jornalistas para esta questão no continente africano. Está planeada a produção de um módulo de formação online para criar uma cultura de respeito pelo material protegido por direitos nas redacções. Esse módulo procurará focar-se nos desafios colocados pelas tecnologias digitais e na importância do respeito dos direitos morais e económicos dos criadores de material utilizado pelo trabalho jornalístico.

Os temas abordados no curso incluem a questão do uso de material editorial de outras fontes e a necessidade de garantir a verificação, atribuição e o respeito pelos direitos morais de outros, e ainda o uso de imagens, vídeo e filme e

os perigos da manipulação digital do conteúdo visual.

Korieh Duodu, advogado e especialista em media que trabalha entre Londres e Acra, foi um dos cinco oradores da mesa redonda. Sublinhou que os direitos autorais não são sobre qualidade ou valor, mas sim sobre originalidade de um trabalho. “Os direitos de autor não protegem ideias ou conceitos”, disse. Os jornalistas podem citar o trabalho de outros com base na “utilização justa” ou “negociação justa”, mas devem reconhecer o autor e citar apenas parte do trabalho que seja justificável dentro do contexto.

“Tente pensar em não desvalorizar o trabalho que está a citar”, sugeriu Korieh Duodu. “O reconhecimento é muito importante ... até mesmo um *link* é importante”. A questão tornou-se ainda mais premente na era digital onde os jornalistas muitas vezes acreditam que o seu trabalho é utilizado sem permissão ou atribuição.

Os desafios associados à resolução de disputas relaciona-

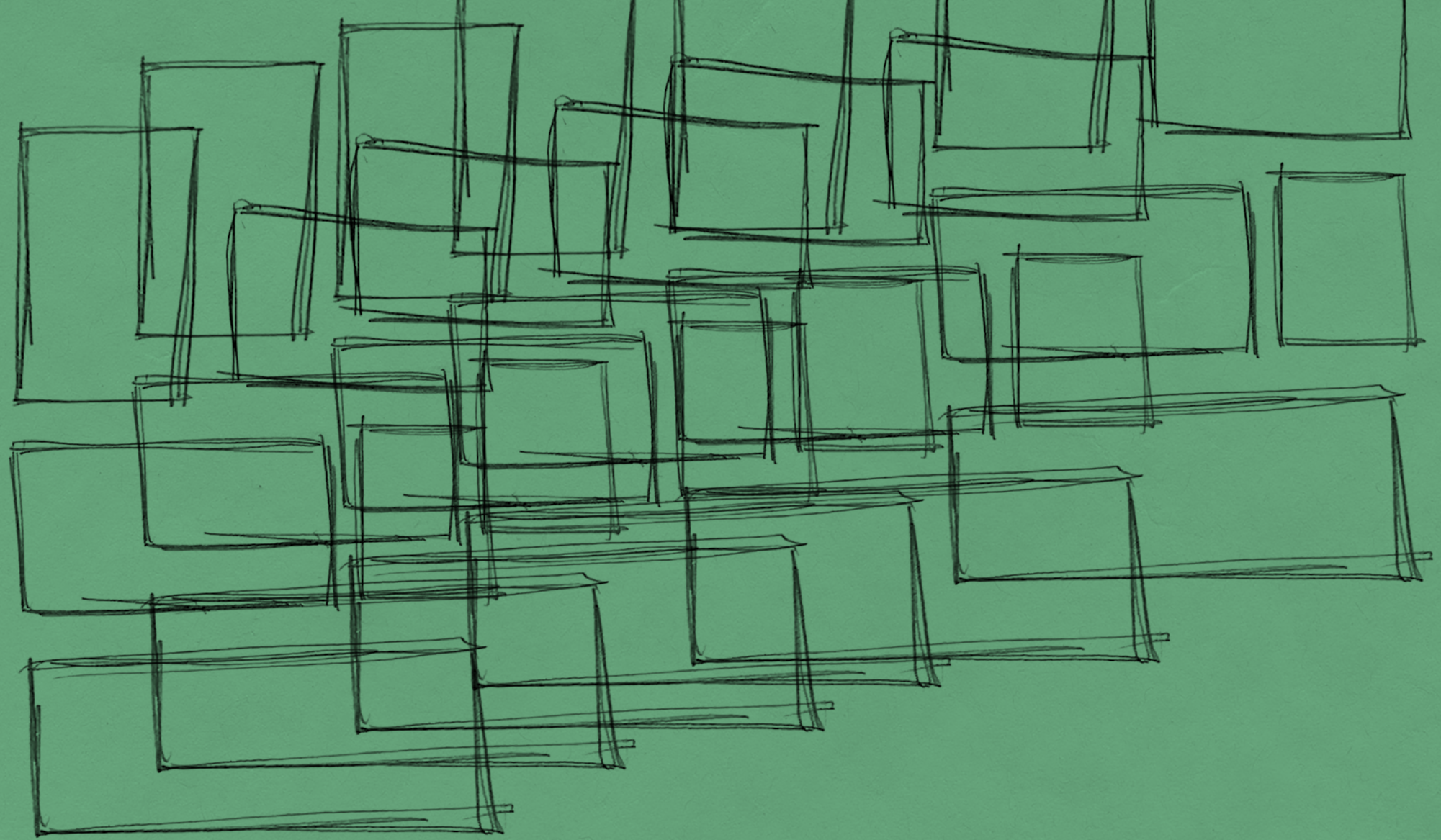
das com direitos de autor foram ilustrados num julgamento importante na África do Sul em 2013, no qual o site de negócios, Moneyweb, processou outro, o Fin24, pelo infringir da lei em sete artigos. O tribunal superior de South Gauteng sentenciou que o Fin24 infringiu os direitos de autor de um artigo do Moneyweb ao copiarem e publicaram uma parte substancial, e ordenaram o pagamento dos danos. Contudo, o tribunal considerou que a lei não foi infringida nos outros seis artigos.

Os jornalistas africanos enfrentam inúmeros desafios de corrupção e de terrorismo e, como resultado, a sensibilização em questões relacionadas com os direitos de autor é essencial. Ajoa Yeboah-Afari, uma antiga e experiente editora em Acra e presidente do Editors’ Forum, contou que estava a preparar umas notas para uma brochura de um funeral e queria incluir um verso pequeno de um poema que tinha encontrado. Pediu então à

sobrinha para identificar o poeta. Depois de uma pesquisa na internet, a sobrinha disse-lhe “Tia, não consigo localizar o escritor, ninguém escreveu isso”. Ao qual ela respondeu “Tudo o que lês online foi escrito por alguém”.

“Estamos mesmo a precisar de directrizes”, alertou. “Não nos importamos nada com esses assuntos. Temos um problema com os media eletrónicos. Da maneira mais ousada, [os media eletrónicos] fazem uso do trabalho sem darem o devido crédito ou atribuição”.

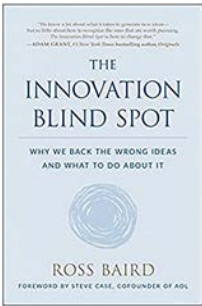
Ecos gráficos





Escaparate

The innovation blind spot



Ross Baird
BenBella Books,
Dallas, 2017

ANA LUÍSA SILVA

Ross Baird é um empreendedor americano que, em 2009, lançou a Village Capital, um fundo de investimento de impacto (*impact investing*) com uma particularidade: a selecção das *startups* para investimento inicial é feita pelas próprias *startups*, num modelo de selecção pelos pares inspirado no conceito de *village bank*, tradicionalmente

usado nas microfinanças. Uma das razões que levou os fundadores da Village Capital a desenvolver esta metodologia foi a constatação das limitações do atual sistema de inovação, do ponto de vista do capital de risco. São essas mesmas limitações, a sua análise e proposta de reforma que estão na origem do livro *The innovation blind spot: why we back the wrong ideas – and what to do about it*.

Neste livro, Baird começa por constatar que os EUA, país tradicionalmente inovador e empreendedor, unido pela ideia do *American Dream*, está a passar por uma crise de empreendedorismo. Esta crise é ilustrada pela criação de novas empresas, ao nível mais baixo dos últimos 30 anos, e pelo baixo retorno financeiro dos maiores fundos de investimento, sediados nas cidades mais ricas do país. Por outro lado, o autor observa que atualmente o empreendedorismo e a inovação não acontecem nas áreas que mais contribuem para o bem comum.

Na sua análise das imperfeições do sistema de capital de risco nos EUA, Baird identifica três grandes ângulos mortos da inovação (*innovation blind spots*): a forma como as novas ideias são escolhidas, de onde vêm essas ideias e a razão porque recebem investimento. O sucesso de uma ideia depende portanto de três fatores: como é que ela encaixa na estrutura de investimento de um investidor, qual é a origem (geográfica e socio-económica) do empreendedor e que tipo de problema está a ser resolvido.

Através de exemplos, o autor conclui que o sistema privilegia o investimento em produtos e soluções para o grupo mais rico da população, que é também onde se inserem os investidores tradicionais (os que decidem onde investir). Esta abordagem top-down leva à existência dos tais *innovation blind spots* e impede a diversificação das áreas de investimento.

O resto do livro dedica-se à exposição de soluções para estes problemas, mais uma vez através de exemplos de como empreendedores, investidores (como a Village Capital), fundações e agências governamentais estão a transformar o sistema. Para Baird, a mudança passa por combinar as noções de lucro e de valor social/ambiental e pelo investimento em eco-sistemas e não em ideias individuais. Uma abordagem que passa a ser *bottom-up*, apostando em eco-sistemas que geram soluções locais para problemas sociais e ambientais locais (em diferentes contextos geográficos, económicos e sociais), permitirá diversificar o investimento, ultrapassar as *innovation blind spots* e, ao mesmo tempo, contribuir para um retorno financeiro mais durável.

É preciso notar que o livro parte de dois pressupostos, identificados pelo autor logo no início: 1) que o leitor é uma pessoa que se preocupa com o bem comum; 2) que o leitor acredita no sistema capitalista. Estes são os pressupostos que dão origem ao conceito de *impact investing*: é possível

ter lucro com negócios dedicados ao bem-estar social e à saúde do planeta. Este não é portanto um livro que pretende contribuir para repensar estruturalmente o sistema capitalista, mas sim contribuir para um capitalismo mais preocupado com o bem-estar social e ambiental.

Quer se esteja ou não de acordo com esta perspetiva, a entrada dos fundos de investimento na inovação social e na cooperação para o desenvolvimento é hoje uma realidade. Os tradicionais financiadores da cooperação estão a diversificar as suas metodologias de financiamento, usando estratégias de capital de risco e procurando captar investimento privado. Um exemplo deste fenómeno é precisamente a parceria entre a *Village Capital* e o *U.S. Global Development Lab* (o centro de inovação da USAID, Agência para o Desenvolvimento dos EUA), que em 2014 contribuiu com 2,6 milhões de dólares americanos para o funcionamento do fundo, no âmbito de uma iniciativa com o objectivo de identificar novos modelos para apoiar jovens empresas inovadoras nos países em desenvolvimento. Esta iniciativa conta neste momento com mais de 40 parcerias semelhantes.

No contexto atual, *The innovation blind spot* é um livro para refletir sobre estratégias de inovação, o crescimento do *impact investing*, a sua contribuição para a inovação social e as motivações dos investidores que estão a transformar o capital de risco.

Global development trends and challenges



Homi Kharas
e Andrew
Rogerson
ODI
Londres, 2017

ALEXANDRE ABREU

A cooperação internacional para o desenvolvimento vive tempos contraditórios. Por um lado, vive-se ainda o entusiasmo da fase inicial da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, cujos 17 Objetivos expressam aspirações ainda mais abrangentes e ambiciosas do que foi o caso

com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Por outro lado, especialmente nos países doadores tradicionais, a cooperação para o desenvolvimento vê-se confrontada com um conjunto de constrangimentos resultantes de processos mais amplos, que vão das restrições orçamentais na ressaca da Grande Recessão à ascensão de posições políticas nacionalistas e xenófobas.

Esquecemo-nos por vezes de como algumas destas tendências são recentes. Quando, há pouco mais de cinco anos, dois investigadores do *think tank* inglês *Overseas Development Institute* levaram a cabo um exercício de análise prospetiva da cooperação global para o desenvolvimento que publicaram sob o título ‘Horizon 2025’, estávamos longe de imaginar uma presidência Trump ou a presença de partidos de extrema-direita no poder em vários países europeus, não antecipávamos a intensificação dos fluxos de refugiados e migrantes nos últimos anos e as suas consequências políticas, e não esperávamos talvez que, dez anos depois da maior crise financeira internacional dos últimos oitenta anos, as lógicas e processos de financeirização tivessem saído reforçados em toda a linha, inclusive na sua capacidade de colonizar o setor da cooperação para o desenvolvimento.

Não admira, assim, que o futuro antecipado nesse relatório tenha envelhecido precocemente e que os mesmos investigadores tenham decidido proceder a

um balanço do mesmo em meados de 2017, quando não havia decorrido ainda metade do período prospetivo original. O relatório resultante é um interessante exercício que ilustra bem tanto as inevitáveis limitações mesmo das melhores análises prospetivas quanto as rápidas e profundas transformações por que o setor tem vindo a passar.

Para estes autores, os três fatores emergentes principais surgidos no período que medeou entre os dois relatórios foram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o seu carácter transformador – pelo menos no plano aspiracional; a intensificação dos fluxos de refugiados e migrantes e o respetivo impacto tanto sobre o conteúdo da cooperação para o desenvolvimento como nos níveis de apoio à mesma entre os eleitorados dos países doadores; e a ascensão de tendências políticas adversas ao multilateralismo, à cooperação e ao cosmopolitismo.

Por outro lado, os autores referem quatro outras tendências que, tendo já sido identificadas no relatório original, têm-se mostrado ainda mais intensas do que o previsto ou têm tido implicações inesperadas: a concentração da pobreza em países afetados por situações de fragilidade e conflito; o papel cada vez mais central do setor privado, através do reforço das parcerias público-privadas e do ‘blended finance’; a importância crescente da China; e a articulação entre as questões do desen-

volvimento e das alterações climáticas.

Estas tendências – tanto as emergentes como as mais longas – colocam desafios de adaptação à generalidade dos atores do setor, incluindo às agências públicas de apoio ao desenvolvimento dos países doadores tradicionais. A parte final do relatório procede por isso a uma análise da resiliência dessas agências face aos desafios emergentes. A cooperação portuguesa surge a meio da tabela nessa análise, que classifica as agências como tanto mais resilientes quanto maior o ênfase no combate à pobreza extrema e às situações de fragilidade, quanto maior a atenção aos bens públicos globais e quanto menor a presumível exposição aos desafios associados à ascensão do populismo xenófobo, do setor privado e da China.

As conclusões e recomendações deste relatório terão certamente muito interesse e relevância para quem trabalha ou se interessa pelas questões da cooperação. Mas o relatório é também interessante na medida em que dele perpassa uma certa sensação tecnocrática, como se se tratasse de uma avaliação do ambiente externo por parte de um setor empresarial preocupado com a sua sobrevivência, mais do que de uma análise motivada principalmente por fatores de natureza ética e política. Indiretamente, também isso é um sinal dos tempos.

Making Africa. A Continent of Contemporary Design



Amelie Klein
e Mateo
Kries (*ed.*)
*Vitra Design
Museum, 2015*

ORLANDO GARCIA

Para apresentar este fascinante Catálogo (345 pags. em tamanho A3), há que começar com um aviso prévio: esta obra não é fácil de encontrar na sua versão em papel. Foi uma sorte tê-lo encontrado, por mero acaso, na sua edição em espanhol, na livraria do Guggenheim Bilbao. Melhor

sorte teria sido apanhar a exposição que lhe deu origem e que ainda se encontra no circuito das Exposições Temporárias no universo das Artes. Inaugurou em 2015, perto de Basileia, na sede do Vitra Design Museum, que a organizou e promoveu, esteve depois em Bilbao, em Barcelona e em Roterdão e encontra-se agora nos Estados Unidos. Por enquanto, o catálogo-livro anda no curto circuito – para lhe ter acesso é necessário andar “à caça”. É possível aceder a parte substancial dos conteúdos em: “makingafrica.net/exhibition/” e noutras entradas imediatamente detetáveis.

Como não podia deixar de ser num catálogo expositivo, trata-se principalmente de um mostruário de obras de cerca de 120 artistas e *designers*, selecionadas pelos curadores Amelie Klein e Okwui Enwezor (que também foi diretor da Bienal de Veneza no ano de 2015). O catálogo está organizado em 4 grandes secções: “Prólogo” / “I and We” / “Space and Object” / “Origin and Future”. Antes disso, ao longo das primeiras 80 páginas, contém um conjunto de 5 ensaios e 3 entrevistas. Nos interstícios das secções tem sínteses com fragmentos extraídos de laboratórios de ideias e entrevistas. O objeto (livro) é especialmente prazenteiro: no grafismo, no peso flexível, no estilo *draft*, na qualidade das reproduções, no manuseamento e no gozo visual.

Nesta obra, nesta exposição, o Desenho / o Design, é entendido como designa-

ção de um campo pluri e multiidisciplinar, que vai das artes plásticas e artes gráficas, à BD, à fotografia, à moda, ao cinema, à música, à performance, ao desenho digital e desenho industrial ... Um campo aberto e exploratório. Nos principais temas focalizados nos ensaios e entrevistas estão questões como: a reinvenção do vocabulário, as mil maneiras de desenhar o social, o informal como ponto de partida, a confeção do futuro. Nos interstícios reflexivos das secções, como produto dos laboratórios de ideias, temos pistas para uma série de desafios aos discernimentos epistemológicos: quais os significados de “Making”?; Por que é que é difícil falar de Identidade em África?; Equacionemos a Cidade; O que é que significa trabalhar no âmbito criativo em África?; A África inspira? E como?; O que é que está a mudar em África? O que é que a África necessita para o futuro? Já será discernível que nesta obra (nesta exposição / neste projeto) tão relevante como a ideia de Desenho (casa comum dos criativos) é a ideia de Continente (como denominador comum para uma identidade continental meta-cultural). É a África transversal que está aqui em jogo e em evidência, através de uma polifonia de expressões do seu Desenho Crítico.

No n.º 1 da Mundo Critico, este mesmo Escaparate inicia-se com a recensão de uma obra organizada por Alain Mabanckou – *Penser et écrire l’Afrique aujourd’hui*, em que se apela à emergência de um saber

transdisciplinar sobre o continente africano, que permita superar os efeitos perversos dos colonialismos e pós-colonialismos e que alcance as dinâmicas endógenas do continente africano como projeto de construção. O *Making Africa* (a exposição circulante, os catálogos e os *links*) é a demonstração de que esse movimento está em pleno curso. Ao percorrermos o catálogo-livro, quer nas imagens, quer nas ideias e linguagens, estamos confrontados com novos e singulares horizontes para um cosmopolitismo africano, bem como com novas configurações e confluências na atual construção artístico-criativa da Continentalidade. Estamos perante uma amostra dos enunciadores contemporâneos dos referenciais simbólicos da África gerúndia (*making...*). Com artistas e criadores como protagonistas, esta obra atira-nos para a estratosfera da Cosmogénia Africana. As visões e posicionamentos políticos, ou estão incorporados nas obras ou estão em sub-texto. Estão a inventar uma fórmula de “política difusa”?

Será que este séc. XXI africano está a ser intrinsecamente moldado pelos seus artistas e criadores? Até essas fronteiras da arte e da “criação” e dos criadores ou “desenhadores” se encontram em re-congeminção. O *Making Africa* é mesmo um catálogo de desenho mental, “naturalmente” prospetivo.

Civic Tech in the Global South



Tiago Peixoto
e Micah Sifry
(ed.)

*The World Bank
and Personal
Democracy Press
Washington, 2017*

BÁRBARA ROSA E RUI OLIVEIRA MARQUES

O livro “Civic Tech in the Global South”, de Tiago Peixoto e Micah Sifry, constitui um manual único tendo em conta a sua importância na projecção eficaz da denominada “tecnologia cívica”, a tecnologia usada para capacitar cidadãos ou tornar o governo mais acessível, eficiente e eficaz. Reunindo pesquisas que se focam nos impactos da tecnologia e a resposta

dos líderes, o livro de Peixoto e Sifry, com o contributo de outros autores, resulta na primeira análise empírica sistemática do impacto resultante das tecnologias para o envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisão governativa no hemisfério sul.

A partir de uma análise de vinte e três casos sobre o uso de diferentes plataformas digitais para melhorar a prestação de serviços públicos através do envolvimento cidadão (capítulo I), os vários autores respondem à pergunta-mor: “Quais os impactos das novas plataformas tecnológicas e como elas estão a mudar a forma como governamos?” Algumas das respostas não são animadoras, tendo os autores identificado um claro abismo entre a adopção dessas ferramentas e o correspondente impacto público e institucional.

Os autores sugerem que, embora as plataformas tecnológicas cívicas pareçam ter sido relevantes para aumentar a capacidade de resposta dos prestadores de serviços públicos, a maioria delas ainda não produz uma real resposta institucional. Certo é que foi no hemisfério sul que nasceram mecanismos que depois contagiaram outros países. É o caso do Orçamento Participativo, com origem em Porto Alegre, e que se tem disseminado por todo o mundo. O exemplo mais significativo vem do Rio Grande do Sul, onde a votação do orçamento participativo conta com a partici-

pação de 1,3 milhões de pessoas, graças à possibilidade de voto electrónico. É preciso considerar que a introdução do voto electrónico não deve eliminar outras formas de participação não tecnológicas de forma a não excluir grupos da população. Plataformas digitais semelhantes ao FixMyStreet, do Reino Unido, e adaptadas por várias autarquias em Portugal, estão a ser usadas nos chamados países em desenvolvimento para fins que nos deviam inspirar. Servem para denunciar problemas em escolas públicas (Filipinas) ou falhas nos serviços de saúde (Nigéria).

No entanto, como denota Beth Simone Noveck (GovLab, New York University) logo na introdução, o livro traz à luz a percepção de que estamos a projectar uma tecnologia cívica pouco adequada à produção de impactos, porque tem sido medida a adesão dos cidadãos sem olhar para a resposta institucional. Além disso, não se pode considerar que a tecnologia por si vai criar pontes entre cidadãos, governantes e instituições. Os canais tradicionais para estabelecer relações continuam a ser importantes. O facto de as pessoas terem um smartphone não significa que o saibam usar. Os meios digitais têm é a vantagem de serem baratos de criar e permitem que os cidadãos façam ouvir a sua voz e expressem as suas necessidades em tempo real. Estas reivindicações têm é de ter consequências.

Conselho Editorial

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. É responsável pela elaboração dos recentes relatórios *AidWatch*, em Portugal. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsA – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (2008/12). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, inter-vém desde a década de 80 na cooperação não governamental, nomeadamente com instituições guineenses, tendo coordenado a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau durante o conflito de 1998/99. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.

LUÍS MAH

Professor no ISEG, é também investigador no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Foi director da Campanha do Milénio das Nações Unidas em Portugal entre 2007-2010. Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela *London School of Economics* (Londres, 2004), mestre pela Universidade de Yonsei (Seul, 1996), licenciou-se em Comunicação Social pela FCSH (Lisboa, 1993).

JOÃO MANUEL ROCHA

Jornalista, fez parte das agências ANOP e Lusa e integrou a equipa fundadora do *Público*, onde trabalhou até 2016. Nos anos mais recentes deu particular atenção aos países africanos lusófonos e a questões do desenvolvimento. Doutorando em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL, é professor convidado da Escola Superior de Comunicação Social e colaborador do CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina.

TÂNIA SANTOS

Doutoranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, trabalha no sector da cooperação internacional desde 2004. É membro da Direcção da ACEP e tem experiência de trabalho com associativismo migrante, na pesquisa sobre recursos e modelos de financiamento internacionais para ONG e ainda na investigação sobre temáticas internacionais.

Conselho Consultivo

ALAIN CORBEL

Nasceu na Bretanha, onde foi trabalhador agrícola por algum tempo. Escreveu e ilustrou dezenas de livros, principalmente em França e Portugal. Colabora regularmente com a ACEP, bem como outras ONG africanas para as quais organiza oficinas de Ilustração. É professor de Ilustração no *Maryland Institute of Art College* em Baltimore (EUA). alaincorbel-cos.blogspot.com / noticiasdoquelele.blogspot.com

ANTÓNIO TOMÁS

Doutorado em Antropologia pela *Columbia University*. É coordenador do programa de Mestrado em Urbanismo do Sul do *African Centre for Cities University of Cape Town*. É ainda colunista no *Público*.

CONCEIÇÃO LIMA

Nasceu em 1961 em Santana, São Tomé e Príncipe. É jornalista e poetisa. A trabalhar presentemente na TVS, foi jornalista e produtora dos Serviços de Língua Portuguesa da BBC, em Londres. É licenciada em Estudos Africanos, Portugueses

e Brasileiros pelo *King’s College* de Londres e possui o grau de mestre em Estudos Africanos, pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres. Pela Editorial Caminho, publicou *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó*, (2006) e *O País de Akendenguê* (2011).

CARMELIZA ROSÁRIO

Investigadora, com especialização no domínio da pobreza e desenvolvimento social em Moçambique. Tem conduzido pesquisa em diversos sectores sociais, incluindo saúde, educação, bem como impacto da infraestrutura no bem-estar social. A sua pesquisa presta particular atenção à representação e ao desenvolvimento económico e social, e direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais,

educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.

LEÃO LOPES

Artista plástico e docente ca-boverdiano. Fundador do M_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, é doutorado em Letras pela Universidade de Rennes II, França. Tem participado na promoção do ensino artístico em Cabo Verde, como autor de programas e planos curriculares do ensino secundário e superior. A sua actividade estende-se à concepção e coordenação de programas de desenvolvimento de comunidades rurais, como membro e Presidente da ONG Atelier Mar.

MARIA ELEONORA RABÊLLO

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador (Brasil). Foi assessora de movimentos sociais de base pelo Centro de

Estudos e Ação Social. Em 1994, é convidada a fundar o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, actuando como educadora e gestora de projectos pela protecção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nos três últimos anos no CRIA, coordena o Projecto *Corra pro Abraço*, proposta de atenção e promoção de direitos das populações em situação de rua.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do Archivio Memorie Migranti de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

MARIA HERMÍNIA CABRAL

Licenciada em Economia e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, com experiência em políticas, programas

e projectos de desenvolvimento, quadro da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2005, é directora do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento, desde 2012.

MARIA MANUEL MOTA

Cientista portuguesa, doutorou-se na *University College* de Londres (1998) e fez pós-doutoramento na *New York University Medical Center* (2001), onde também leccionou. Desenvolve estudos sobre a malária no Instituto Gulbenkian de Ciência. Em 2004, ficou entre os 25 jovens cientistas galardoados com *European Young Investigator Award* e, em 2013, foi laureada com o Prémio Pessoa.

MARINA COSTA LOBO

É investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ULisboa), onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS e Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

MÁRIO SILVA

É sociólogo, professor e pesquisador do departamento de sociologia do IFCH-UNICAMP. Autor do livro *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil* (1960-2000), publicado pela Aeroplano Editora, em 2013. Ganhou o Prémio do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra, para Jovens Cientistas Sociais em Língua Portuguesa.

MÓNICA COSTA

Professora e investigadora na *University of South Australia* (Uni-SA), tem trabalhado as questões de género e os orçamentos sensíveis ao género, incluindo trabalho de terreno na Indonésia e Timor-Leste.

JOÃO SIMÃO

Doutorado em Gestão e docente na Universidade Aberta, onde lecciona e orienta teses nas áreas do desenvolvimento sustentável (políticas e ideologias), ética e responsabilidade social empresarial, pensamento crítico em gestão e desenvolvimento turístico sustentável, que são as suas áreas de interes-

se académico. É ainda membro do CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas.

PAULA BARROS

Licenciada em Relações Internacionais, trabalha no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento há cerca de 20 anos e tem experiência nas áreas da elaboração, coordenação e execução de programas e projectos, planeamento e programação, representação e negociações internacionais no quadro da União Europeia, Nações Unidas, OCDE, CPLP e Ibero-Americana. Possui formações na área da gestão do ciclo do projecto, de gestão pública e de inovação nos serviços públicos.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

É Professor Associado de Ciências Políticas na Universidade de Oxford e autor de *Oil and Politics in the Gulf of Guinea* (2007) e *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War* (2015).

RUI MIGUEL SANTOS

Vice-Presidente da CESO, *Visiting Professor* na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em matérias ligadas à gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor do livro “Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento” e co-autor do “Manual de Procurement Internacional”, trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.

SOFIA SANTOS

É Secretária Geral do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Foi directora executiva do *Sustainability Knowledge Lab* do INDEG-ISCTE e fundou duas consultoras - a *Sustentare* e a *SystemicSphere*. É autora de *A Banca em Portugal e a Economia Verde* (2012), *A Banca tem Coração? As novas práticas de gestão necessárias para os bancos do futuro* (2015) e *Introdução à Economia Verde* (2016).

Curadoria de BD

PEDRO MOURA

É crítico e investigador de banda desenhada, escrevendo sobretudo nos blogues *www.lerbd.blogspot.com* e *www.yellowfastandcrumble.wordpress.com*. O seu primeiro livro de banda desenhada, *Os Regressos*, em co-autoria e desenhos de Marta Teives, foi publicado recentemente pela Polvo.

Criação Gráfica

ANA GRAVE

Porto e Gaia, cidades de infância. Estas, Aveiro, Genebra e Barcelona, cidades escola. Portugal, agora, casa-design (gráfico, o preferido). www.anagrave.com

Ficha técnica

Conselho Editorial

Ana Filipa Oliveira
Carlos Sangreman
Fátima Proença
Luís Mah
João Manuel Rocha
Tânia Santos

Conselho Consultivo

Alain Corbel
António Tomás
Conceição Lima
Carmeliza Rosário
Geraldo Martins
Leão Lopes
Maria Eleonora Rabêllo
Livia Apa
Maria Hermínia Cabral
Maria Manuel Mota
Marina Costa Lobo
Mário Silva
Mónica Costa
João Simão
Paula Barros
Ricardo Soares de Oliveira
Rui Miguel Santos
Sofia Santos

Foto da capa

Dário Pequeno Paraíso.
Atelier de Júlia Santiago,
costureira em S. Tomé

Concepção gráfica

Ana Grave

Revisão e paginação

Ana Filipa Oliveira

Periodicidade

Revista Semestral

ISSN

2184-1926

Projecto

Cooperação e Desenvol-
vimento: Novos Desafios,
Visões Partilhadas
[www.acep.pt/novos-
desafios](http://www.acep.pt/novos-
desafios)

Promotores

ACEP - Associação para
a Cooperação Entre os
Povos
CEsA-ISEG - Centro de
Estudos sobre África, Ásia
e América Latina

Apoios

Este trabalho é financiado
por fundos nacionais atra-
vés do Camões – Instituto
da Cooperação e da Lín-
gua e da FCT – Fundação
para a Ciência e a Tecno-
logia, I.P., no âmbito do
projeto Estratégico UID/
SOC/04521/2013.

Disclaimer

O conteúdo desta publica-
ção é da responsabilidade
exclusiva dos promotores
e autores e em nenhum
caso pode considerar-se
como reflectindo o ponto
de vista dos financiadores.

Numa era de múltiplos desafios, da escala local à escala global, “Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação” quer responder à necessidade de debate entre actores sociais públicos e privados, de maior ou menor dimensão, de âmbito geográfico ou temático, com um empenhamento crítico, persistente e dialogante. Procura suscitar diálogos improváveis entre texto e imagem, entre arte e ciência, entre académicos, artistas, técnicos, entre pessoas que falam português em diferentes espaços geográficos ou culturais. O debate pretende-se abrangente, com especial enfoque nas transformações sociais, económicas ou políticas em curso no mundo de que fazemos parte.

A linha de orientação deste espaço tem por base uma visão do desenvolvimento como acção social multidisciplinar e de complementaridade entre diversos intervenientes, individuais e colectivos. Considera que a cooperação entre povos é um dos pilares sobre o qual se pode construir uma visão comum dos direitos humanos, do bem estar e do progresso da humanidade, hoje e de futuras gerações.

Uma revista de pensamento crítico para reflectir e agir.

uma iniciativa

acep



CESA | Centro de Estudos sobre
África, Ásia e América Latina

apoios

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LINGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia